



Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.

Relatório
e Contas

2022

Índice

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Governança

3. Relatório do Conselho de Administração

4. Balanço em 31 de dezembro de 2022

5. Demonstração dos Resultados por Naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2022

6. Demonstração das Alterações no Capital Próprio para o período findo em 31 de dezembro de 2022

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2022

8. Anexo às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022

9. Certificação Legal das Contas relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2022

10. Relatório e Parecer do Fiscal Único relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2022

11. Considerações finais



1	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	9	3.6.1. EVOLUÇÃO DE RESÍDUOS RECOLHIDOS, POR PERÍODO E NATUREZA DE RESÍDUO	35	3.7.8.6. PEER-REVIEW "SEPARATE BIOWASTE COLLECTION & PAYT"	55	3.9.1. VÍNCULO LABORAL	72
2	GOVERNANÇA	15	3.6.1.1. TONELADAS TOTAIS RECOLHIDAS NO ANO DE 2022	35	3.7.8.7. EUROCITIES ENVIRONMENTAL FORUM	56	3.9.2. CARACTERIZAÇÃO DOS COLABORADORES	72
	2.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL	16	3.6.1.2. TONELADAS RECOLHIDAS NO ANO DE 2022 E 2021, POR FRAÇÃO	36	3.7.8.8. 16.º FÓRUM RESÍDUOS E XII ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS	56	3.9.3. ABSENTISMO	73
	2.2. FONTES DE RECEITA	17	3.6.2. METAS DE RECOLHA SELETIVA	38	3.7.8.9. CAPACITAÇÃO EM AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE SERVIÇO	56	3.9.4. FORMAÇÃO	73
	2.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	18	3.6.3. DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS	39	3.7.9. ESTÁGIOS CURRICULARES	56	3.9.4.1. DADOS DE FORMAÇÃO EM 2022	74
	2.3.1. MISSÃO	18	3.7. PLANEAMENTO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	40	3.7.9.1. PREPARAÇÃO DO ALARGAMENTO DA RECOLHA SELETIVA PORTA A PORTA DE BIORRESÍDUOS NO SETOR NÃO RESIDENCIAL	56	3.9.5. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO (SST)	76
	2.3.2. VISÃO	18	3.7.1.1. PAPELEIRAS	41	3.7.9.2. RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS EM RECINTOS DESPORTIVOS	57	3.9.5.1. VISITAS AOS POSTOS DE TRABALHO (VPT'S)	77
	2.3.3. VALORES	18	3.7.1.2. PROJETOS URBANÍSTICOS	41	3.7.9.3. MONITORIZAÇÃO E ALARGAMENTO DO TRATAMENTO LOCAL DE BIORRESÍDUOS NA CIDADE DO PORTO	57	3.9.5.2. FARDAMENTO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S)	77
	2.3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS	18	3.7.2. RECOLHA PORTA-A-PORTA (PAP)	42	3.8. UNIDADE ORGÂNICA DE FISCALIZAÇÃO, ATIVIDADE NÃO REGULADA E COMERCIAL	58	3.9.5.3. RELATÓRIOS E ANÁLISES DE CAUSAS	77
3	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	21	3.7.2.1. RESIDENCIAL TOTAL	42	3.8.1. SENSIBILIZAÇÃO/FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA	59	3.9.5.4. CONCEÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO	77
	3.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E PERSPETIVAS PARA 2023	22	3.7.2.2. RESIDENCIAL SERRALVES	44	3.8.2. FORMAÇÃO AMBIENTAL	59	3.9.5.5. PROMOÇÃO DA SAÚDE	78
	3.1.1. CONTEXTO INTERNACIONAL	22	3.7.2.3. RESIDENCIAL ANTAS	45	3.8.3. MONITORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	59	3.9.5.6. COVID-19	78
	3.1.2. A ECONOMIA PORTUGUESA	24	3.7.3. RECOLHA DE BIORRESÍDUOS	46	3.8.4. PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO	60	3.10. GESTÃO DA QUALIDADE	78
	3.1.3. O CONTEXTO MACROECONÓMICO E A ATIVIDADE DA PORTO AMBIENTE	26	3.7.3.1. PROJETO ORGÂNICO	46	3.8.5. ÁREA COMERCIAL	60	3.10.1. CERTIFICAÇÃO ISO 45001	82
	3.2. AJUSTAMENTOS LEGISLATIVOS NO ÂMBITO DA REDEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA E OBJETIVOS NA GESTÃO DE RESÍDUOS	26	3.7.4. RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES	47	3.8.6. FISCALIZAÇÃO DA LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	60	3.11. ECOCENTROS	83
	3.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE, INVESTIMENTOS E RESULTADOS	30	3.7.5. PLANEAMENTO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	49	3.8.7. LIMPEZA DE FACHADAS	61	3.11.1. FLUXOS RECECIONADOS	84
	3.4. ATIVIDADES EM 2022	32	3.7.6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE PELA ERSAR	50	3.8.8. LIMPEZA DAS PRAIAS	61	3.11.2. UTILIZADORES	84
	3.5. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	33	3.7.7. PROJETOS FINANCIADOS	50	3.8.9. LAVAGEM EXTERIOR DE EQUIPAMENTOS E ÁREA ENVOLVENTE	62	3.11.3. AÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS EM 2022	84
	3.6. GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS	35	3.7.7.1. CITYLOOPS	50	3.8.10. COMUNICAÇÃO	62	3.11.4. OUTRAS AÇÕES A IMPLEMENTAR E PERSPETIVAS DE MELHORIA	85
			3.7.7.2. INTERREG SUDOE - ECOVAL	51	3.8.10.1. UM ANO EM EVENTOS	62	3.12. ECOLINHA E PEDIDOS AO DOMICÍLIO	86
			3.7.7.3. ASPRELA + SUSTENTÁVEL	52	3.8.10.2. TRANSVERSALIDADE E SUPORTE	62	3.13. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	88
			3.7.8. OUTROS PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO	53	3.8.10.3. PORTA-VOZ DO SETOR	63	3.13.1. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	88
			3.7.8.1. SERVIÇO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL CUSTOMIZADA E GERAÇÃO+	53	3.8.10.4. UM ANO NOS MEDIA	64	3.13.2. ANO DE 2022	89
			3.7.8.2. RECUPERAÇÃO DE VIDRO – PROJETO PILOTO	53	3.9. RECURSOS HUMANOS	71	3.13.3. TIPOLOGIA DE PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS NO ANO DE 2022	89
			3.7.8.3. ROLHA A ROLHA, SEMEIE A RECOLHA	54			3.13.4. DADOS ESTATÍSTICOS DE CONTRATAÇÃO NO ANO DE 2022	89
			3.7.8.4. PLATAFORMA VIDRO+	55			3.13.5. CONTRATOS VISADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS	90
			3.7.8.5. OUTRAS PARTICIPAÇÕES	55			3.13.6. PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	90
							3.13.6.1. PROCEDIMENTOS A DESTACAR NO ANO DE 2022	90



3.13.7. OBJETIVO ESTRATÉGICO IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA E VISÃO DE PROCUREMENT SUSTENTÁVEL	91
3.13.7.1. RESULTADOS	92
3.13.8. CÓDIGO DE CONDUTA DE FORNECEDORES DA PORTO AMBIENTE	92
3.13.9. AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES	93
3.13.10. GESTÃO DE ARMAZÉNS	93
3.13.11. GESTÃO DE FUNDOS E PROJETOS DE FINANCIAMENTO	93
3.14. DIREÇÃO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA DO PORTO	94
3.14.1. O CONTEXTO	94
3.14.2. O PACTO DO PORTO PARA O CLIMA	95
3.14.3. A MISSÃO EUROPEIA "CIDADES INTELIGENTES E COM UM IMPACTO NEUTRO NO CLIMA"	96
3.14.4. ATIVIDADES PROMOVIDAS	97
3.14.5. REPRESENTAÇÕES NO ÂMBITO DA NEUTRALIDADE CARBÓNICA DO PORTO	97
3.14.6. APRESENTAÇÕES PÚBLICAS NO ÂMBITO DA NEUTRALIDADE CARBÓNICA DO PORTO	98
3.15. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	100
3.16. CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA PARA O ANO DE 2022	100
3.17. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CONSTANTES DO ARTIGO 62º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, PARA O ANO DE 2022	102
3.18. ENDIVIDAMENTO	102
3.19. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO	102
3.20. PERSPETIVAS FUTURAS	102
3.21. EVENTOS SUBSEQUENTES	103
3.22. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	104
3.23. DIVULGAÇÕES OBRIGATÓRIAS	104

3.23.1. PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR ACIONISTAS:	104
3.23.2. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE:	104
3.23.3. EXISTÊNCIA DE NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES:	104
3.23.4. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS:	104
3.23.5. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL:	104
4	
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	108
5	
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	109
6	
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	110
7	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	112
8	
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	116

Nota 1

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

116

Nota 2

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

117

Nota 3

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

118

Nota 4

FLUXOS DE CAIXA

124

Nota 5

PARTES RELACIONADAS

125

Nota 6

ATIVOS INTANGÍVEIS

128

Nota 7

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

129

Nota 8

LOCAÇÕES

130

Nota 9

IMPARIDADE DE ATIVOS

134

Nota 10

INVENTÁRIOS

134

Nota 11

RÉDITO

136

Nota 12

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

137

Nota 13

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

137

Nota 14

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

138

Nota 15

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

140

Nota 16

OUTRAS DIVULGAÇÕES

141

9

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS RELATIVA AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

148

10

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO RELATIVO AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

154

11

CONSIDERAÇÕES FINAIS

158

Mensagem do Conselho de Administração



1 Mensagem do Conselho de Administração

“É ambição do Conselho de Administração que a Porto Ambiente seja continuamente reconhecida como uma organização de referência no setor, traduzindo assim o forte envolvimento de todos os stakeholders na concretização da sua estratégia.”

É um privilégio e uma honra e fonte diária de motivação para a **Porto Ambiente**, a oportunidade de poder servir os munícipes desta nossa cidade que é o Porto!

De todas as possíveis formas para iniciar a mensagem deste ano, esta é a que melhor traduz o nosso sentimento de gratidão por todos os sucessos alcançados, graças ao Vosso contributo.

Após dois anos, absolutamente exigentes para toda a população e organizações à escala mundial, a entrada em 2022 foi o momento de acreditar num verdadeiro virar de página, e a **Porto Ambiente** acreditou.

Mesmo tomando conhecimento que, em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia levou a cabo uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, evento esse com enormes prejuízos humanitários, e cujos reflexos financeiros negativos se continuaram a sentir.

Mesmo sabendo que no segundo trimestre de 2022 se verificou uma sexta vaga da pandemia Covid19, com mais de 30 mil novos casos diários.

A **Porto Ambiente** acreditou! As apostas em novos projetos, o envolvimento e o compromisso dos nossos colaboradores e o excelente acolhimento por parte dos munícipes do Porto, confirmaram as expectativas deste Conselho de Administração para 2022.

Refira-se a título de exemplo, o novo recorde obtido, no que respeita à Taxa de Preparação para a Reciclagem, ultrapassando o resultado de 42%.

O ano de 2022 foi, sem dúvida, um ano entusiasmante e repleto de História, dado que...

► A empresa celebrou as conquistas alcançadas e reforçou competências interrelacionais da equipa, num evento formativo realizado em setembro, assinalando os “5 anos de **Porto Ambiente**”;

► O Projeto Orgânico passou a abranger cerca de 52 mil alojamentos, representando assim um total de cerca de 125 mil habitantes servidos;

► O projeto porta-a-porta residencial passou a abranger a zona das Antas, servindo assim um potencial de 4 385 alojamentos;

► Foi implementada uma nova metodologia de avaliação do desempenho dos circuitos, denominada “Resíduos On-Line”, estando agora numa fase de desenvolvimento adicional de algoritmo, rotinas, procedimentos e relatórios;

► Reforçou-se o envolvimento das equipas da Gestão de clientes, traduzindo-se no aumento do número de adesões e reativações, nos segmentos dos Resíduos Orgânicos e Multimaterial;

► A Formação Ambiental adquire uma maior relevância não só no contexto de fiscalização, mas sendo atualmente percecionada positivamente pelos munícipes como uma solução pedagógica e preventiva;

► O Porto passou a estar entre as cidades que vão liderar a neutralidade carbónica na Europa até 2030, e a **Porto Ambiente** agarrou o desafio e a exigente responsabilidade de assegurar a Direção para a Neutralidade Carbónica do Porto;

► A ERSAR atribuiu à **Porto Ambiente**, pelo terceiro ano consecutivo, o selo Qualidade de Gestão de Resíduos Urbanos.

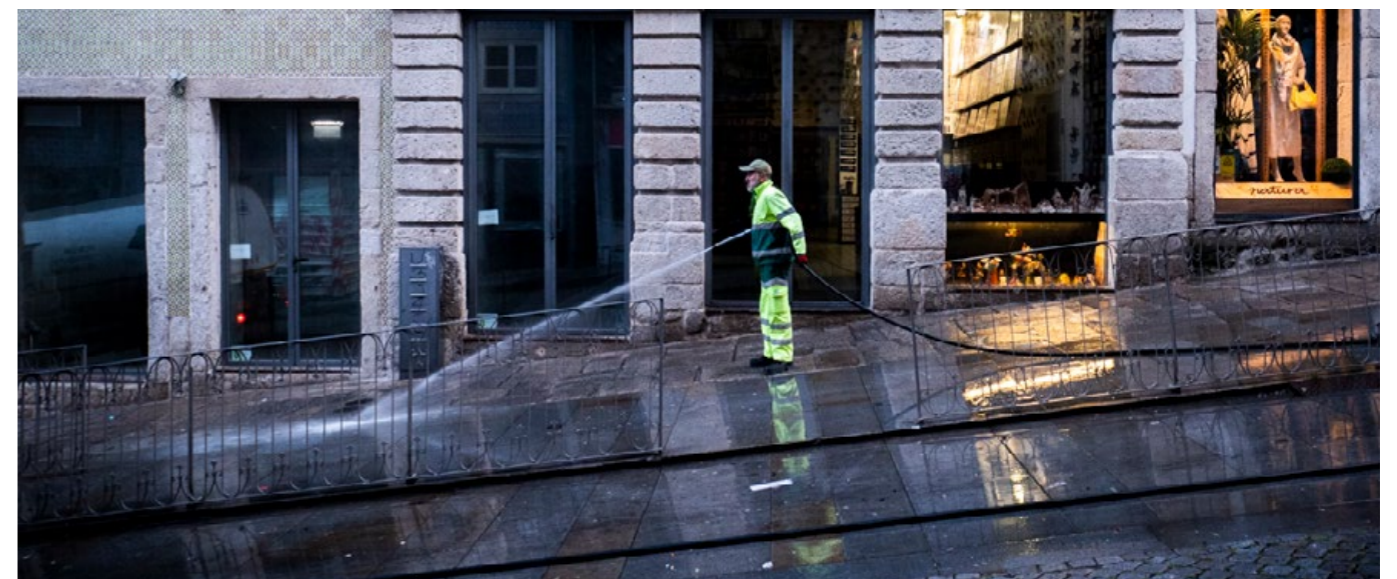
De realçar ainda o facto de a **Porto Ambiente** ter reforçado a melhoria da sua forma de atuação, evoluindo no processo de implementação dos sistemas de gestão ambiental, segurança e saúde no trabalho, segundo as normas ISO 14001 e 45001, respetivamente.

Ao nível da atividade de Gestão dos Resíduos Urbanos o atual período fica marcado pela manutenção da evolução dos quantitativos de resíduos recolhidos, registando-se um crescimento (acumulado) em cerca de 7,06% face ao período homólogo, dos quais a fração indiferenciada contribuiu com um crescimento de 3,81%, e a fração seletiva com um contributo significativamente mais relevante, em 18,00%.

Para efeitos da análise da execução orçamental, tomou-se como referência os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período de 2022, na sua versão revista e aprovada, em reunião do Conselho de Administração de 26 de outubro de 2022.

Com referência ao período findo em 31 de dezembro 2022, o Resultado líquido ascende a 209 087 euros, verificando-se uma taxa de execução orçamental de 98,2% dos Gastos e de 98,4% dos Rendimentos, conforme ilustrado nas secções seguintes.

Sublinhamos ainda que, no âmbito da atividade de Gestão dos Resíduos Urbanos, e não obstante todo o esforço da equipa e sinergias identificadas, por força da crise energética verificada no





ano de 2022, tendo o gás natural registado taxas de crescimento superiores a 300% em determinados momentos do ano, não foi possível manter a cobertura tarifária dos gastos. A mesma foi assegurada com recurso ao contrato programa para a cobertura tarifária num montante inferior a 3% do total de gastos (cobertura em cerca de 97%).

É ambição do Conselho de Administração que a **Porto Ambiente** seja continuamente reconhecida como uma organização de referência no setor, traduzindo assim o forte envolvimento de todos os stakeholders na concretização da sua estratégia.

O Conselho de Administração da **Porto Ambiente** não pode deixar de transmitir o seu agradecimento a todos aqueles que, no decorrer do período em reporte, contribuíram decisivamente para a consolidação deste projeto, nomeadamente:

- Ao acionista, pelo comprometimento e confiança demonstrada;

- A todos os munícipes do Porto, cujo envolvimento nos interesses da cidade e adesão aos processos implementados em muito têm contribuídos para os positivos resultados alcançados;

- A todos os nossos estimados clientes pela dedicação e confiança depositadas na nossa empresa;

- A todos os fornecedores de bens e serviços pela cooperação demonstrada;

- A todos os colaboradores pelo esforço, capacidade de entrega e dedicação postos nas tarefas que lhes foram confiadas;

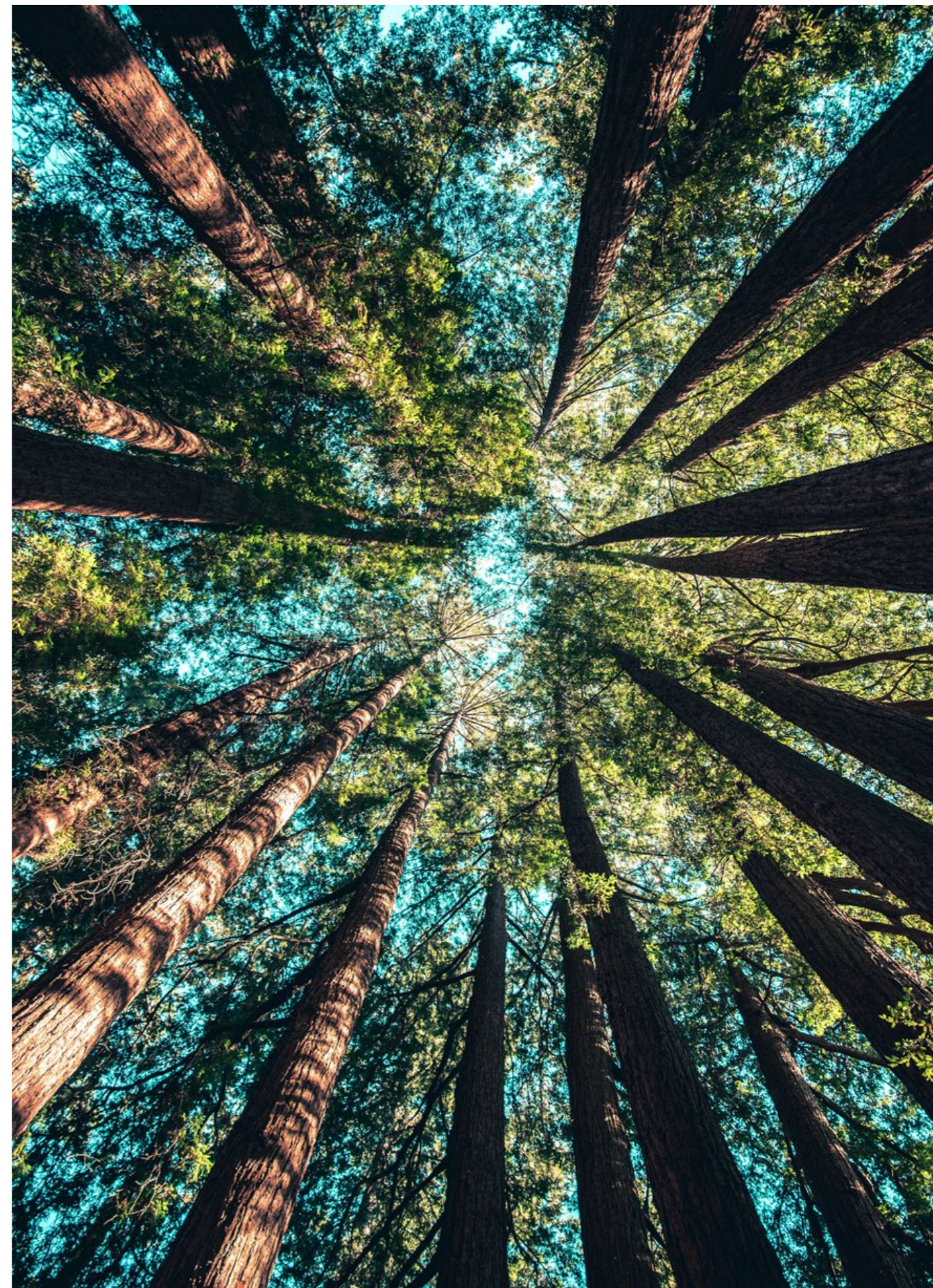
- Ao Fiscal Único e demais órgãos da sociedade pelo apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram.

O Conselho de Administração

Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)

Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)

Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)



Governança



2 Governança

“A Porto Ambiente pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.”

Esta seção visa dar cumprimento aos deveres de informação e transparência, previstos na legislação para o setor público empresarial, no qual a **Porto Ambiente** se enquadra pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Neste capítulo serão comunicadas as matérias mais relevantes das práticas de governo, nomeadamente a missão, visão e valores prosseguidos pela empresa, o sistema de controlo de gestão, a estrutura de capital, os órgãos sociais, entre outros aspetos, cumprindo assim a empresa o desafio que lhe está atribuído, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

2.1. Objeto Social e Estrutura de Capital

A **Porto Ambiente** é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de âmbito municipal

dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia



bleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social constituído naquela data foi de 465 566 Euro (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis. No ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2 800 000 Euro (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro, ascendendo o mesmo, nesta data, a 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros) representado por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações com o valor nominal de 1 (um) euro cada.

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto as seguintes competências:

- a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- b) Cumprir com o Plano de ação (atualmente PAPERSU), de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (atualmente PERSU 2020+);
- c) Gerir, de forma integrada e adequada, a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- d) Assegurar e definir com o Município do Porto o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica;
- e) Articular com a LIPOR o encaminhamento dos resíduos de forma a assegurar o tratamento dos mesmos em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

2.2. Fontes de Receita

O Rédito e a receita foram e serão realizados mediante as seguintes fontes:

- a) Receitas próprias, na sua generalidade resultantes da aplicação da tarifa de gestão de resíduos urbanos. A referida tarifa é definida pelas entidades gestoras, sujeita a parecer pelo regulador (ERSAR) e aprovada pelo município, visando refletir a remuneração dos custos incorridos com a prestação da atividade de gestão dos resíduos urbanos, em cenário de eficiência;
- b) Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários; De sublinhar que, nos anos de 2020 e 2021, a **Porto Ambiente** conseguiu de forma bem-sucedida atingir a cobertura dos seus encargos por via da tarifa de gestão de resíduos urbanos mencionada na alínea a) anterior. No atual ano de 2022, e essencialmente motivado pela crise energética sentida ao nível dos combustíveis, não foi possível manter a cobertura, ainda que o recurso ao subsídio de cobertura tenha sido marginal.
- c) Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público.
- d) Subsídio à exploração, no âmbito do Pacto do Porto para o Clima;
- e) Outras receitas próprias, em função da prestação de outros serviços complementares e/ou acessórios à Gestão de resíduos urbanos ou Limpeza do espaço público.





2.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

O processo de planeamento estratégico da empresa encontra-se alicerçado na visão, missão e valores seguidamente descritos:

2.3.1. MISSÃO

Gerir o sistema municipal de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público, de acordo com princípios de qualidade do serviço, inovação, sustentabilidade ambiental e económica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.

2.3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS

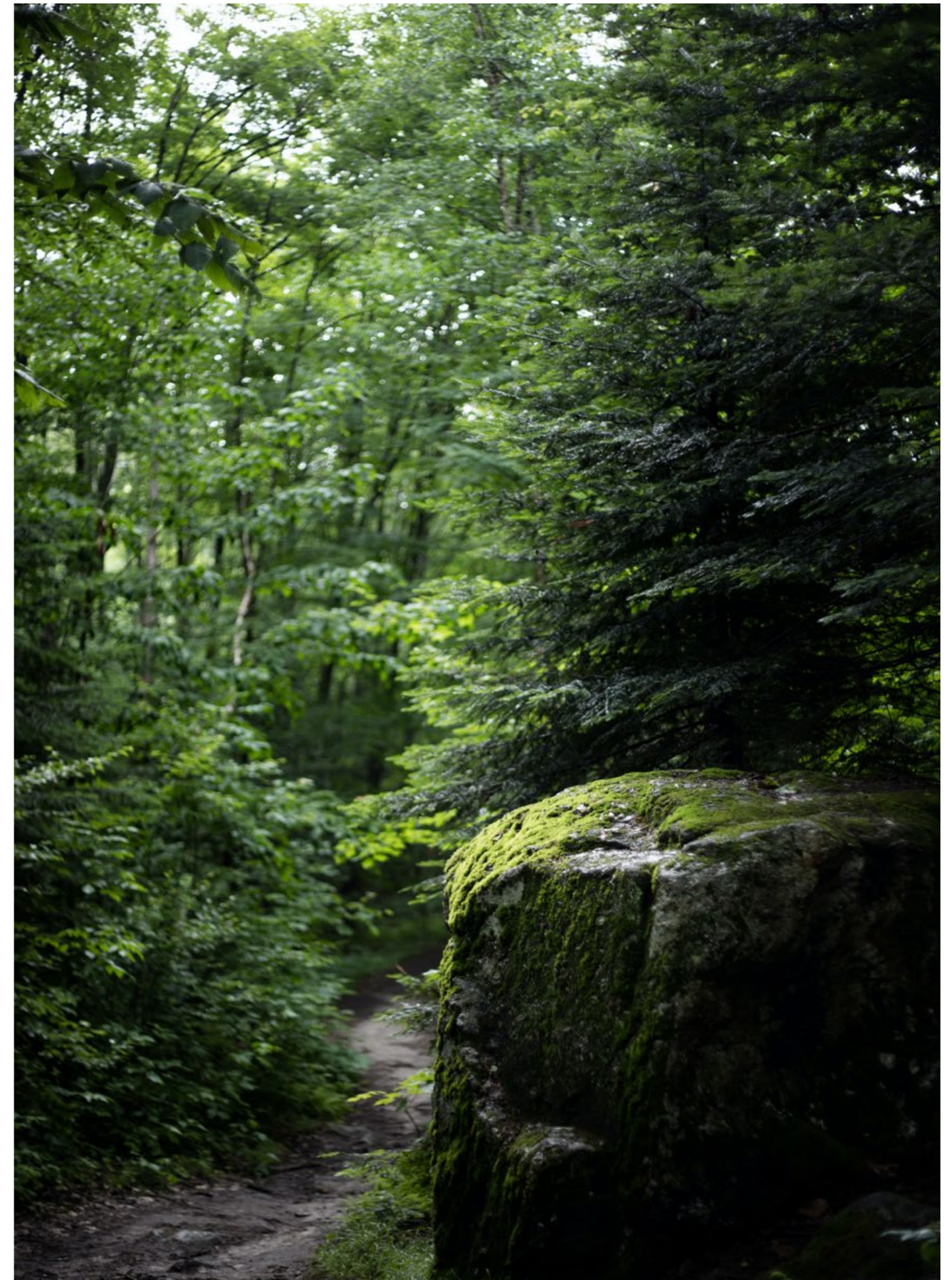
ÓRGÃO	FUNÇÃO	NOME
Assembleia-Geral	Representante do Município	Carlota Vilaça Bastos Silva Fonseca
	Presidente da Mesa	Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva
	Secretário	António Pedro Pinto de Sousa Teixeira
	Secretário	Cláudia Cristina Pimenta Carneiro
Conselho de Administração	Presidente	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeda Araújo
	Vice-Presidente	Luís André Fernandes Bragança de Assunção
	Vogal	Maria Helena Vilasboas Tavares
Fiscal Único	Efetivo	Mazars e Associados, SROC, S.A. representada por: José Fernando Abreu Rebouta
	Suplente	Patrícia Alexandra Faria Cardoso

2.3.2. VISÃO

A **Porto Ambiente** pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.

2.3.3. VALORES

- ▶ Orientação para os habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto
- ▶ Respeito e valorização do ambiente
- ▶ Sustentabilidade ambiental, económica e social
- ▶ Integridade
- ▶ Inovação
- ▶ Transparência
- ▶ Rigor
- ▶ Responsabilidade





**Relatório
do Conselho
de Administração**

3

Relatório do Conselho de Administração

“No ano de 2022 foram múltiplas as áreas de atuação em que a Porto Ambiente apostou para dar o seu contributo para a cidade... Reforço e reorganização da contentorização... Densificação e aumento de abrangência no fluxo dos Resíduos orgânicos... Introdução de novos projetos de recolha... Implementação de um sistema eficaz de localização de equipamentos... Apostas na identificação e concretização de candidaturas a projetos financiados... Reinvenção de novas abordagens e metodologias no âmbito da Limpeza do Espaço Público... Apostas na sensibilização... Adoção de metodologias de fiscalização mais eficazes e pedagógicas... Criação da Direção para a Neutralidade Carbónica do Porto. Apostas na densificação, diversificação e qualidade da Comunicação...”

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais, nomeadamente da Lei 50/2012 de 31 de agosto, a qual estabelece o atual regime jurídico da atividade empresarial local, mais concretamente em conformidade com o seu artigo 42º, conjugado com a alínea f) do número 1 do artigo 14º dos estatutos da **Porto Ambiente**, submeteu-se à apreciação e aprovação da Assembleia Geral da Empresa, o relatório e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2023.

3.1. Enquadramento Macroeconómico e Perspetivas para 2023

3.1.1. CONTEXTO INTERNACIONAL

Após dois anos severamente afetados pela pandemia COVID-19, e quando se perspetivava uma recuperação da economia, não obstante

a ainda persistência de ruturas nas cadeias de abastecimento globais e o surgimento de pressões inflacionistas, a invasão da Ucrânia pela Rússia, a 24 de fevereiro do corrente ano, constituiu o principal facto geopolítico, com impacto nas estimativas e previsões económicas da generalidade das instituições internacionais.

O aumento da procura de bens de consumo e de investimento, findas as restrições à atividade e circulação ocorridas no período pandémico, veio exercer pressão sobre as cadeias de abastecimento, de si já fragilizadas durante a pandemia de COVID-19 devido a constrangimentos logísticos e à escassez de bens intermédios, com consequências, por sua vez, ao nível dos preços. Neste quadro económico, dá-se a invasão russa da Ucrânia, a 24 de fevereiro de 2022, que contribuiu para o agravamento deste cenário e outros problemas como constrangimentos no comércio alimentar, setor energético e dele mais dependentes.

Tendo presente que a Rússia é o terceiro maior produtor e o segundo maior exportador de petróleo a nível mundial, e que cerca de 40% do gás e 30% do petróleo que a União Europeia importa provém da Rússia, a guerra na Ucrânia e as consequentes sanções à Rússia e à Bielorrússia geraram dificuldades no abastecimento destas duas fontes de energia, com impacto negativo nas indústrias e países com maior dependência destes bens e destas economias. A Rússia e a Ucrânia fornecem ainda outras matérias-primas cruciais, nomeadamente ao nível da produção e fornecimento de matérias essenciais de bens alimentares (trigo, milho, óleo de girassol).

Em termos de exposição setorial, de acordo com os supervisores nacionais, a exposição do setor financeiro e dos investidores nacionais à Rússia e à Ucrânia é relativamente reduzida. Contudo, de acordo com o Banco de Portugal, é necessário ter presente que os efeitos de segunda ordem podem ser impactantes, designadamente os que decorrem da potencial redução da procura externa pelos países mais afetados e de constrangimentos nas cadeias de valor globais.

Concluindo, ainda que se verifique uma exposição limitada e heterogénea, os impactos económicos do conflito far-se-ão inevitavelmente sentir ao nível das principais variáveis macroeconómicas, com destaque para o PIB.

As previsões do BCE para o crescimento do PIB real da área do euro evoluíram negativamente entre março e setembro do presente ano, quer no que concerne ao ano de 2022 quer, sobretudo, no que concerne a 2023, apresentando-se agora uma previsão de 0,9%, para 2023, significativamente pior do que a anteriormente prevista para o cenário adverso (2,7%). No que diz respeito às previsões para a inflação, as conclusões são semelhantes, sendo que uma previsão pior do que a do cenário adverso aconteceu para 2022.

Importa ainda referir que o cenário base parte do pressuposto de que as atuais perturbações no fornecimento de energia, e que os impactos em termos de confiança que decorrem do conflito, são temporários e que as cadeias de abastecimento globais não são significativamente

afetadas. Por outro lado, comparativamente com as projeções de março de 2022, o cenário adverso admite um agravamento nos três canais (comércio, matérias-primas e confiança) e, em particular, constrangimentos na capacidade de produção da zona euro.

Assim, não obstante a exposição limitada de Portugal às economias mais afetadas pela guerra na Ucrânia, este cenário consubstancia riscos descendentes em termos de PIB e ascendentes no que respeita à inflação que importa considerar. Estamos assim na presença do que poderá ser descrito como a maior alteração de panorama da economia global das últimas décadas, de grande complexidade e resultado ainda desconhecido, com alterações profundas nas relações comerciais entre blocos de países.

3.1.1.1 A POLÍTICA MONETÁRIA E AS TAXAS DE JURO

A política monetária das principais economias avançadas tornou-se mais restritiva em 2022. No conjunto dos países do G20 e Estados-Membros da União Europeia, registaram-se cerca de 100 aumentos de taxas de juro entre agosto de 2021 e agosto de 2022, traduzindo o movimento de agravamento mais expressivo desde, pelo menos, 1990. Neste contexto, as taxas de juro de curto e longo prazos dos EUA e da área do euro apresentaram uma tendência ascendente ao longo do ano, sinalizando uma alteração da política monetária, invertendo o ciclo de taxas de juro negativas dos últimos anos.





3.1.1.2 CONSTRANGIMENTOS NOS MERCADOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS ELEVAM PREÇOS

A conjuntura internacional, marcada pela guerra na Ucrânia e por disrupções nas cadeias de fornecimento a nível global, impactaram negativamente a evolução dos preços das matérias-primas, cuja tendência ascendente se revelava já desde 2021, especialmente no que diz respeito aos produtos energéticos. Quando comparado com janeiro de 2019, os preços das matérias-primas não energéticas e energéticas, em agosto de 2022, estão, respetivamente, 39,4% e 183,4% mais elevados.

No que diz respeito aos produtos energéticos, assistiu-se, ao longo de 2022, à escalada de preços do gás natural, refletindo em parte as quebras de abastecimento por parte da Rússia através do gasoduto *Nord Stream 1*. No mês de agosto de 2022, o preço do gás natural (*Dutch TTF*) registava um aumento de 159,3% face a fevereiro deste ano, momento em que se deu a invasão da Ucrânia por parte da Rússia. O preço do *brent*, por seu lado, tem vindo a desacelerar, estando em setembro de 2022 abaixo do nível verificado em fevereiro, evolução em parte associada à expectativa de uma recessão da economia mundial e ao aumento gradual da produção por parte dos países membros da

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Neste contexto, no mês de agosto, e comparando com o início de 2021, os preços globais do petróleo duplicaram, os do carvão quadruplicaram e os do gás natural, no mercado europeu, aumentaram quase dez vezes.

Para além dos produtos energéticos, o conflito militar originou pressões no mercado de bens alimentares, em particular sobre o trigo e o milho, já que a Ucrânia e a Rússia são responsáveis por 30% e 15% das exportações mundiais, respetivamente, bem como no fornecimento de fertilizantes, o que tem gerado preocupações a nível mundial com a possibilidade de uma crise humanitária, dada a dificuldade de acesso dos países em desenvolvimento aos produtos alimentares de que são dependentes.

3.1.2. A ECONOMIA PORTUGUESA

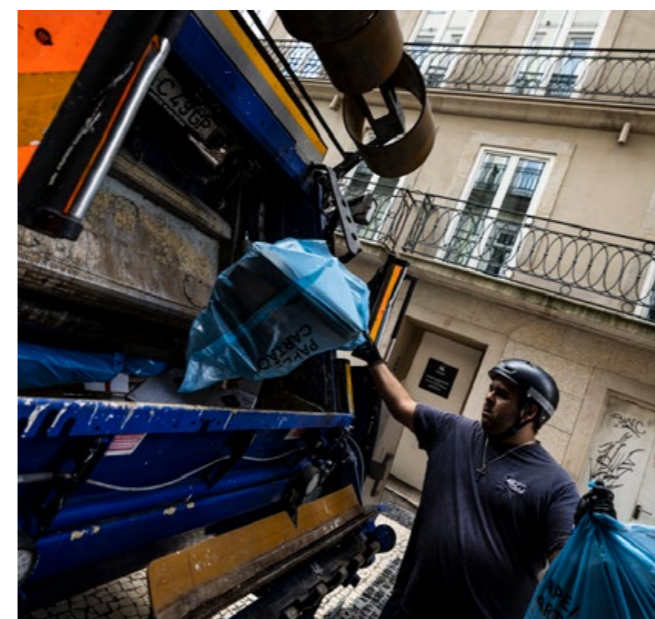
Após um crescimento de 6,8% em 2022, a economia portuguesa abrandou em 2023, para 1,5%, expandindo-se a um ritmo próximo de 2% em 2024 e 2025. O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, num quadro de incerteza global, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. A partir da segunda metade de

2023, a atividade acelera, refletindo a expectativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, uma maior absorção dos fundos europeus e a melhoria do enquadramento externo.

A inflação atinge 8,1% em 2022, reduzindo-se para 5,8% em 2023, 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025. Esta diminuição gradual reflete a redução do preço internacional das matérias-primas energéticas, alimentares e outras, bem como menores pressões da procura resultantes de uma política monetária mais restritiva.

O mercado de trabalho mantém um comportamento favorável em 2022, com o emprego a crescer 2,3%. Para 2023-25 projeta-se uma estabilização do emprego e da taxa de desemprego.

A incerteza em torno da projeção é elevada, com riscos descendentes para a atividade e ascendentes para a inflação. O principal risco decorre de repercussões mais adversas da invasão da Ucrânia, nomeadamente a possibilidade de interrupções no abastecimento de gás, levando a cortes na produção e novas subidas dos preços, bem como a uma redução da confiança. Existe ainda o risco de um crescimento mais forte dos salários e das margens de lucro das empresas. A materialização destes riscos implicaria uma maior persistência das pressões inflacionistas, com impactos adversos sobre a atividade.



O consumo privado cresce 0,2% em 2023 e 1%, em média, em 2024-25, após um aumento de 5,9% em 2022. Em 2023, a variação marginal do consumo privado está associada à menor almofada financeira e ao aumento dos preços e do serviço da dívida. A recuperação em 2024-25 reflete a dissipação da incerteza e o crescimento moderado do rendimento disponível real, num quadro de redução da inflação e estabilização das taxas de juro.

O investimento desacelera para 1,3% este ano, projetando-se crescimentos de 2,9% em 2023 e de 4,9%, em média, em 2024-25. O comportamento contido em 2022-23 é explicado pelo contexto de elevada incerteza, restrições da oferta, aperto das condições de financiamento e abrandamento da procura. Nos anos seguintes, a dissipação da incerteza e a melhoria das perspetivas de procura traduzem-se num maior crescimento.

Após um crescimento de 17,7% em 2022, reflexo da forte recuperação da componente de turismo, as exportações crescem em torno de 4% em 2023-25. As exportações de bens deverão crescer 3,5% em 2023 (após 6,3% em 2022) e 4,1%, em média, em 2024-25, em linha com a evolução da procura externa e a manutenção de ganhos de quota de mercado. A balança corrente e de capital apresenta um défice de 0,6% do PIB em 2022, retornando a um saldo positivo de 1,9%, em média, no período 2023-25.

A redução da inflação é responsabilidade primordial da política monetária, mas deve envolver a coordenação dos vários agentes económicos, para benefício da sociedade. Num contexto de perda de termos de troca da economia – que implica uma perda de rendimento real que deve ser partilhada – é importante a coordenação das expectativas em torno do objetivo de estabilidade de preços do Banco Central Europeu, assegurando que os aumentos dos salários e das margens das empresas não geram pressões inflacionistas persistentes, com consequências negativas para a competitividade e a estabilidade macroeconómica. Adicionalmente, devem evitar-se estímulos orçamentais generalizados (*comunicado do Banco de Portugal sobre o Boletim Económico de dezembro de 2022*).

3.1.3. O CONTEXTO MACROECONÓMICO E A ATIVIDADE DA PORTO AMBIENTE

Dado o enquadramento societário da **Porto Ambiente** assim como o âmbito dos serviços prestados pela mesma (serviço público e de interesse geral), os impactos decorrentes do contexto económico anteriormente explanado deverão sempre ser considerados num âmbito limitado, sendo os mesmos adequadamente ponderados na secção 3.21 Eventos subsequentes, nos casos em que se considere relevante a referida ponderação e conclusões para o normal funcionamento da atividade.



Destacamos ainda assim que as expectativas de crescimento do turismo para o ano de 2023, indiciam naturalmente um incremento da atividade comercial e turística da cidade, e consequentemente, uma expectativa do crescimento dos quantitativos de resíduos, resultando daqui uma oportunidade para a **Porto Ambiente** fazer ainda mais aquilo que melhor sabe fazer, servir a Cidade.

Destaque para o atual contexto de guerra, ao qual a **Porto Ambiente** não é imune. Já por diversas vezes a crise pandémica vivida nos últimos anos incrementou o desafio ao fornecimento de determinados componentes e à execução de

determinados projetos, estimando-se que a invasão russa apenas tenda para agravar o mesmo desafio, ou no limite, no preço dos referidos fornecimentos como já verificado no caso dos combustíveis.

3.2. Ajustamentos Legislativos no Âmbito da Redefinição de Estratégia e Objetivos na Gestão de Resíduos

A **Porto Ambiente**, com o objetivo de se continuar a afirmar como uma organização de referência

no setor, visa incorporar nas suas ações todas as medidas que considere relevantes para o cumprimento das metas definidas pelo setor, estando permanentemente atenta aos ajustamentos legislativos publicados, assim como às melhores práticas implementadas pelos parceiros.

Assim, e conforme já tem sido divulgado, elencamos em seguida os mais recentes desenvolvimentos promovidos pela Comissão Europeia, em 2018, no âmbito do quadro estratégico para a Economia Circular, alinhando os regulamentos com o conceito de circularidade e da promoção da sua prossecução.

- Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa aos resíduos, alterada pela Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018;

- Diretiva 94/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 1994, relativa a embalagens e resíduos de embalagens, alterada pela Diretiva (UE) 2018/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018;

- Diretiva 2012/19/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), alterada pela Diretiva (UE) 2018/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018;

- Diretiva 2006/66/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de setembro de 2006, relativa a pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, alterada pela Diretiva (UE) 2018/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018;

- Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa à deposição de resíduos em aterro, alterada pela Diretiva (UE) 2018/850 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018;

- Diretiva 2000/53/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro de 2000, relativa aos veículos em fim de vida, alterada pela Diretiva (UE) 2018/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018 (não se enquadrando o âmbito desta na esfera da **Porto Ambiente**).

As principais alterações resultantes da revisão destes diplomas são:

- ▶ Obrigatoriedade de assegurar a separação e valorização na origem, ou a recolha seletiva, dos biorresíduos, até ao final de 2023;

- ▶ Obrigatoriedade de assegurar a recolha seletiva de resíduos têxteis e resíduos domésticos perigosos (fintas, vernizes, produtos de limpeza, etc.) até ao final de 2024;



- ▶ Definição de novas metas de preparação para reutilização e reciclagem: 55% dos resíduos urbanos em 2025, 60% em 2030 e 65% em 2035;

- ▶ Definição de novas metas para o aumento da reciclagem de resíduos de embalagens: 60% dos resíduos urbanos em 2025 e 70% em 2030;

- ▶ Definição de novas metas para a reciclagem dos resíduos de embalagens: 65% dos resíduos de embalagens em 2025 e 70% em 2030;

- ▶ Definição de metas para a redução dos resíduos alimentares: 30% dos resíduos alimentares até 2025 e 50% até 2030;

- ▶ Proibição de deposição em aterro de resíduos recicláveis a partir de 2030;

- ▶ Definição de nova meta de deposição em aterro: máximo de 10% dos resíduos urbanos até 2035.

Para além das questões referidas anteriormente, diretamente relacionadas com a atividade da **Porto Ambiente**, importa salientar alguns outros aspetos alterados ou introduzidos na sequência da revisão legislativa. Estes, ainda que não condicionem nem sejam condicionados diretamente pela



atividade da empresa, influenciam indiretamente a mesma, na medida em que impactam em todo o enquadramento dos sistemas de gestão de resíduos, nomeadamente:

- ▶ A definição de requisitos mínimos de Responsabilidade Alargada do Produtor (RAP) e a obrigatoriedade de definição de regimes de RAP para todas as embalagens até ao final de 2024;

- ▶ A harmonização do método de cálculo das taxas de reciclagem e a definição de medidas de redução, prevenção e gestão de embalagens e produtos de plástico, tais como o estabelecimento de sistemas de depósito e tara retornável de embalagens e a restrição da colocação no mercado de certos produtos descartáveis;

- ▶ A definição de que, a partir de 2027, apenas os biorresíduos provenientes da recolha seletiva serão contabilizados para o cumprimento das metas.

No seguimento destas alterações e do desempenho nacional relativamente aos objetivos preconizados no PERSU 2020, em 2019 é aprovado o PERSU 2020+, que faz uma reflexão estratégica e ajustamentos às medidas do PERSU 2020. A abordagem adotada no PERSU 2020+ alarga o universo dos sistemas de gestão de resíduos urbanos (SGRU) a uma escala territorial, de modo a permitir a partilha de infraestruturas e promover ganhos de escala. Foram definidas 5 regiões, de acordo com as Comissões de

Coordenação e Desenvolvimento Regional (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), para cada uma são definidas as medidas e ações a desenvolver para o cumprimento das metas estabelecidas para 2020, que serão avaliadas em 2022, e poderão ter continuidade no próximo plano estratégico para o período 2020-2035. Mantêm-se assim as metas específicas definidas para cada SGRU, sendo que a partilha de infraestruturas deverá contribuir para a sua concretização.

Tendo em conta a capacidade de tratamento e valorização das infraestruturas existentes em cada região, bem como a capacidade adicional que será necessária para garantir o cumprimento das metas, no PERSU 2020+ são definidas as opções que serão consideradas para as ações a realizar:

- ▶ Aumento da recolha seletiva de biorresíduos, complementando a rede de estações de tratamento com unidades de compostagem comunitária;



- ▶ Reforço da recolha seletiva multimaterial, através do investimento em sistemas de recolha inovadores, tais como sistemas de recolha porta-a-porta e sistemas PAYT, com o objetivo de aumento da quantidade e qualidade dos resíduos recolhidos seletivamente;



- ▶ Reforço da capacidade instalada de triagem multimaterial;

- ▶ Ajuste da tecnologia Tratamento Mecânico (TM) / Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) para a receção de biorresíduos de recolha seletiva;

- ▶ Produção de Combustível Derivado de Resíduos (CDR);

- ▶ Valorização energética através da produção de biogás em aterro e digestão anaeróbia;

- ▶ Redução e valorização das componentes materiais da fração resto resultante do tratamento de resíduos, com os objetivos de aumento da preparação para reutilização e reciclagem e eliminação da deposição de recicláveis em aterro;

- ▶ Desenvolvimento de plataformas de transação de subprodutos e matérias-primas secundárias;

- ▶ Implementação de sistemas de incentivo e tara retornável para os resíduos de embalagens, priorizando os plásticos, materiais ferrosos e alumínio (em linha com a diretiva plásticos);

- ▶ Campanhas de prevenção e redução da produção de resíduos;

- ▶ Campanhas de educação e sensibilização ambiental, com enfoque no desperdício alimentar;

- ▶ Ações de sensibilização e fiscalização, com o objetivo de aumentar quantidade e a qualidade dos recicláveis recolhidos seletivamente.

Ainda no PERSU 2020+, é referida a necessidade de intervir, através da definição de um sistema tarifário justo para os cidadãos e que assegure a recuperação de custos pelos municípios, bem como a necessidade de reavaliar a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), funcionando como um instrumento que promova a prossecução dos objetivos definidos, nomeadamente a minimização da deposição em aterro e o aumento da recolha seletiva.

A 10 de dezembro de 2020 foi publicado, em Diário da República, o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, que consagra o Regime Geral da Gestão de Resíduos (RGGR), o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e que altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos. O referido decreto transpõe para a ordem jurídica nacional algumas das Diretivas Europeias referidas anteriormente, nomeadamente a Diretiva 2008/98/CE e a Diretiva 94/62/CE.

No âmbito da atividade da **Porto Ambiente**, salientam-se os seguintes aspetos da nova redação do RGGR: a definição da obrigatoriedade da recolha seletiva de biorresíduos, de resíduos têxteis e de resíduos domésticos perigosos, nos prazos já mencionados anteriormente e as alterações ao nível da Taxa de Gestão de Resíduos.

3.3. Evolução da Atividade, Investimentos e Resultados

Alguns dos indicadores e rácios de exploração e financeiros relevantes para o período de 2022 apresentam-se em seguida: (ver tabela)

O Ativo reflete essencialmente:

- a) O Ativo fixo tangível e intangível, no montante de 6.1 milhões de euros;
- b) O saldo a receber de Clientes, no montante de 3.4 milhões de euros, o qual respeita essencialmente à tarifa dos resíduos sólidos;
- c) Os Meios financeiros líquidos no montante de 5.6 milhões de euros.

O Passivo reflete essencialmente:

- a) O saldo em dívida a Instituições de crédito, no montante de 3.8 milhões de euros, o qual resultou da contratação da frota de viaturas pesadas e equipamentos, com recurso a locação financeira;

valores expressos em euros

ESTRUTURA FINANCEIRA	2022	2021
Ativo	16 081 417,73	14 133 383,15
Passivo	10 551 505,15	8 704 274,09
Capitais próprios	5 529 912,58	5 429 109,06
Autonomia financeira	34,39%	38,41%
Solvabilidade	52,41%	62,37%

valores expressos em euros

ESTRUTURA ECONÓMICA	2022	2021
Prestação de serviços	16 447 326,71	15 480 639,18
Subsídios à exploração	8 381 976,98	7 203 911,12
Subtotal Rédito	24 829 303,69	22 684 550,30
Subcontratos	(6 032 696,31)	(5 511 156,74)
Tratamento de resíduos (excluindo TGR)	(4 834 432,09)	(4 699 680,54)
Gastos com o pessoal	(7 807 525,33)	(6 991 432,50)
Combustíveis e manutenção	(2 767 890,16)	(1 776 619,27)
Aluguer operacional de viaturas	(269 431,42)	(355 905,75)
Encargos com cobrança	(535 803,19)	(503 503,53)
TGR paga	(505 552,76)	(592 833,99)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(172 027,77)	(111 311,18)
Subtotal Principais Gastos da operação	(22 925 359,03)	(20 542 443,50)
Outros rendimentos e gastos operacionais	(803 233,53)	(807 214,32)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	1 100 711,13	1 334 892,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(846 344,54)	(747 270,83)
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	254 366,59	587 621,65
Resultados financeiros	(21 909,68)	(21 753,52)
Resultado antes de imposto (RAI)	232 456,91	565 868,13
Imposto sobre rendimento do período	(23 370,12)	(32 666,70)
Resultado líquido do período	209 086,79	533 201,43



b) O saldo em dívida a fornecedores, no montante de 3,8 milhões de euros;

c) Outras contas a pagar, no montante de 1,2 milhões de euros, que consideram essencialmente o montante de acréscimos de gastos;

que a tarifa de resíduos urbanos não se verifique suficiente para a cobertura dos gastos desta atividade regulada, o défice resultante da mesma seria igualmente objeto subsídio à exploração, pelo que o resultado desta atividade será igualmente nulo.

Uma vez que a Limpeza do Espaço Público, assumindo características de um bem social, está excluída do Sistema Tarifário, as transferências atribuídas a título de subsídio à exploração visam cobrir os custos líquidos do serviço, pelo que o resultado desta atividade será sempre nulo.

De forma idêntica ao mencionado supra, também a atividade da Neutralidade Carbónica está excluída de qualquer Sistema Tarifário, na medida em que traduz um desafio assumido pela cidade para integrar o restrito leque de cidades que vão liderar a neutralidade carbónica na Europa até 2030. Nesse contexto, as transferências atribuídas a título de subsídio à exploração visam cobrir os custos líquidos do serviço, pelo que o resultado desta atividade será sempre nulo.

No que respeita à atividade de Gestão de Resíduos Sólidos, sendo a mesma regulada e com objetivos de sustentabilidade, encontra-se definida uma trajetória tarifária que ambicione garantir a integral cobertura dos gastos da atividade pelas receitas obtidas pelo tarifário aprovado. Nos períodos em

Dada a trajetória tarifária definida e articulada com o desenvolvimento da cidade, a **Porto Ambiente** registou, pela primeira vez em 2020 o importante marco da total cobertura tarifária dos seus encargos, tendo conseguido manter o mesmo no ano de 2021.



No que respeita ao período de 2022 e, não obstante todo o esforço da equipa e sinergias identificadas, por força da crise energética, com o gás natural a registar taxas de crescimento superiores a 300% em determinados momentos do ano, não foi possível manter a cobertura tarifária dos gastos, tendo a mesma sido assegurada com recurso ao contrato programa para cobertura tarifária num montante inferior a 3% do total de gastos (cobertura tarifária em cerca de 97%).

Deste modo, o resultado operacional do ano foi positivo em cerca 209 mil euros, atribuível na íntegra à atividade efetuada no âmbito do Serviços auxiliares, conforme se ilustra: (ver tabela)

3.4. Atividades em 2022

No ano de 2022 foram múltiplas as áreas de atuação em que a Porto Ambiente apostou para dar o seu contributo para a cidade, em particular nas áreas de atuação que lhe foram delegadas ou mandatadas. Desses objetivos e desafios, destacamos os seguintes aspetos:

- ▶ Reforço e reorganização da contentorização;
- ▶ Densificação e aumento de abrangência no fluxo dos Resíduos orgânicos;
- ▶ Introdução de novos projetos de recolha;
- ▶ Implementação de um sistema eficaz de localização de equipamentos;

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO 2022				
		RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS	SERVIÇOS AUXILIARES	LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	NEUTRALIDADE CARBÓNICA	
Vendas e serviços prestados	+	5; 11; 16.1	15 922 245,34	492 448,28	32 633,09	-
Contratos programa		5; 11; 16.1	530 816,34	-	7 502 172,22	49 881,13
Outros subsídios à exploração	+	5; 11; 16.1	290 854,74	-	3 046,40	5 206,15
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	10.3; 16.1	(106 934,36)	(395,58)	(64 697,83)	-
Fornecimentos e serviços externos	-	8; 16.1	(9 279 736,43)	(188 855,19)	(6 291 865,74)	(41 240,00)
Subcontratos	-		-	-	(6 032 696,31)	-
Tratamento de resíduos	-		(4 681 301,68)	(140 704,66)	(12 425,76)	-
Outros trabalhos especializados	-		(995 128,77)	(10 194,85)	(83 851,93)	(37 283,15)
Combustíveis e manutenção	-		(2 718 586,12)	(28 393,40)	(20 539,50)	(371,14)
Aluguer de viaturas	-		(188 479,39)	(1 979,39)	(76 185,96)	(2 786,68)
Fornecimentos e serviços externos - outros	-		(696 240,48)	(7 582,89)	(66 166,27)	(799,03)
Gastos com pessoal	-	16.1; 16.3	(6 493 214,95)	(60 548,24)	(1 240 230,64)	(13 531,50)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	9	(212 126,32)	(11 604,65)	-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		110,19	-	12,63	-
Outros rendimentos	+	16.1	818 708,54	990,26	76 692,66	-
Outros gastos	-	16.1	(604 401,70)	(12 216,36)	(3 507,35)	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		866 321,38	219 818,52	14 255,46	315,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6; 7; 16.1	(827 556,45)	(7 563,26)	(11 224,83)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		38 764,93	212 255,26	3 030,62	315,78
Juros e gastos similares suportados	-		(21 656,88)	(252,81)	-	-
Resultado antes de impostos	=		17 108,06	212 002,45	3 030,62	315,78
Imposto sobre rendimento do período	-/+		(17 108,06)	(2 915,66)	(3 030,62)	(315,78)
Resultado líquido do período	=		(0,00)	209 086,80	0,00	(0,00)

- ▶ Aposta na identificação e concretização de candidaturas a projetos financiados;
- ▶ Reinvenção de novas abordagens e metodologias no âmbito da Limpeza do Espaço Público;
- ▶ Aposta na sensibilização;
- ▶ Adoção de metodologias de fiscalização mais eficazes e pedagógicas;
- ▶ Criação da Direção para a Neutralidade Carbónica do Porto;
- ▶ Aposta na densificação, diversificação e qualidade da Comunicação.

3.5. Sistemas de Informação

Em linha com o Plano Estratégico de desenvolvimento dos Sistemas de Informação, a **Porto Ambiente** deu continuidade à evolução da utilização das aplicações que têm vindo a ser desenvolvidas desde 2019, tendo mantido igualmente a ambição da contínua evolução do nível de digitalização, integração e automatização de processos.

Em paralelo e não descurando um tema com muita atualidade, a **Porto Ambiente** encarou com toda a diligência o preconizado pelo Decreto-Lei n.º 65/202 que *regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e define as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança em execução do Regulamento (UE)2019/881 do PE*, passando assim a dar cabal cumprimento ao mesmo, e reforçando os níveis de segurança da sua estrutura de Sistemas de Informação.

Apresentamos, de forma sintética, algumas das principais componentes que integram a arquitetura implementada ou em implementação.

a) Aplicação Android para o registo de dados operacionais

Implementado em janeiro de 2019, o projeto, inicialmente denominado de "Drivers" consistiu, numa fase inicial, numa aplicação disponibilizada num dispositivo móvel atribuído aos motoristas dos veículos de recolha. Esta aplicação permitiria registar o início e final de cada serviço, colecionando as horas respetivas e os colaboradores envolvidos em cada circuito. Adicionalmente, permitia registar eventos de exceção, entre os quais danos

nos equipamentos, impedimento de recolha dos equipamentos ou objetos de grande dimensão abandonados na via pública, entre outros.

O projeto constituiu uma "âncora" fundamental da Estratégia de Sistemas de Informação em desenvolvimento, fornecendo uma base de trabalho para a integração com outros sistemas, reduzindo largamente a utilização de formulários em papel e o trabalho manual de introdução de dados.

Esta aplicação tem vindo a registar inúmeras atualizações e evoluções, as quais resultam quer da crescente curva de aprendizagem dos utilizadores, quer da crescente ambição dos gestores deste projeto e do potencial de aplicabilidade identificado. Atualmente a aplicação permite, em tempo quase real, o planeamento de descargas no respetivo destino final, prevendo-se igualmente a criação de utilitários e a abrangência da mesma a outras áreas e funções da **Porto Ambiente**.

b) API – Interface de Integração de Sistemas

Implementado em janeiro de 2019 e objeto de sucessivas atualizações ao longo dos anos, o Interface de Integração tem como principal objetivo constituir uma "central" de troca de informação entre sistemas, incluindo não apenas os diversos sistemas internos bem como os diversos sistemas externos dos parceiros da **Porto Ambiente**.

Entre as várias integrações realizadas, destacam-se os envios de informação operacional relativa a avarias, integrada com a aplicação "Glose", e relativa a objetos de grande dimensão abandonados na via pública, equipamentos danificados e necessidade de limpeza de rua enviados ao fornecedor externo, também já integrada com a plataforma do fornecedor da Limpeza do espaço público.

c) GLOSE – Gestão e Manutenção de ativos

A aplicação "Glose" foi contratada para gerir os ativos, numa primeira fase, já concluída, apenas os veículos e numa segunda fase, em desenvolvimento, os equipamentos de recolha. Esta gestão tem como principal objetivo a análise e registo das ações de manutenção e do seu impacto, nomeadamente o nível do custo.

d) STRATIO – Aquisição e análise de informação de veículos

Implementado totalmente em 2020 e já transferida para a nova frota. O projeto consiste na instalação de um dispositivo em cada veículo, ligado à central do mesmo, que permite adquirir os dados de funcionamento, para além da sua geolocalização permanente. Posteriormente, a aplicação de software baseada na nuvem analisa esses dados e em função de alertas configurados e inteligência artificial permite detetar avarias atuais e potenciais e lançar alertas em vários sistemas, bem como conhecer instantaneamente e historicamente a posição de todos os veículos ou a sua velocidade instantânea ou média.

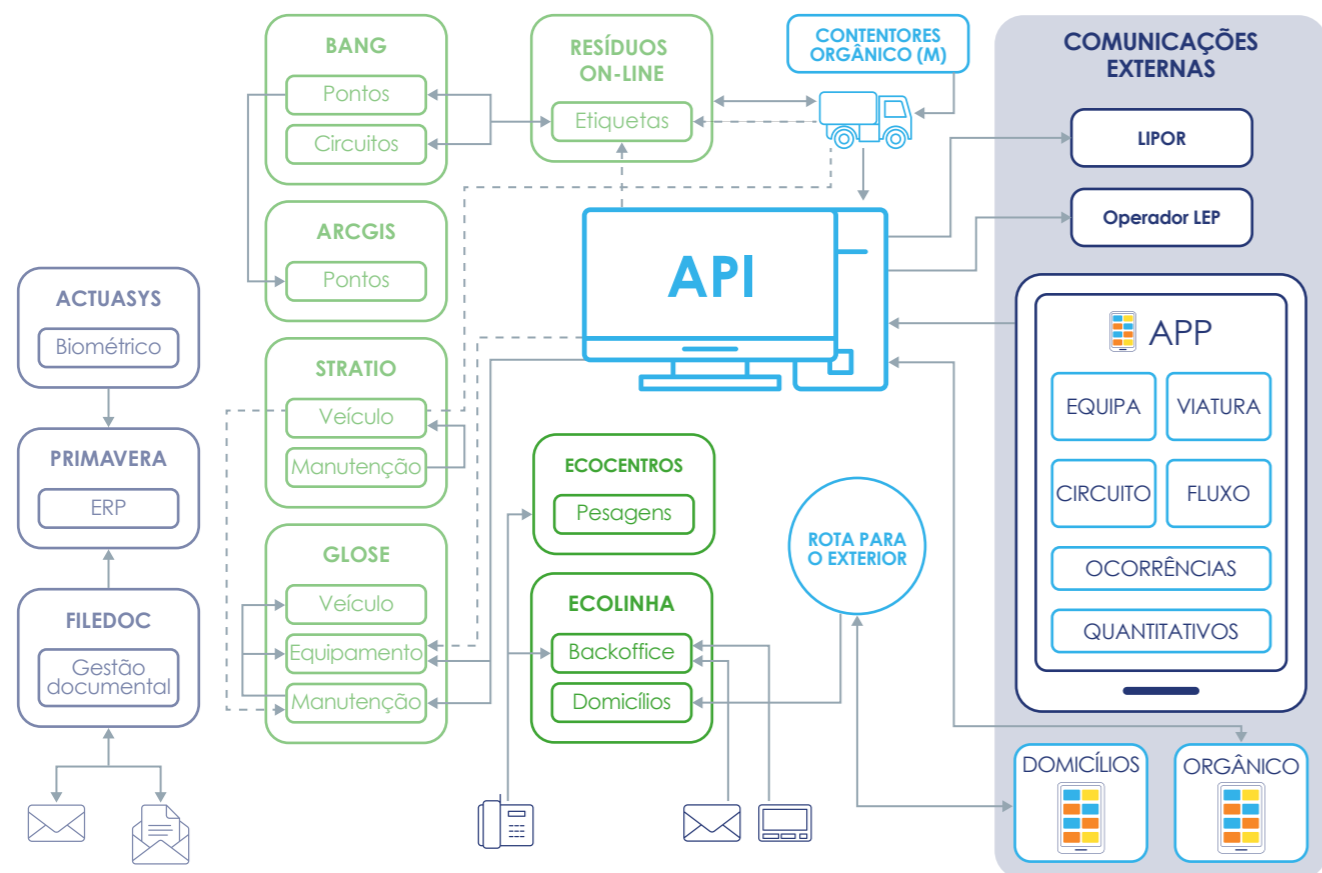
Entre os sistemas cujo desenvolvimento foi iniciado, para além de diversas integrações em curso que automatizarão a recolha e distribuição de dados, destaca-se um sistema de gestão da localização de todos os equipamentos que, complementado com identificadores individuais, permitirá conhecer o histórico de utilização dos mesmos.

e) RESÍDUOS ON-LINE – Localização de equipamentos e execução de circuitos

No âmbito do definido na Estratégia de Sistemas de Informação, esta solução, implementada no decurso do ano de 2022, visa satisfazer as necessidades operacionais de recolha de resíduos e na inventariação permanente dos ativos associados, bem como a sua respetiva localização geográfica.

Este projeto garante, por um lado, a capacidade de identificação dos equipamentos de deposição de resíduos (contentores) em operação, realizando igualmente o controlo operacional da execução detalhada do planeado em cada circuito.

Do ponto de vista físico, a solução passa pela colocação de identificadores nos contentores, os quais comunicam com os dispositivos colocados nos veículos da frota automóvel de recolha de resíduos da **Porto Ambiente**, e que posteriormente comunicam com a API.



Hoje a **Porto Ambiente** dispõe de uma série de *Dashboards* desenvolvidos internamente que, com a informação dos diferentes sistemas já enumerados, permitem uma monitorização da sua atividade em tempo real, uma ferramenta imprescindível para a gestão diária e apoio à decisão e planeamento.

O diagrama anterior apresenta uma visão do Sistema de Informação global, incluindo os subsistemas de Informação e interfaces de integração já implementadas.

Esta versão do diagrama, representa as componentes disponíveis no momento, ainda que se encontrem já planeados vários desenvolvimentos, com integração de outros componentes e substituição parcial dos já existentes, apresentando igualmente o projeto piloto relativo às sondas de enchimento, cuja continuidade se encontra em avaliação.

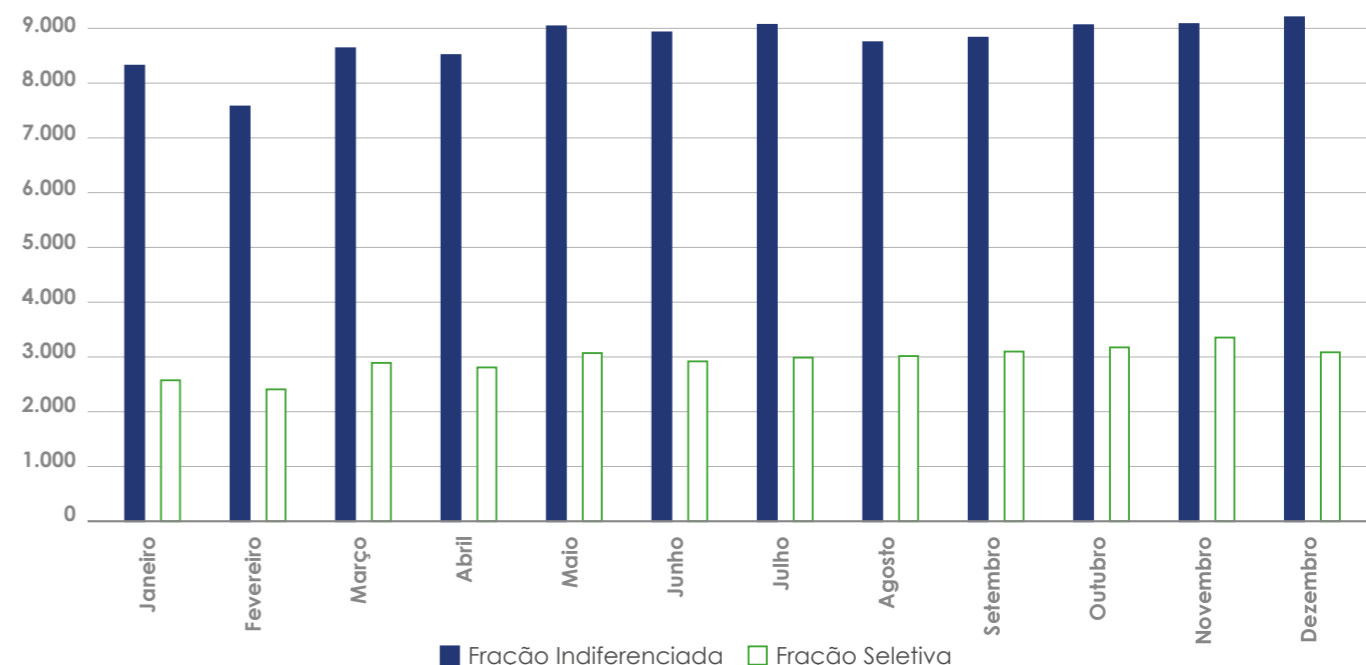
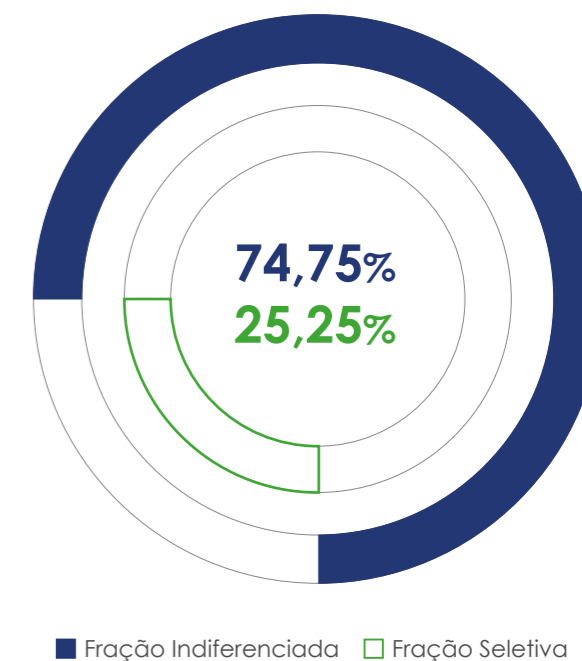
3.6. Gestão de Resíduos Urbanos

3.6.1. EVOLUÇÃO DE RESÍDUOS RECOLHIDOS, POR PERÍODO E NATUREZA DE RESÍDUO

O ano de 2022 registou, ao nível da atividade de Gestão de resíduos urbanos, uma performance muito positiva. Os quantitativos globais recolhidos registaram um crescimento em cerca de 7%, resultado esse expectável na medida em que as res-

trições decorrentes dos períodos de confinamento sentidos nos anos transatos, estão, neste momento, plenamente ultrapassados. O registo que consideramos positivo, decorre do facto de que esse crescimento foi registado na sua componente mais relevante, ao nível da fração seletiva (em mais de 5,3 mil toneladas), fruto dos projetos que tem vindo a ser implementados, assim como das iniciativas que a **Porto Ambiente** tem vindo a colocar no terreno.

3.6.1.1. TONELADAS TOTAIS RECOLHIDAS NO ANO DE 2022

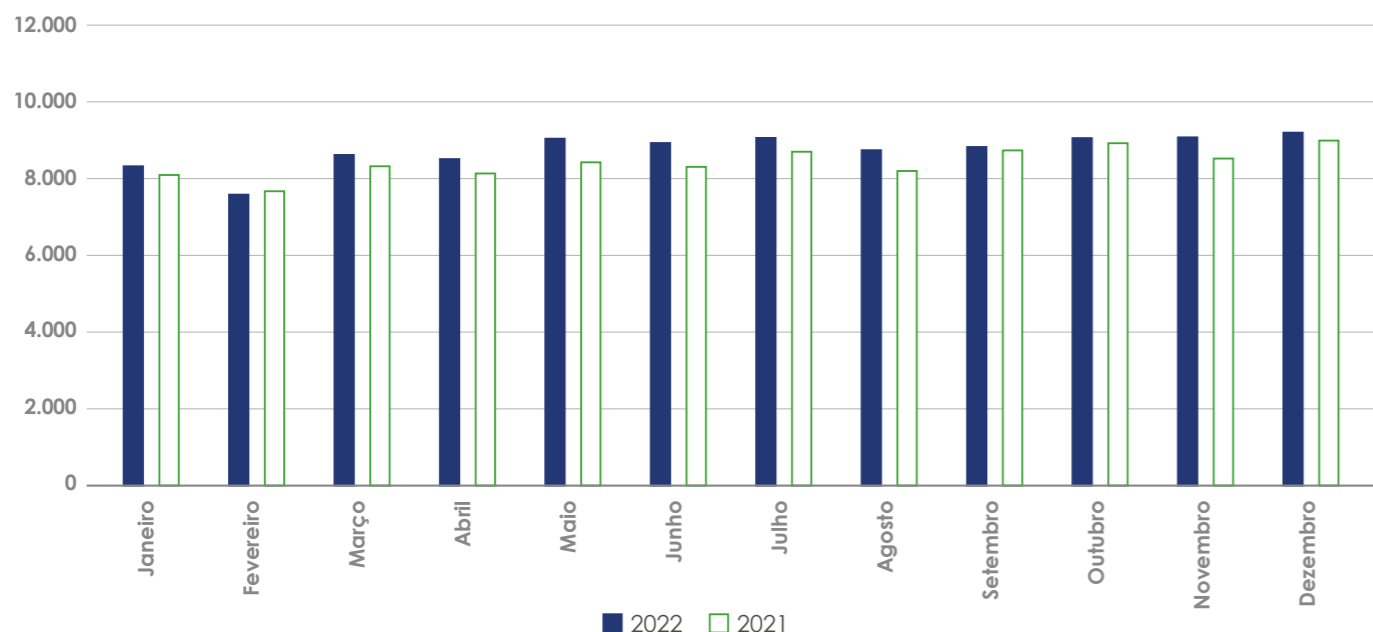


3.6.1.2. TONELADAS RECOLHIDAS NO ANO DE 2022 E 2021, POR FRAÇÃO

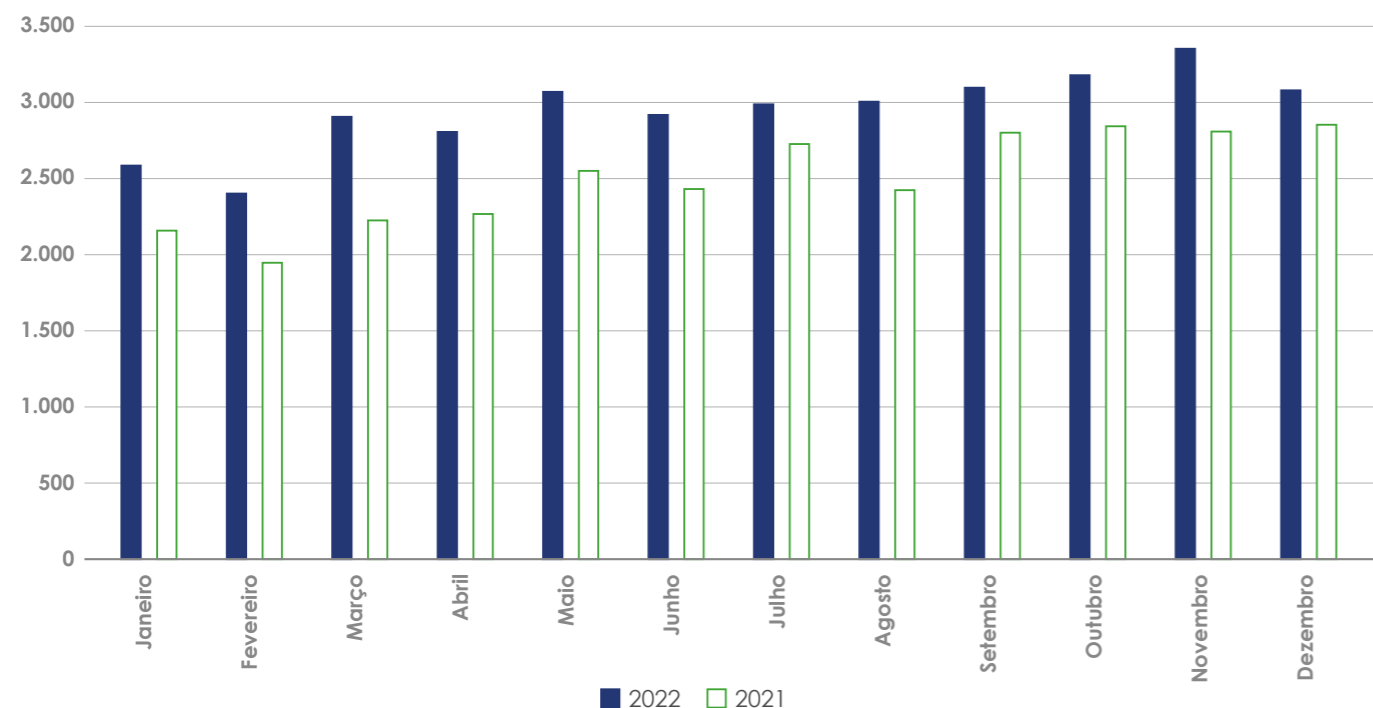
Analisando graficamente a evolução anual, face ao período homólogo, por fração de resíduo (indiferenciada vs. seletiva): (ver tabela)

Os resíduos recolhidos indiferenciadamente totalizaram, no período de 2022, os quantitativos de 105 232 toneladas no acumulado do ano. Estes montantes representam um crescimento de cerca de 3,85%, a que correspondem 3 905 toneladas no acumulado do ano face ao período homólogo.

Toneladas de Resíduos Indiferenciados



Toneladas de Resíduos Seletivos



Os resíduos recolhidos seletivamente totalizaram, no período de 2022, os quantitativos de 35 544 toneladas no acumulado do ano. Estes montantes, incorporam um crescimento de cerca de 17,69%, a que correspondem 5 343 toneladas no acumulado do ano face ao período homólogo.

muito acima do expectável, o qual foi rapidamente absorvido fruto da crise pandémica, tendo o ano terminado com montantes totais de quantitativos em níveis muito anteriores ao do âmbito de análise.

Este comportamento, está espelhado nos seguintes gráficos relativos à evolução de resíduos, fração indiferenciada e seletiva respetivamente, desde o ano de 2016: (ver gráfico)

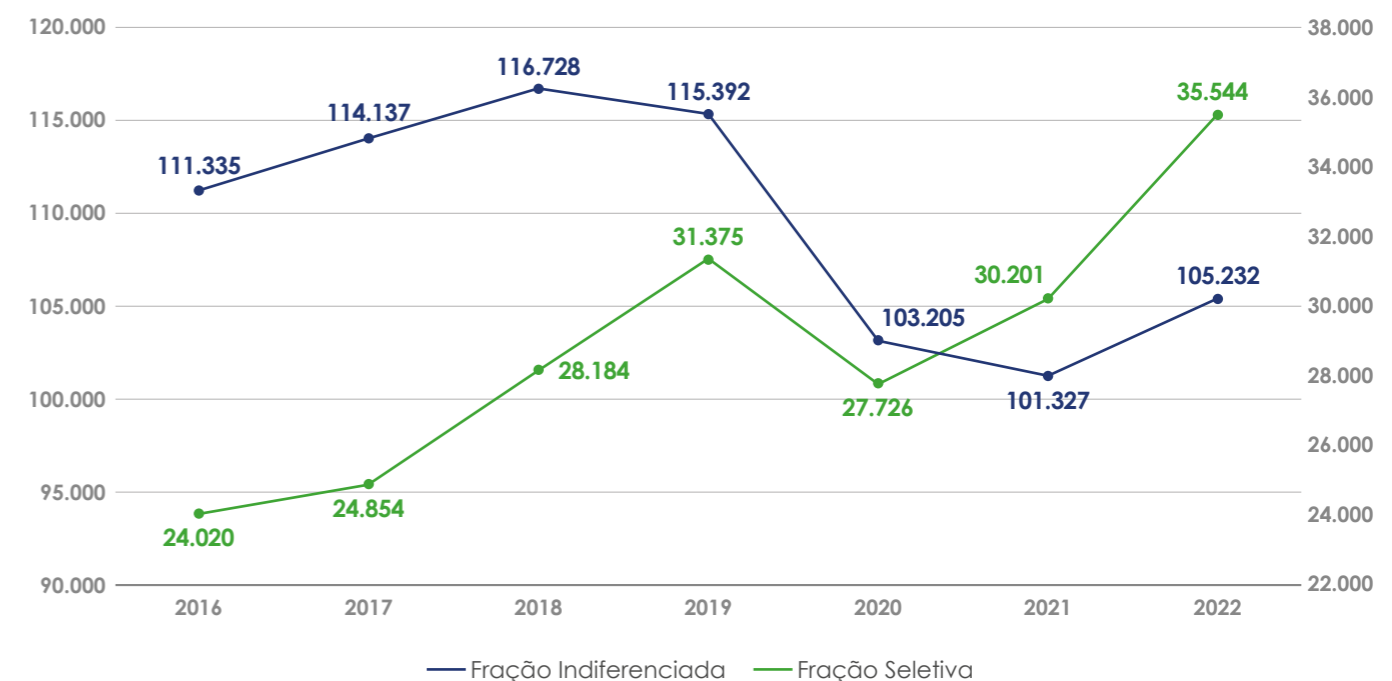
Já em 2021, com o início da retoma económica, o foco da **Porto Ambiente** foi de direcionar esse crescimento para a fração seletiva, através dos projetos de Recolha de resíduos orgânicos (setor não residencial), Porta-a-porta residencial, e densificação da rede de ecopontos no Município. Estratégia essa que se tem revelado vencedora, na medida em que em 2021, não obstante do total de resíduos recolhidos ter sido manifestamente o mesmo do que o do período homólogo, o crescimento da fração seletiva foi de 9%.

Desde 2017 (ano de constituição da **Porto Ambiente**) as medidas implementadas no sentido do cumprimento da estratégia da Empresa tiveram repercussão na curva de crescimento da fração seletiva. Este crescimento, para além de se verificar muito superior (em termos relativos), registou em 2019 um comportamento único, na medida em que manteve a tendência de crescimento, inversamente ao que se verifica na fração indiferenciada (decréscimo) nos anos de 2020 e 2021.

Já em 2022 o completo levantamento das restrições decorrentes dos períodos de confinamento sentidos nos anos transatos levou a um natural crescimento do total de resíduos, mas a performance associada à preponderância do crescimento da fração seletiva manteve-se, com um crescimento na ordem dos 18%.

Para uma adequada contextualização, recordamos que em 2020, registou no seu início – pré-pandemia – um desempenho operacional

Evolução dos Quantitativos de Resíduos Frações Indiferenciada e Seletiva



Ainda no que respeita ao comportamento da fração seletiva em 2022, face ao respetivo período homólogo, apresentam-se em seguida os principais fluxos contribuidores, o Multimaterial e o Orgânico, sendo possível verificar a magnitude do positivo impacto das apostas efetuadas ao nível desta última fração (Orgânico, com um crescimento na ordem dos 50%):

montantes em Ton

FLUXO	QUANTITATIVOS		EVOLUÇÃO	
	2022	2021	Absoluta	Relativa
Multimaterial	18 603	16 166	2 437	15,07%
Orgânico	9 701	6 487	3 214	49,54%
Outros	7 240	7 547	-307	-4,06%
-	35 544	30 201	5 343	17,69%

3.6.2. METAS DE RECOLHA SELETIVA

O nível de avaliação do cumprimento das metas fixadas para a recolha seletiva é analisado nas seguintes duas vertentes distintas:

#	TAXA DE CUMPRIMENTO DAS METAS DE RECOLHA SELETIVA	31.12.2022	
		OBJETIVO	RESULTADO
1	Meta de preparação para reutilização e reciclagem	31,00%	42,20%
2	Meta de retomas com origem em recolhas seletiva	61,00 kg/hab/ano	79,82 kg/hab/ano*

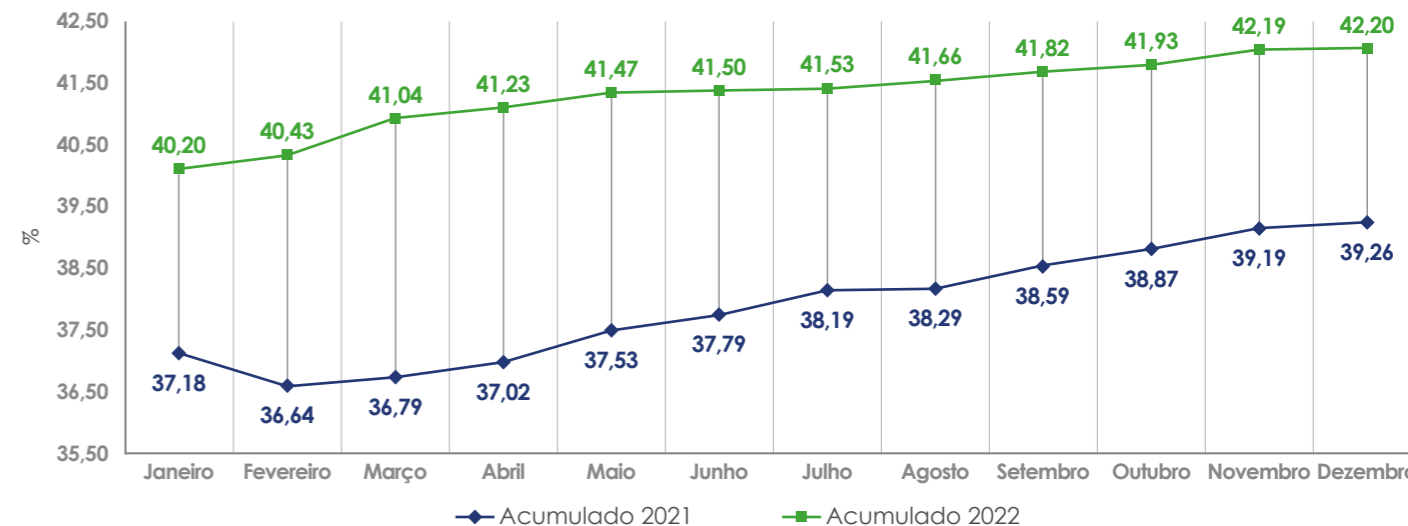
* Indicador considerando a população média anual residente para o ano de 2020.

Da interpretação dos resultados do quadro anterior, conclui-se que o desempenho da Empresa nesta métrica é bastante positivo.

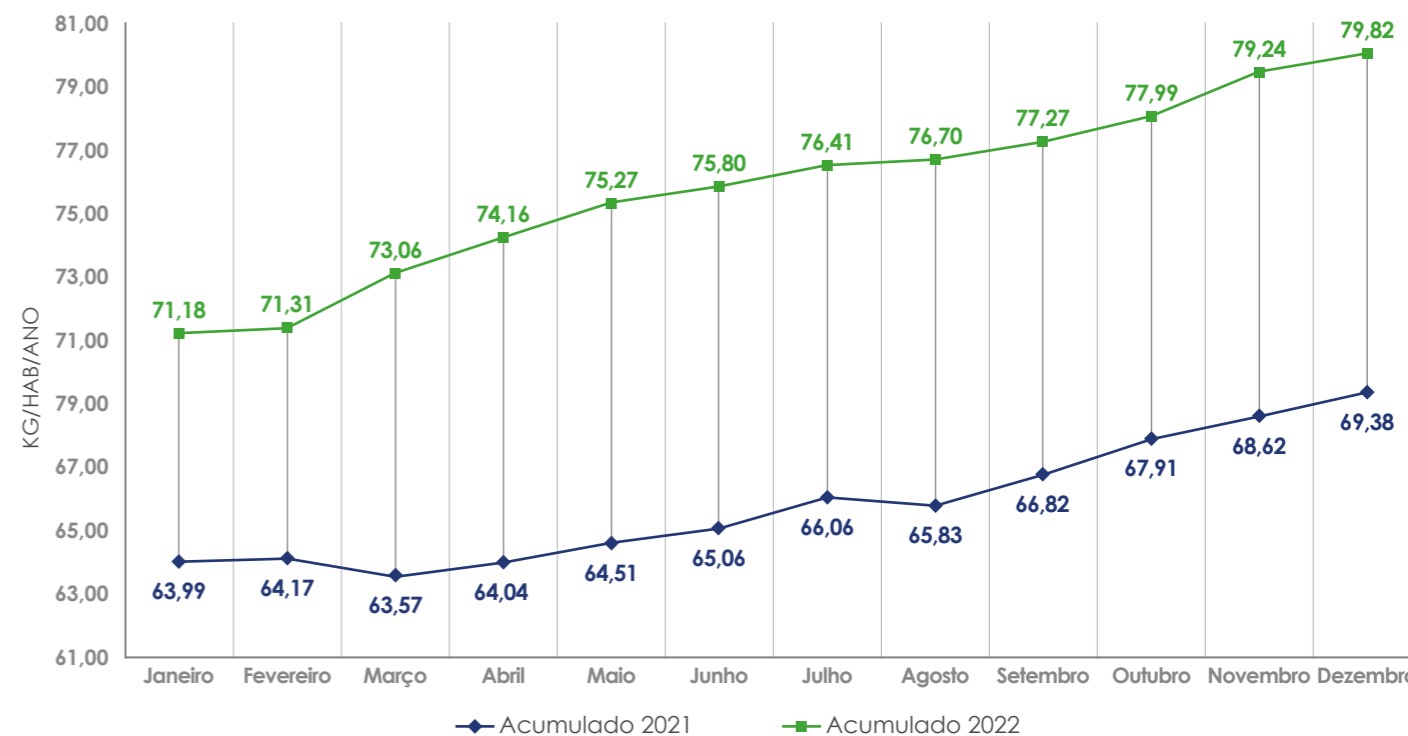
Para completar a leitura, apresenta-se em seguida, a evolução dos resultados mensais do cumprimento das duas metas, sendo possível verificar que, não obstante do desempenho global da Empresa se registar bastante positivo (cumprimento dos objetivos para ambas as metas), estes resultados foram prejudicados de forma muito acentuada ao

longo de 2020, de forma consistente com intervalo temporal de evolução da pandemia COVID19, e tem vindo, desde 2021 e em particular em 2022, a recuperar de forma muito positiva essa performance: (ver gráfico)

Meta de Preparação para Reutilização e Reciclagem



Meta de Retomas com Origem em Recolha Seletiva



3.6.3. DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS

Os resíduos urbanos (RU) produzidos na cidade do Porto são encaminhados para a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, que é a entidade responsável pela gestão, valorização e tratamento dos Resíduos Urbanos produzidos pelos oito municípios que a integram: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde.

O sistema de gestão de RU da LIPOR visa a valorização, tratamento e confinamento dos RU, através da valorização Multimaterial, Orgânica e Energética, complementada por um Aterro Sanitário. As suas infraestruturas tratam mais de 540 mil toneladas/ano de resíduos urbanos (incluindo os 8 municípios e outros utilizadores), produzidos por uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes, sendo que o Porto representa cerca de 27% do total dos resíduos urbanos rececionados na LIPOR.

TIPOLOGIA DE RESÍDUO		COMPARAÇÃO 2022 VS 2021			
Fração	Fluxo	Quantitativos		Variação	
		2022	2021	Euro	%
Indiferenciada	Resto	384 176	390 447	(6 271)	-2%
Subtotal		384 176	390 447	(6 271)	-2%
Seletiva	Multimaterial	82 485	79 132	3 353	4%
	Embalagens	15 942	15 093	849	6%
	Papel	23 630	23 103	527	2%
	Vidro	24 082	22 193	1 889	9%
	Outros	18 831	18 743	88	0%
	Bioresíduos	48 022	43 293	4 730	11%
Subtotal		130 508	122 424	8 083	7%
TOTAL		514 684	512 872	1 812	0%

Decorrentes dos 8 municípios, em 2022, a LIPOR rececionou menos 6 271 toneladas de resíduos indiferenciados. Relativamente aos fluxos de recolha seletiva, a LIPOR rececionou cerca de 131 mil toneladas, representando o Município do Porto cerca de 29% do total desses quantitativos.

Para efeitos de divulgação do destino final dado aos resíduos urbanos para as diferentes operações de gestão, e à semelhança do já verificado em períodos transatos, continua-se a privilegiar a excelente prática de encaminhamento de resíduos para destinos que não o depósito em profundidade, como ilustra a tabela: (ver tabela)

3.7. PLANEAMENTO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As áreas de Planeamento, Investigação e Desenvolvimento (PI&D) da **Porto Ambiente** têm merecido forte enfoque por parte da Administração da

ENCAMINHAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS PARA AS DIFERENTES OPERAÇÕES DE GESTÃO	CÓDIGO	2022
Valorização Energética	R1	74,90%
Valorização Multimaterial	R5	15,53%
Valorização Orgânica	R3	9,16%
Depósito em profundidade	D1	0,41%

Empresa, por se acreditar que este será o caminho para as melhores práticas, e consequentemente melhores resultados.

Um dos objetivos da **Porto Ambiente** é disponibilizar a todos os munícipes, num só ponto, contentores para a fração indiferenciada e frações seletivas. Assim, em de 2022 foi dada seguimento ao processo de reorganização da rede de equipamentos.

No que respeita à rede de ecopontos, é também objetivo da **Porto Ambiente** uniformizar o método de recolha dos equipamentos numa determinada área, para permitir uma maior eficiência na recolha. Para isso, no decorrer de 2022, executaram-se ações de substituição de equipamentos de recolha por carga traseira para recolha por grua. Estas ações foram sempre combinadas com a reorganização da rede de equipamentos, o que permitiu disponibilizar uma maior capacidade de deposição seletiva e eliminar pontos isolados de deposição indiferenciada.

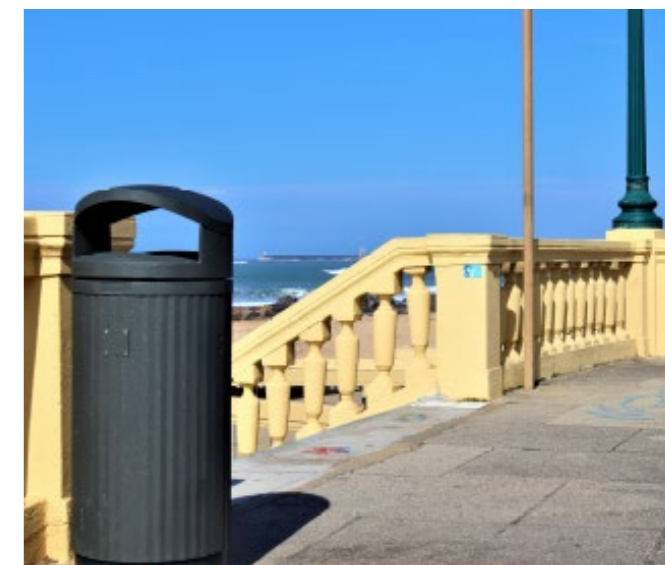
No final de 2022 existiam, na Cidade do Porto, cerca de 4 600 contentores para resíduos indiferenciados e mais de 4 250 contentores de seletiva (cerca de 1 260 ecopontos completos).

3.7.1.1. PAPELEIRAS

Na sequência do processo de reorganização da rede de papeleiras existente na cidade iniciado no ano de 2019, ao longo do ano de 2022 foi planeada a reorganização da rede de papeleiras, tendo em conta as necessidades conhecidas nos seguintes locais:

- ▶ Zona da Marginal
- ▶ Eixo Mouzinho-Flores
- ▶ Terreiro da Sé
- ▶ Praça da Batalha
- ▶ Zona dos Poveiros
- ▶ Bairro da Marechal Gomes da Costa
- ▶ Avenida do Parque
- ▶ Passadiços das praias
- ▶ Zona do Fluvial e Pasteleira Sul
- ▶ Zona do Passeio Alegre
- ▶ Avenida da Boavista
- ▶ Avenida do Bessa
- ▶ Rua de Pinto Bessa e Zona da Estação de Campanhã
- ▶ Zona da Movida

Os planeamentos realizados tiveram sempre em conta as características dos locais avaliados, tentando sempre suprir da melhor forma as necessidades dos mesmos, tanto em termos de capacidade instalada como de praticidade. Assim, os planeamentos preveem a instalação de papeleiras de 50, 80 ou 130 litros, maioritariamente em locais de travessias de peões e em paragens de transportes públicos.

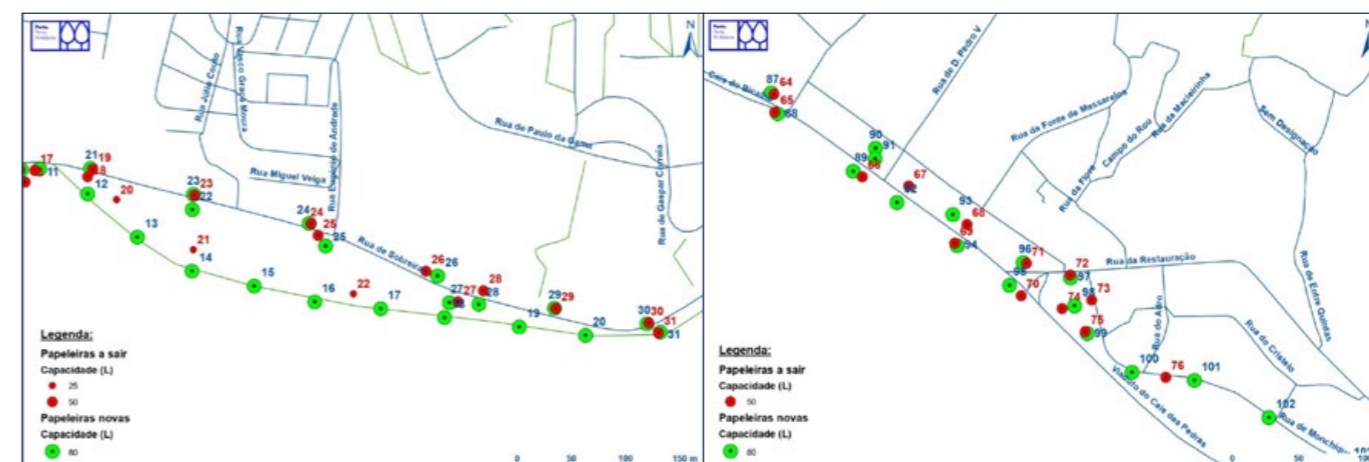


Dos planos supramencionados, ficaram concluídos no ano de 2022, o da Zona da Marginal, com a instalação de 108 novas papeleiras, na extensão entre a zona do Passeio Alegre e a Alfândega do Porto.

Nas figuras seguintes é apresentado o plano de reestruturação da rede de papeleiras nas zonas da Marginal, junto à Rua do Passeio Alegre e junto ao Viadutos do Cais das Pedras, respetivamente.

3.7.1.2. PROJETOS URBANÍSTICOS

Em 2022, a **Porto Ambiente** participou em projetos de requalificação urbanística, nomeadamente no âmbito do Projeto "Rua Direita" e em obras promovidas pela Câmara Municipal do Porto. Através destas participações, a empresa pretende ser parte ativa na organização e desenho da cidade, tomando sempre os projetos de requalificação como uma



Zona da Marginal, junto à Rua do Passeio Alegre

Zona da Marginal, junto ao Viadutos do Cais das Pedras

oportunidade de melhoria do serviço prestado aos cidadãos – promovendo a instalação de novos modelos de equipamentos, de maior capacidade e com características que tornam o seu uso mais fácil e cómodo, e de contentores para deposição seletiva, reorganizando e renovando sempre a rede de equipamentos e papeleiras pré-existentes.

Neste âmbito, e na sequência da promoção de recolha seletiva de resíduos orgânicos no setor residencial, foram já requisitados equipamentos de proximidade para deposição desta fração.

Esta preocupação foi também refletida nos Projetos Urbanísticos desenvolvidos a título privado em que a **Porto Ambiente** emitiu o seu parecer e apoiou na organização dos equipamentos de deposição de resíduos, mantendo sempre uma visão macro da cidade.

Em 2022, a **Porto Ambiente** colaborou em mais de 40 projetos de requalificação urbanística e emitiu cerca de 550 pareceres relativos a Projetos Urbanísticos a título privado.

3.7.2. RECOLHA PORTA-A-PORTA (PAP)

3.7.2.1. RESIDENCIAL TOTAL

O projeto de recolha porta-a-porta residencial foi implementado em 2018, tendo vindo desde então a registar uma progressiva evolução. Este

sistema permite a separação dos tradicionais fluxos – papel, vidro e embalagens, bem como dos resíduos orgânicos.

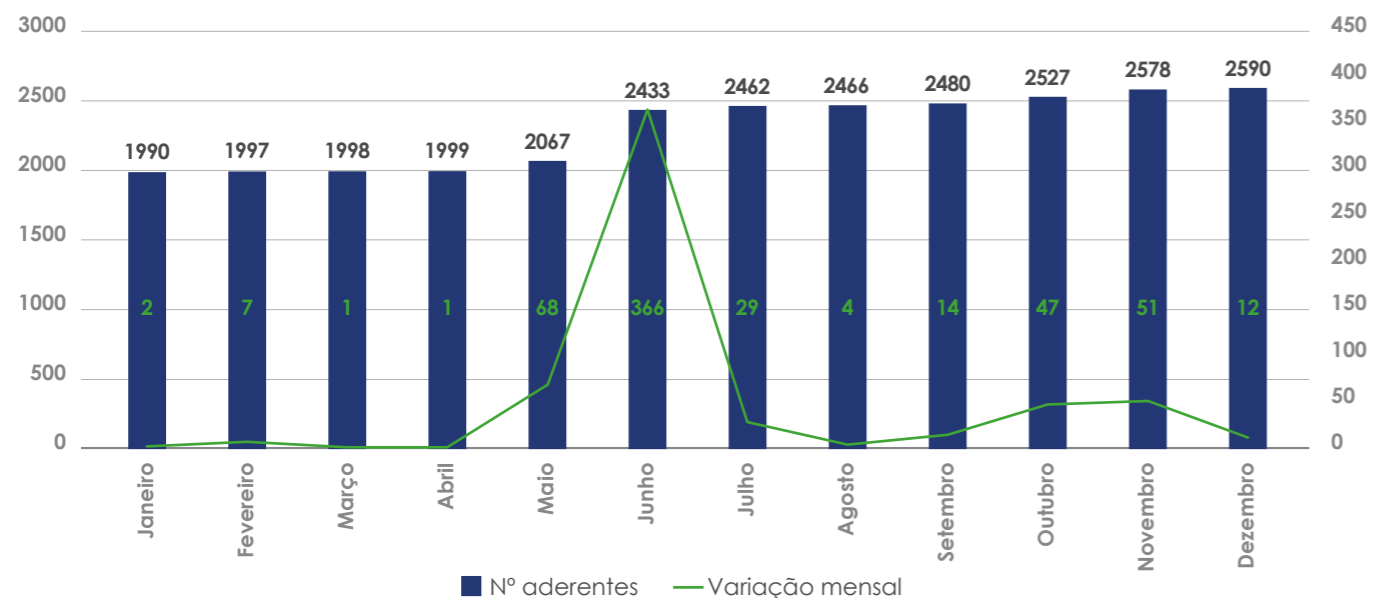
Em 2022, no âmbito da abordagem de recolha porta-a-porta, no setor residencial, destaca-se o alargamento do projeto a uma nova zona da cidade, a zona das Antas. Depois de mais de 3 mil moradias já poderem fazer parte deste projeto na zona ocidental da cidade, na zona de Serralves, foi a vez da zona das Antas, na parte oriental da cidade do Porto, ter sido escolhida como a nova zona para a expansão da recolha seletiva porta-a-porta, prevendo abranger cerca de mil novas moradias.

Este alargamento permitiu aumentar o número de Municípios aderentes ao Projeto Reciclar é Dart, bem como para aumentar os quantitativos de recolha seletiva e assim contribuir para um Porto mais circular.

Relativamente ao número de aderentes, o projeto de recolha seletiva porta-a-porta no setor residencial fechou 2022 com um total de 2 590 aderentes.

Este número, tal como se ilustra em seguida, com a evolução mensal do número de adesões ao sistema de recolha PaP residencial, representa mais 602 adesões face ao final de 2021, perfazendo um aumento de mais de 30%, número impulsionado pelo alargamento do projeto a novas áreas.

Número de Aderentes 2022



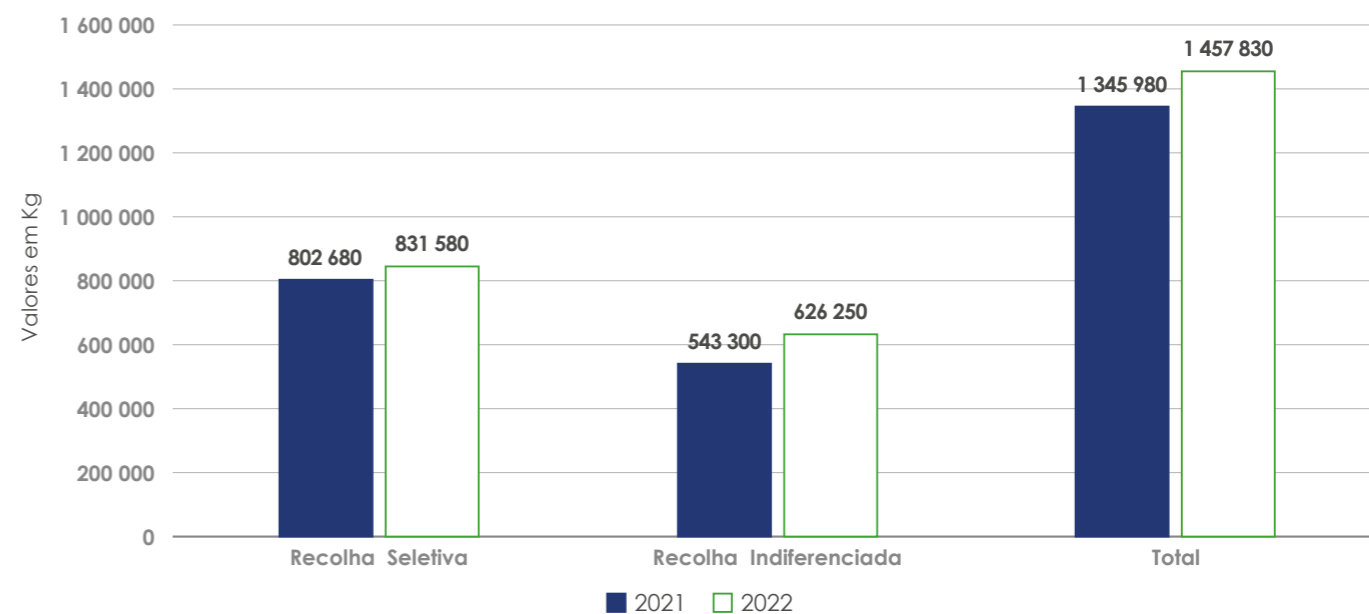
Relativamente aos quantitativos de recolha, a tabela e figura seguintes apresentam, por fluxo, analítica e graficamente, as quantidades de resíduo recolhidas no ano de 2022, assim como os valores comparativos com o respetivo período homólogo de 2021 e 2020.

2021, assim como no caso dos resíduos de embalagens plástico/metal e de resíduos orgânicos, com a recolha de mais 14 e 12 toneladas, respetivamente, em relação ao ano anterior, comportamento esse que se relaciona com a expansão do projeto a novas áreas da cidade e que deverá ser ajustado e estabilizado no decorrer do ano de 2023.

valores expressos em kg

PERIODO	EMBALAGENS	PAPEL	VIDRO	ORGÂNICOS	INDIFERENCIADOS	TOTAL
2021	129 540	160 820	154 380	357 940	543 300	1 345 980
2022	143 600	166 190	152 050	369 740	626 250	1 457 830

Quantitativos de recolha seletiva, indiferenciada e total, do sistema de recolha PaP residencial, no ano 2022 e 2021



De sublinhar que, no âmbito do sistema de recolha PaP residencial, foram recolhidas, no ano de 2022, cerca de 1 460 toneladas de resíduos, das quais cerca de 831 correspondem a recolha seletiva, representando quase 60%.

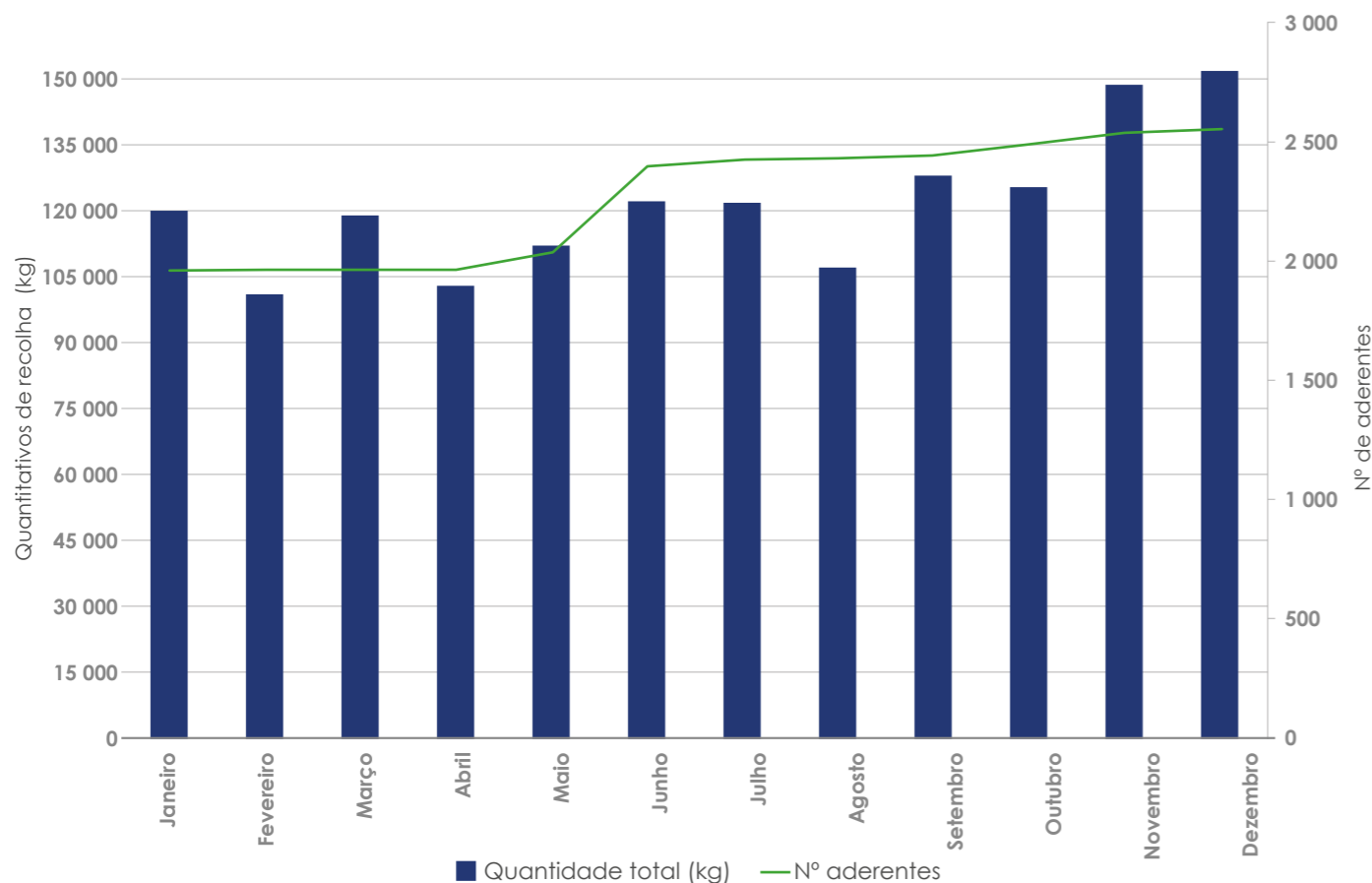
Comparativamente a 2021, houve um aumento de cerca de 3% para a recolha seletiva e de 13% para a indiferenciada, o que se traduz num aumento total de cerca de 8% na quantidade total recolhida.

Este aumento nos quantitativos recolhidos teve mais expressão no caso dos resíduos indiferenciados com a recolha de mais 83 toneladas do que em

Para 2023, está previsto um reforço nas ações de sensibilização porta-a-porta, bem com a retirada de contentores da via pública e reorganização dos circuitos de recolha, que certamente se traduzirá na consolidação do sistema de recolha seletiva porta-a-porta no setor residencial.

Na figura seguinte, poderá ainda ser observada, graficamente, a relação entre os quantitativos recolhidos e a evolução do número de aderentes ao longo de 2022: (ver figura)

Quantitativos de Recolha 2022 e Número de Aderentes



Verifica-se assim, no final do primeiro semestre de 2022, um crescimento relevante no número de aderentes, e que se justifica com a expansão da operação à Zona das Antas. Com a exceção dessa fase de angariação de aderentes, cujos impactos ao nível das quantidades recolhidas não são imediatamente perceptíveis, o comportamento dos quantitativos recolhidos apresenta-se consistente com o número de aderentes.

3.7.2.2. RESIDENCIAL SERRALVES

O projeto de recolha porta-a-porta residencial na zona de Serralves foi implementado em 2018, e tendo vindo desde então a registar uma progressiva evolução.

Em 2022 foi efetuado o alargamento do projeto a novas áreas na zona da Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com a extensão da recolha seletiva porta-a-porta a 300 novas moradias.

Durante o ano registou-se um aumento total de 135 aderentes, com uma média de 3 adesões por

mês. No entanto, a este número deverão somar-se as adesões concretizadas nos meses de maio, junho e julho, meses esses em que se realizou o alargamento do projeto a novas áreas, com um total de cerca de 100 adesões em 3 meses.

O alargamento do projeto a novas áreas previa abranger um total de 314 novas moradias. Após as ações de sensibilização porta-a-porta que ocorreram durante os meses de maio, junho e julho, e até ao final do ano de 2022, foram concretizadas um total de 72 novas adesões nas áreas de alargamento, o que corresponde a cerca de 23% do total previsto. Naturalmente este valor terá de ser incrementado ao longo do ano de 2023, recorrendo a novas ações de sensibilização porta-a-porta e com a retirada dos contentores de proximidade existentes na via pública, evitando duplicação de sistemas de recolha.

O incremento do número de aderentes verificado representa um aumento de 6,8% relativamente ao final de 2021. 2022 fechou com um número total de 2 123 aderentes ao projeto na zona de Serralves.

No final de 2022 verificaram-se percentagens de adesão de 58,31% para a Zona Norte e de 68,39% para a Zona Sul, cujos valores diminuíram face ao ano de 2021, devido ao aumento do número de moradias abrangidas com o alargamento às novas áreas.

Relativamente aos quantitativos de recolha, no ano de 2022, foram recolhidas 1 285 toneladas (1 346 toneladas em 2021), das quais cerca de 742 toneladas correspondem a recolha seletiva (803 toneladas em 2021).

3.7.2.3. RESIDENCIAL ANTAS

EM conformidade com o mencionado anteriormente, em 2022 foi concretizado o alargamento do Projeto Reciclar é Dar+, à zona das Antas. Este alargamento, conta com a colaboração da LIPOR no âmbito das candidaturas a financiamento do PO SEUR, o Aviso 11-2019-29 e o Aviso 11-2019-25.

A ação de sensibilização teve início no final do mês de maio e prolongou-se até ao final de julho. Durante estes meses, foram feitos contactos porta-a-porta nas áreas selecionadas e foram contactadas cerca de 1 000 moradias, resultando a concretização de um número total de 467 novas adesões nas áreas de alargamento, correspondentes a cerca de 47% do total previsto.

A par das ações de sensibilização porta-a-porta, em setembro foi iniciado este processo de retirada de equipamentos da via pública, que se prolongou até ao final de dezembro.

Os equipamentos de deposição coletiva existentes na via pública na área de abrangência do projeto foram sendo progressivamente retirados, com o objetivo de evitar a sobreposição de dois sistemas de recolha na mesma área e promover a adesão e aceitação do sistema porta-a-porta.

O primeiro momento de retirada de equipamentos da via pública ocorreu em setembro e decorreu de forma faseada e contínua até dezembro. Na totalidade foram eliminados 67 pontos de deposição, com a remoção de 75 equipamentos para resíduos indiferenciados, 8 ecopontos

e 1 vidro isolado. Com esta intervenção foram removidos da via pública, na área de abrangência do projeto, os equipamentos de deposição quase na totalidade, excetuando-se os de profundidade cuja remoção não foi considerada neste momento, bem como em locais de fronteira com zonas de habitações em altura.

Para o ano de 2023, prevê-se a estabilização desta nova área com a captação de mais moradias para a participação no projeto, através da promoção de ações de sensibilização porta-a-porta. Para além disso, a adaptação ao sistema estará mais consolidada no final do ano de 2023, o que levará a uma maior quantidade de resíduos recolhidos seletivamente. Para além disso, está previsto alargar a recolha seletiva de resíduos verdes a toda a área de abrangência do projeto na zona das Antas, o que possivelmente reduzirá a quantidade de resíduos verdes nos contentores de indiferenciados.

Relativamente aos quantitativos de recolha, no ano de 2022, foram recolhidas 173 toneladas, das quais cerca de 89 toneladas correspondem a recolha seletiva.

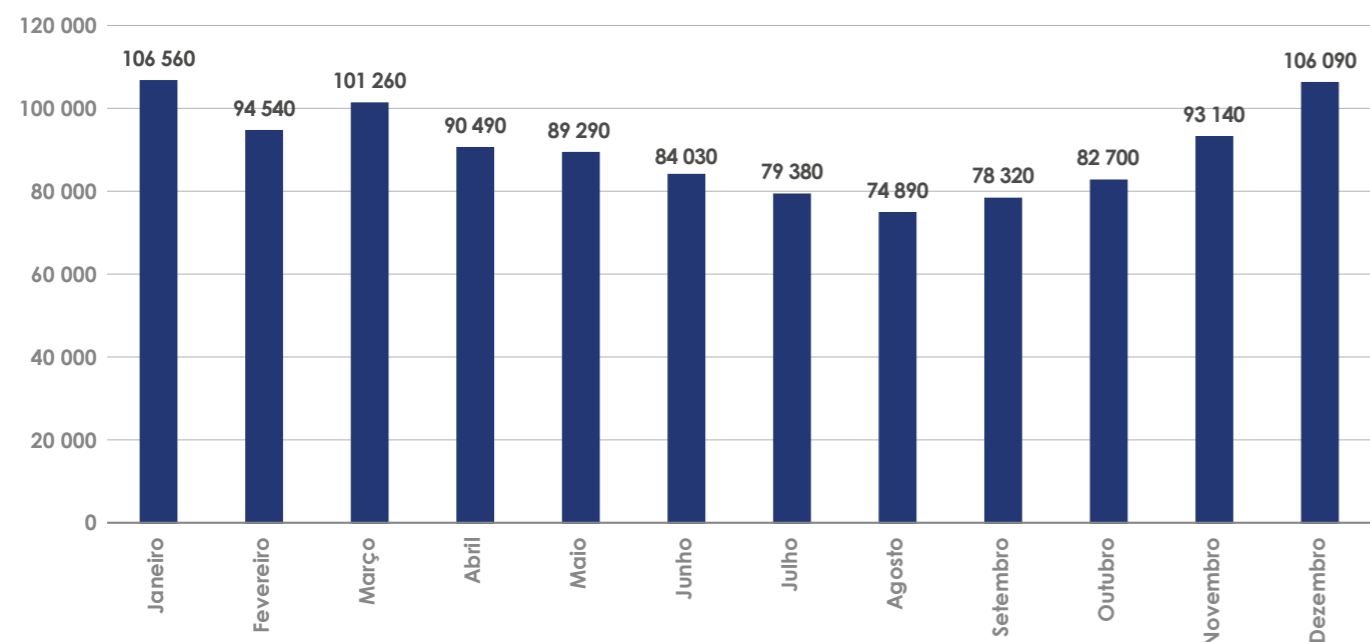


3.7.3. RECOLHA DE BIORRESÍDUOS

3.7.3.1. PROJETO ORGÂNICO

O Orgânico é o projeto de recolha seletiva de resíduos orgânicos, financiado no âmbito dos Avisos PO SEUR-11-2018-14, PO SEUR-11-2019-29, PO SEUR-11-2020-15 e CityLoops, que compreende a implementação da recolha seletiva de resíduos orgânicos alimentares no setor residencial, em áreas de elevada densidade populacional e com prédios em altura.

Quantitativos de Recolha - Projeto Orgânico



Este projeto teve o seu início oficial em julho de 2019, e tem data prevista de término em 2024.

Prevê-se a instalação de cerca de 650 contentores de proximidade, dotados de sistemas de controlo de acesso que promovam a qualidade dos resíduos recolhidos, prevendo abranger 60% da população do Município do Porto, o que corresponde a cerca de 74 000 potenciais alojamentos aderentes.

Em 2022, no âmbito do projeto Orgânico, concluiu-se a implementação do financiamento resultante da candidatura ao Aviso PO SEUR-11-2018-14 e iniciou-se a implementação nas áreas previstas na candidatura ao Aviso PO SEUR-11-2019-29.

Ao longo de 2022 foram instalados um total de 117 contentores na via pública, em pontos de deposição que contemplam contentores para resíduos indiferenciados e ecoponto. Desta forma, o Porto conta já com uma rede de 519 contentores de proximidade para deposição de resíduos orgânicos.

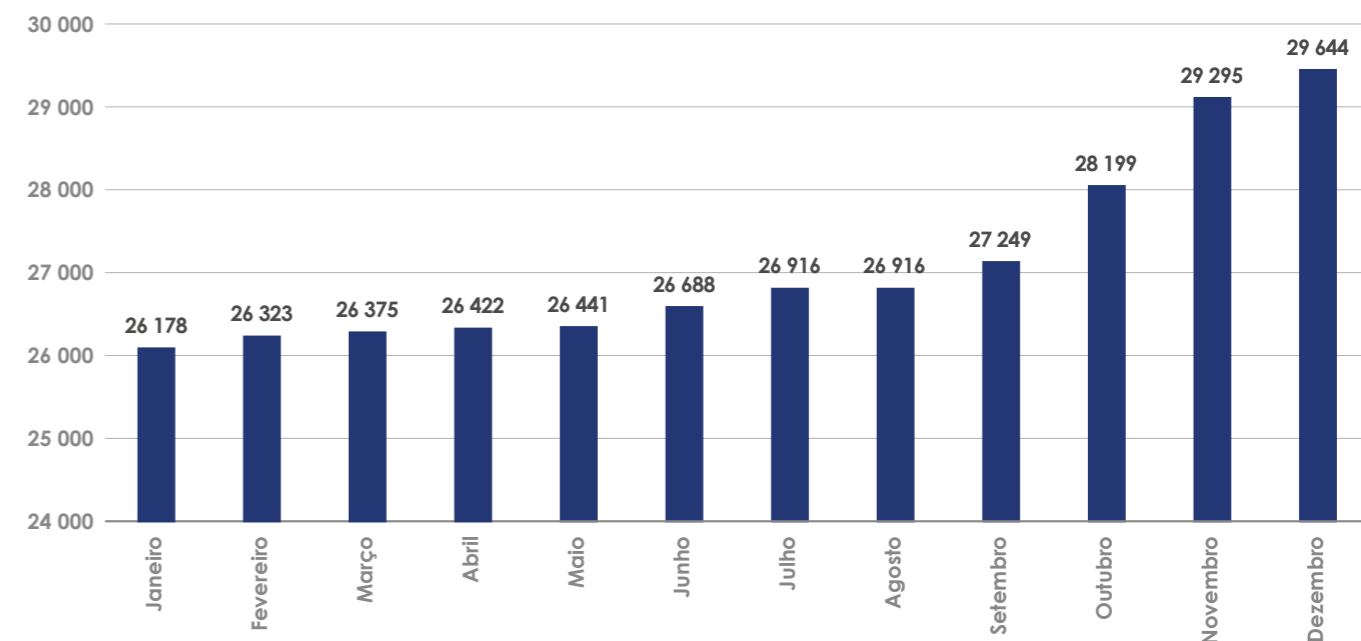
No ano de 2022 foi recolhido um total de 1 080,69 toneladas de resíduos orgânicos, os quais registaram a evolução que seguidamente se ilustra:

Durante o primeiro semestre, os quantitativos sofreram um decréscimo gradual, verificando-se igualmente que, no mês de agosto, a quantidade recolhida de resíduos orgânicos registou um valor inferior aos demais, sendo este comportamento justificado pelo período de férias. A partir do mês de setembro, verifica-se um aumento dos quantitativos, o que se relaciona com o alargamento da área de abrangência do Projeto.

No que respeita ao número de aderentes ao projeto, conclui-se quanto a um aumento progressivo dos mesmos, ilustrando-se em seguida a respetiva evolução ao longo do ano de 2022:

No que respeita a grande produção, em 2022 foi alargado o circuito a novos locais. Nestes locais de grande produção de resíduos verdes, nomeadamente instituições, estabelecimentos de ensino

Número de Aderentes - Projeto Orgânico



Nos últimos meses do ano, como resultado do arranque das campanhas de sensibilização nas novas áreas de abrangência do projeto, o número de aderentes registou uma evolução muito favorável.

No final do ano, o projeto Orgânico servia uma área total da cidade representativa de 52 mil alojamentos (125 mil habitantes).

Para 2023, prevê-se a continuidade da implementação do projeto no terreno, com a instalação de mais 120 contentores, no âmbito do financiamento decorrente do Aviso PO SEUR-11-2020-15.

3.7.4. RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES

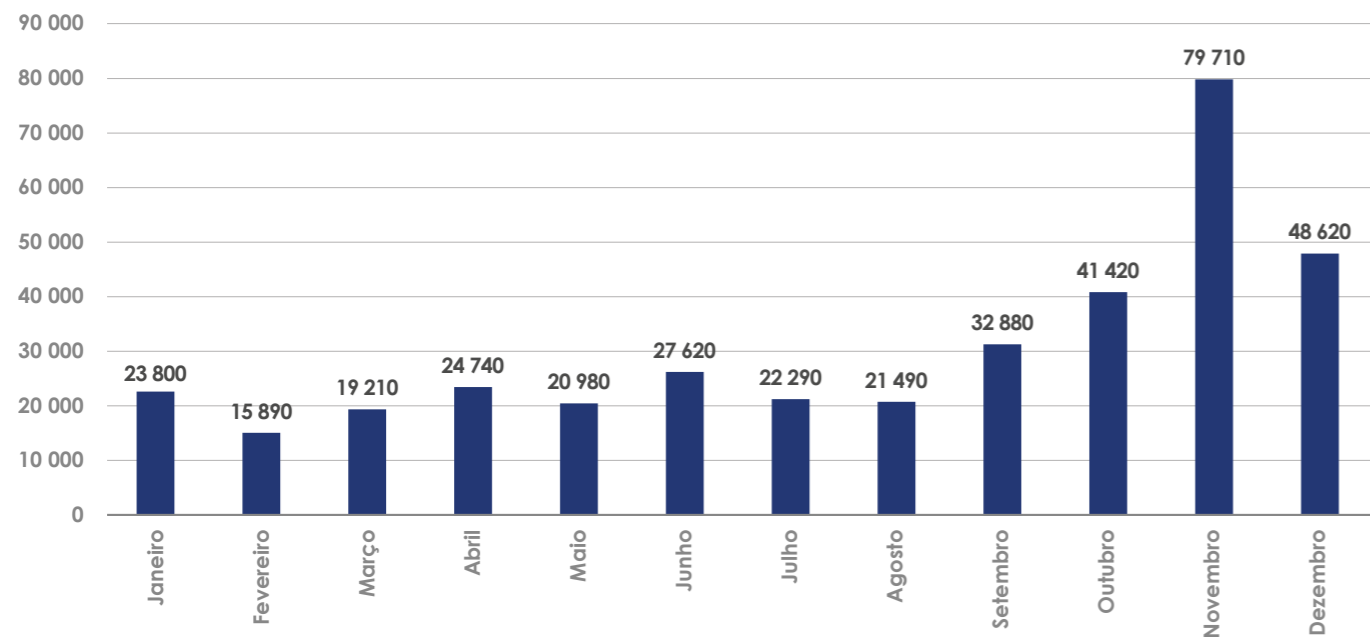
No que respeita à recolha seletiva de resíduos verdes no setor residencial, 2022 foi um ano de consolidação da recolha na área de abrangência do PaP Residencial, com a adaptação dos Municípios à nova metodologia de recolha porta-a-porta com *minibags* reutilizáveis.

e urbanizações, ficou concluída a entrega de 100 contentores de 1 000 litros, adquiridos no âmbito do projeto Orgânico (Aviso 11-2018-14). O alargamento iniciado em setembro de 2022, recorreu aos mais 300 contentores de 1 000 litros adquiridos no âmbito do Aviso 11-2020-15 do PO SEUR.

A campanha de sensibilização junto das instituições teve início em setembro de 2022 e prolongou-se até ao final do ano. No final de 2022, este circuito contava com 60 aderentes e um total de 123 contentores entregues, traduzindo-se assim, comparativamente com o ano anterior, num incremento de 16 aderentes ao sistema, com a entrega de mais 28 contentores de 1 000 litros.

No que respeita aos quantitativos de resíduos verdes recolhidas, ilustra-se em seguida a respetiva evolução ao longo do ano de 2022:

Quantitativos de Recolha de Resíduos Verdes (locais de grande produção)



No segundo semestre do ano de 2022, nomeadamente entre os meses de setembro e dezembro, a quantidade de resíduos verdes recolhida foi superior aos meses do primeiro semestre, atingindo o pico no mês de novembro. Esta discrepância nos quantitativos recolhidos entre semestres pode ser justificada pela sazonalidade da produção deste fluxo de resíduos, por norma superior após o mês de setembro, com as podas e cortes de árvores.

No ano de 2022 foi recolhido um total de 378,65 toneladas de resíduos verdes neste circuito, sendo recolhidas, em média, cerca de 31 toneladas por mês. Comparativamente ao ano anterior, foram recolhidas mais 85 toneladas de resíduos verdes, o que representa um aumento de cerca de 30%, justificado não só pela adaptação ao sistema de recolha, bem como pelas novas integrações no circuito.

Ao nível do setor residencial, o circuito de recolha seletiva de resíduos verdes calendarizado teve início no final do ano de 2020, com a entrega de

minibags reutilizáveis de 175 litros, adquiridos no âmbito do projeto Orgânico (Aviso 11-2018-14). No decorrer do ano de 2022, apesar de estar previsto

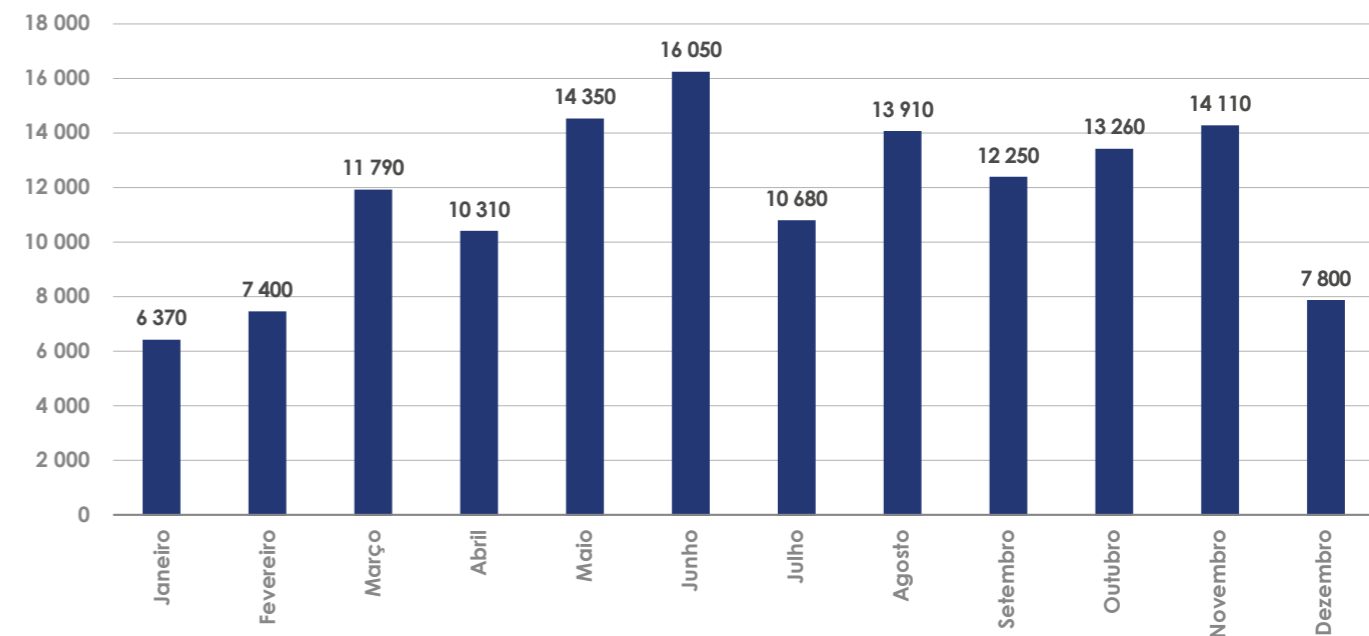
a integração de novas áreas neste circuito, por questões de reorganização operacional, o mesmo não foi possível, e foi por isso adiado para 2023.

No que respeita aos quantitativos de resíduos verdes recolhidas, ilustra-se em seguida a respetiva evolução ao longo do ano de 2022: (ver tabela)

Como é possível verificar, a evolução dos quantitativos de resíduos verdes recolhidos registou os seus níveis mais relevantes nos meses de maio e junho, bem como no segundo semestre, a partir de setembro. Estas variações podem ser justificadas pela sazonalidade da produção deste fluxo de resíduos, nomeadamente com o corte de relvas nos meses da Primavera, e com a poda de árvores a partir de setembro.

Em 2022 foi recolhido um total de 138,28 toneladas de resíduos verdes neste circuito, sendo que se recolhem, em média, cerca de 12 toneladas por mês, traduzindo-se num aumento de cerca de 13, comparativamente com o ano de 2021.

Quantitativos de Recolha de Resíduos Verdes (setor residencial)



Fazendo um balanço ao projeto de recolha seletiva de resíduos verdes, que atualmente conta com as duas vertentes referidas anteriormente, na tabela seguinte apresenta-se o resumo dos quantitativos recolhidos.

Com este projeto será possível aumentar a quantidade destes resíduos que são valorizados e desviá-los dos equipamentos para deposição indiferenciada.

valores expressos em kg

QUANTIDADES RECOLHIDAS	RESIDENCIAL	NÃO RESIDENCIAL	TOTAL
Ano de 2021	122 670	293 470	416 140
Ano de 2022	138 280	378 650	516 930

Foi recolhido um total de 516,93 toneladas de resíduos verdes nos circuitos de recolha porta-a-porta, o que representa um aumento de cerca de 24%, com mais 100 toneladas recolhidas face a 2021.

Para 2023, prevê-se o alargamento do circuito de recolha porta-a-porta no setor residencial a outras áreas da cidade, nomeadamente à zona das Antas, onde foi também implementado este ano o Projeto Reciclar é Dar+. No caso dos locais de grande produção de resíduos verdes, prevê-se continuar as ações de sensibilização junto das instituições.

3.7.5. PLANEAMENTO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

No âmbito do contrato de prestação de serviços de limpeza do espaço público, foi estabelecido um planeamento inicial para varredura e lavagem. Este consiste na definição dos circuitos a executar em cada dia da semana e horário, tendo por base a definição de uma frequência de varredura ou lavagem para cada arruamento da cidade. A definição dessas frequências permite assegurar a manutenção das condições de limpeza da via pública, tendo em consideração as características de cada arruamento, tanto ao nível da sua estrutura como da sua utilização. São ainda considera-



dos outros fatores, como o impacto que pode ser gerado pelos serviços de limpeza, nomeadamente no que respeita ao ruído, e também a sazonalidade e a disponibilidade de recursos. A sazonalidade é um fator determinante para o estabelecimento da frequência de varredura ou lavagem adequadas, uma vez que afeta diretamente as condições da via, por exemplo em relação à queda de folha e à afluência de pessoas. Assim, este planeamento é revisto periodicamente, de acordo com a variabilidade sazonal.

3.7.6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE PELA ERSAR

Anualmente é realizado o reporte de informação à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) no âmbito da avaliação da qualidade do serviço de gestão de resíduos. A informação a reportar reúne dados de todas as componentes relacionadas com o serviço de gestão de resíduos, nomeadamente, o número e localização dos equipamentos de deposição, as quantidades de resíduos recolhidos e transportados, o combustível e a distância percorrida durante a execução do serviço, os recursos humanos afetos ao serviço, entre outros.

Em dezembro de 2022 foram publicados os resultados alcançados pela **Porto Ambiente** relativamente a 2021.

À semelhança do verificado em 2020 e 2021, no ano de 2022 a ERSAR atribuiu à **Porto Ambiente**, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo de Quali-

dade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos da ERSAR, certificando a manutenção da qualidade do serviço prestado aos utilizadores.

Os resultados desta avaliação têm sido, na sua generalidade, muito positivos, e poderão ser consultados no portal do regulador, ou em www.portoambiente.pt.

3.7.7. PROJETOS FINANCIADOS

3.7.7.1. CITYLOOPS



O *CityLoops* é um projeto liderado pelo ICLEI – *Local Governments for Sustainability*, financiado no âmbito do Horizonte2020, que se baseia na colaboração entre um conjunto de parceiros para a implementação de ações destinadas a aumentar a circularidade na utilização de materiais, com foco nos resíduos de construção e demolição e nos biorresíduos. O *CityLoops* teve o seu arranque oficial em outubro de 2019 e terminará em setembro de 2023.

No âmbito do *CityLoops*, sete cidades europeias piloto desenvolvem uma série de ações de

demonstração e atividades com o objetivo de tornar os resíduos de construção e demolição (RCD) e os biorresíduos em materiais circulares.

No caso do Porto, a participação no *CityLoops* tem como tema a circularidade do setor alimentar, nomeadamente através da prevenção do desperdício alimentar, da promoção da recolha seletiva e tratamento local de biorresíduos no setor residencial, e a implementação de modelos de circularidade no setor social e do turismo.

Uma das atividades desenvolvidas pela **Porto Ambiente** consiste na implementação da recolha seletiva de resíduos orgânicos no setor residencial, em áreas de elevada densidade populacional e com prédios em altura, complementando assim o projeto Orgânico, permitindo o alargamento deste projeto a outras áreas da cidade. Assim, tal como no projeto Orgânico, procedeu-se à aquisição de contentores de proximidade para deposição seletiva de resíduos orgânicos, que foram integrados na rede de ecopontos já existente.

Em 2022, o *CityLoops* mereceu destaque a nível europeu, e a **Porto Ambiente** foi convidada a representar o Projeto numa conferência no âmbito do projeto ROOTS, com o objetivo de discutir políticas e barreiras à implementação de projetos inovadores na área da economia circular.

Em março, o cluster do Porto organizou um novo workshop no âmbito da Rede Colaborativa *CityLoops*, subordinado ao tema “Análise do Metabolismo das Cidades”, que contou com a presença de representantes dos Município da Área Metropolitana do Porto e ainda com pivots das entidades do turismo e órgãos de gestão regional.

O ano de 2022 ficou também marcado pela retoma das visitas às cidades parceiras, após um hiato motivado pela pandemia da COVID-19. Estas visitas pretendem ser um momento de partilha de experiências e contacto com as diferentes realidades, tendo a **Porto Ambiente** marcado presença nas visitas a Mikkeli (Finlândia) e Apeldoorn (Países Baixos). Em junho de 2022 realizou-se a Assembleia Geral na cidade de Sevilha (Espanha), que contou com a participação da **Porto Ambiente**.

No mês de novembro, realizou-se uma visita à cidade do Porto, evento que contou com a colaboração da **Porto Ambiente**. Durante dois dias deu-se a conhecer o trabalho do Porto na área dos biorresíduos, combinando visitas a pontos de recolha de proximidade de resíduos orgânicos, às ilhas de compostagem e às instalações da LIPOR, com apresentações do ponto da situação das diversas atividades da Cidade no *CityLoops*.

Em 2023 realizar-se-á o último evento, no Porto, designadamente a Assembleia Geral que marcará o término do Projeto.

3.7.7.2. INTERREG SUDOE – ECOVAL

ECOVAL é um projeto candidato ao Interreg da região Sudoe (Espanha, sul de França e Portugal), financiado através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). A candidatura do projeto ECOVAL visa os seguintes objetivos:

- ▶ Valorização dos resíduos orgânicos e lamas para obter produtos biológicos de alto valor agregado;
- ▶ O desenvolvimento de cadeias de valor através da aplicação de processos biotecnológicos inovadores (tecnologias de fermentação anaeróbia) e a sua otimização para a obtenção de ácidos gordos voláteis;
- ▶ Demonstração em escalas representativas de diferentes formas de seleção e purificação desses produtos, bem como a conformidade com as qualidades exigidas para aplicação comercial, mais concretamente na indústria petroquímica e a integração da economia circular, promovendo a redução de resíduos e a proteção ambiental.



O promotor do projeto é a CETAQUA, Centro Tecnológico del Água da Galiza. Os restantes parceiros do projeto são:

- Junta de Castilla y León (Espanha)
- FEUGA (Espanha)
- USC (Espanha)
- INSA (França)
- NEREUS (França)
- Águas de Portugal (Portugal)

As responsabilidades da **Porto Ambiente** incluem a integração em grupos de trabalho para a realização de um estudo económico, social e ambiental da gestão de resíduos na região SUDOE, a criação de uma base de dados para quantificar a produção deste tipo de resíduos, a identificação das barreiras legais que impedem a valorização deste tipo de resíduos e campanhas de sensibilização para promover uma alta qualidade separação de resíduos. Ainda no leque de atividades da **Porto Ambiente** neste projeto, e em colaboração com o INSA (Toulouse), o Porto foi escolhido para ser um laboratório vivo, à escala piloto, de um modelo para a otimização da gestão de resíduos numa perspetiva de economia circular.

A candidatura apresentada pela CETAQUA foi aprovada em outubro de 2020, tendo o início da execução do projeto ocorrido no ano de 2021.

Os trabalhos do Ecoval iniciaram com a realização de uma base de dados referente aos sistemas de gestão de resíduos e lamas no espaço Sudoe. Este documento foi liderado pela **Porto Ambiente**, e contou com a ajuda das Águas do Tejo Atlântico, CETAQUA, Fundação do Património Natural de Castela e Leão e NEREUS. O formato da base de dados foi elaborado pela **Porto Ambiente** e distribuído pelos vários parceiros, que efetuaram o contacto com as entidades gestoras de resíduos e lamas para estas pudessem preencher a base de dados com as informações relevantes dos vários sistemas.

Em junho de 2022 a **Porto Ambiente** recebeu e organizou a 4ª reunião do Ecoval. Durante dois dias, os parceiros partilharam a evolução das suas atividades e realizaram-se visitas às instalações da LIPOR e da ETAR do Freixo.



Em novembro de 2022 foi a vez de uma comitiva da **Porto Ambiente** viajar até uma cidade parceira do Ecoval - Toulouse (França) – no âmbito da 5ª reunião do projeto, onde visitou a ETAR da cidade e partilhaou a estratégia do Porto para os biorresíduos.

O término do Projeto está previsto para o primeiro trimestre de 2023. Nesse período será atividade da **Porto Ambiente** o desenvolvimento de um procedimento que permita certificar os produtos biológicos de alto valor agregado, garantindo que todas as especificações técnicas são cumpridas.

3.7.7.3. ASPRELA + SUSTENTÁVEL

O projeto “Asprela + Sustentável” resulta de uma candidatura ao programa EEA Grants que tem como objetivo de criar o km² mais sustentável da cidade, através de um projeto mobilizador e aglutinador que junta um capital apenas disponível através da partilha de conhecimento e experiência de entidades tão distintas quanto a academia, as instituições de saúde ou organizações municipais. Assim, o projeto pretende desenvolver novas ações e interligar as mesmas com um conjunto de medidas que as entidades existentes no território estão a implementar criando um efeito multiplicador apenas possível no território selecionado.

O projeto advém de uma parceria entre várias entidades de relevo, quer no Município do Porto, quer a nível internacional, nomeadamente: COOPÉRNICO – Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável, Município do Porto, AdEPorto – Agência de Energia do Porto, Associação Porto Digital, Empresa Municipal de Ambiente do Porto, CMPEA – Empresa de

Águas do Município do Porto, INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial, INESC-TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, EFACEC Electric Mobility, EFACEC Energia – Máquinas e Equipamentos Eléctricos, Virtual Power Solutions, EVIO – Electric Mobility, FAP – Federação Académica do Porto, IDNA – International Development Norway Association.

Neste contexto, a **Porto Ambiente** tem o papel de disseminação e divulgação do conceito Asprela + Sustentável a nível nacional e internacional, como forma de promoção do projeto, pretendendo também dar visibilidade e destacar o contributo dos EEA Grants a nível regional, nacional e internacional, sublinhando a sua importância em projetos relevantes no que diz respeito à sustentabilidade, descarbonização, circularidade e combate às alterações climáticas.

Esta tarefa engloba as seguintes atividades:

- Ações de comunicação;
- Ações de sensibilização;
- Ações de informação.

A candidatura ao programa EEA Grants foi apresentada em 2020 e aprovada em abril de 2021.

No ano de 2022 definiu-se o conceito de imagem do Projeto, em articulação com os restantes projetos da CMP, tal como o Re-Food, de forma a garantir uma coerência na comunicação com os municípios.

3.7.8. OUTROS PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

3.7.8.1. SERVIÇO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL CUSTOMIZADA E GERAÇÃO+

Em parceria com a LIPOR, a **Porto Ambiente** participou no Serviço de Intervenção Ambiental Customizado (SIAC) e no Projeto Geração+, dirigidos a entidades da área educativa, social ou empresarial e que pretendem ser uma ferramenta de melhoria da gestão de resíduos interna de cada instituição, assente na prevenção de resíduos urbanos e num correto encaminhamento dos resíduos produzidos.

Após um primeiro diagnóstico, efetuado pela LIPOR, junto de cada participante, é delineada uma estratégia com a **Porto Ambiente**, no que respeita à operacionalização da recolha dos resíduos urbanos.

O SIAC/Geração+ contou com a colaboração da **Porto Ambiente** no estabelecimento de uma estratégia em 50 novas entidades participantes e no acompanhamento e implementação no terreno em diversas entidades já integrantes no Projeto. Estas entidades incluem Instituições de Ensino Superior, como a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Escolas Básicas/Secundárias, tal como a Escola Básica da Vilarinha e entidades como a Guarda Nacional Republicana ou a Polícia de Segurança Pública. Em 2021, os projetos SIAC/Geração+ continuaram a sua colaboração com os Serviços de Ação Social da Universidade do Porto (SASUP) e com a Câmara Municipal do Porto, com o desenvolvimento de ações nas diversas Unidades Orgânicas. Estas ações prolongar-se-ão no decorrer do ano de 2023.

Com a execução do Projeto angariaram-se novos aderentes aos serviços de recolha porta-a-porta no setor não residencial, nomeadamente no que respeita aos resíduos orgânicos, potenciou-se a participação de aderentes já inseridos nos serviços e planeou-se a instalação de novos equipamentos para deposição seletiva em locais críticos.

3.7.8.2. RECUPERAÇÃO DE VIDRO – PROJETO PILOTO

A Sociedade Ponto Verde (SPV) desenvolveu um projeto piloto que visa estudar as várias opções de



recolha de vidro nos estabelecimentos HORECA, nomeadamente com a adaptação dos atuais vidrões (*cyclea*) com um sistema de baldeamento assistido. Este projeto será levado a cabo em colaboração com a **Porto Ambiente** e a LIPOR, através do fornecimento dos vidrões *cyclea* adaptados.

Através da instalação de vidrões *cyclea* com este sistema de baldeamento assistido, espera-se que a quantidade de vidro recolhida aumente, uma vez que se torna mais fácil e cómodo para os estabelecimentos HORECA separar e depositar as embalagens de vidro corretamente no ecoponto.

No segundo semestre de 2021, foi feito um levantamento de cerca de 25 locais para a instalação dos novos vidrões. Posteriormente, e no sentido de validar os locais inicialmente definidos, realizou-se um primeiro contacto com os estabelecimentos HORECA nas imediações de cada vidrão, para averiguar as condições dos mesmos para integrar o projeto. Através desta campanha inicial, foi possível selecionar os 12 locais com maior potencial para a instalação dos vidrões com baldeamento assistido.

Após a seleção dos locais, em dezembro de 2021, iniciou-se a monitorização dos mesmos no sentido de aferir as taxas de enchimento dos vidrões. Esta monitorização irá permitir a avaliação da variação dos quantitativos de vidro recolhidos antes e após a instalação do sistema de baldeamento assistido.

Estava previsto que estes equipamentos fossem instalados no final do ano de 2021, no entanto,

devido a alguns atrasos no processo, apenas foi possível iniciar a sua instalação em março de 2022.

A par da instalação dos vidrões, foram feitas ações de formação e de monitorização dos estabelecimentos HORECA por parte da SPV com a colaboração da **Porto Ambiente**, entre março e maio de 2022.

O ano de 2022 fechou com um número total de 8 vidrões *cyclea* com o sistema de baldeamento assistido instalados, e um total de 23 estabelecimentos aderentes.

De destacar a receção positiva deste sistema de baldeamento por parte dos estabelecimentos aderentes, que se mostraram satisfeitos com a facilidade na deposição das embalagens de vidro.

3.7.8.3. ROLHA A ROLHA, SEMEIE A RECOLHA

A QUERCUS e a Green Cork desenvolveram um projeto que visa recuperar as rolhas de cortiça que são produzidas pelos clientes não residenciais (restaurantes, bares, hotéis), ou seja, no canal HORECA. Este projeto será levado a cabo em colaboração com a **Porto Ambiente** e a LIPOR, através, não só, do fornecimento de equipamentos para a separação das rolhas, ou seja, boões e ecobags para os estabelecimentos, bem como de caixas para auxiliar a recolha destes resíduos de cortiça. Este projeto tem como objetivo desviar um resíduo com enorme capacidade de reciclagem e/ou reutilização do fluxo indiferenciado.



Para além disso, pretende-se combater as alterações climáticas através da plantação de árvores autóctones, por cada 50 rolhas de cortiça recolhidas.

Ao longo de 2022, foi definida a estratégia a adotar para a implementação deste projeto, adaptada à realidade do Município do Porto. A metodologia selecionada prevê abranger os estabelecimentos HORECA onde já é feita atualmente a recolha seletiva porta-a-porta de resíduos orgânicos, ou seja, um potencial de cerca de 1 000 estabelecimentos à data.

Assim, tendo em conta que atualmente existem 5 circuitos de recolha porta-a-porta de resíduos orgânicos no setor não residencial, foi prevista a instalação de 5 caixas nas viaturas para auxiliar a recolha destes resíduos de cortiça. Estas caixas foram rececionadas no mês de julho.

Estava previsto as campanhas de sensibilização iniciarem no mês de abril, no entanto, devido a atrasos na receção das caixas, bem como outro tipo de questões operacionais, não foi possível iniciar estas campanhas em 2022.

Em 2023, prevê-se que as campanhas de sensibilização iniciem no primeiro trimestre, com os estabelecimentos do primeiro circuito de recolha porta-a-porta de resíduos orgânicos, e avançando, de forma gradual ao longo do ano, para abranger os restantes 4 circuitos.

3.7.8.4. PLATAFORMA VIDRO+

O Dr. Luis Assunção, Vice-presidente da **Porto Ambiente**, foi integrado, por convite, no *Advisory board* da Plataforma Vidro+, participando igualmente em alguns grupos de trabalho.

A Plataforma Vidro+ é uma iniciativa colaborativa que pretende criar um compromisso entre os diferentes agentes da cadeia de valor do vidro de embalagem, que atuam no mercado nacional, incluindo também entidades governamentais e não governamentais, Universidades e Centros de Investigação e Associações, para promover o aumento da taxa de reciclagem do vidro em Portugal, apresentando uma visão comum e um objetivo definido ambicioso de “Converter Portugal num país de refe-

rência na recolha e reciclagem das embalagens de vidro, bem como na incorporação de vidro reciclado na produção de novas embalagens” e “Recolha de 90% das embalagens de vidro colocadas no mercado, para reciclagem, até 2030”

A Plataforma Vidro+ dá forma ao Plano de Ação Português, da iniciativa europeia “Close the Glass Loop”, que reúne diferentes organizações europeias, do ciclo de vida das embalagens de vidro, com o objetivo de recolher 90% das embalagens de vidro colocadas no mercado, até 2030, numa resposta pró-ativa às novas metas de reciclagem da UE.

3.7.8.5. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

Ao longo do ano de 2022, a **Porto Ambiente** participou em vários *webinars* e *workshops* que permitiram partilhar, mas essencialmente adquirir conhecimento sobre as boas práticas de gestão de resíduos que poderão ser replicadas no município do Porto. Os temas discutidos incluíram gestão de biorresíduos, novas metodologias de tarifário, como a aplicação de sistemas PAYT/SAYT, economia circular e gestão dos fluxos do vidro e do plástico.

São dignas de destaque as participações apresentadas nos subcapítulos seguintes, nas quais a **Porto Ambiente** teve um papel mais ativo ou que se destacaram pela importância na atividade da Empresa.

3.7.8.6. PEER-REVIEW “SEPARATE BIOWASTE COLLECTION & PAYT”

Em fevereiro de 2022, no âmbito da candidatura da LIPOR ao *Interreg Europe Policy Learning Platform*, realizou-se um *Peer-Review* subordinado ao tema “*Separate biowaste collection & PAYT*”. A **Porto Ambiente** foi convidada a apresentar a sua estratégia para a recolha seletiva de biorresíduos no Município do Porto, assim como as perspetivas futuras e desafios na implementação da recolha seletiva de biorresíduos e da aplicação de um sistema PAYT.

Deste workshop resultou um conjunto de recomendações para a LIPOR e os seus municípios associados, que pretendem melhorar os resultados alcançados na recolha seletiva de biorresíduos e ajudar na alteração dos sistemas tarifários atuais.



3.7.8.7. EUROCITIES ENVIRONMENTAL FORUM

Em abril de 2022, a **Porto Ambiente** viajou até Grenoble (França) para participar no *Eurocities Environmental Forum*, nomeadamente no grupo de trabalho relativo à gestão de resíduos. Neste grupo de trabalho discutiu-se a temática dos resíduos têxteis, fluxo de resíduos que deverá ser alvo de recolha seletiva até 2025.

3.7.8.8. 16.º FÓRUM RESÍDUOS E XII ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS

No final de 2022 realizaram-se dois eventos de grande relevância para o setor da gestão de resíduos: o 16.º Fórum Resíduos e o XII Encontro Nacional de Gestão de Resíduos. A **Porto Ambiente** marcou presença em ambos os eventos, em que se discutiram os desafios atuais e futuros do setor.

De salientar a participação da **Porto Ambiente** no painel “Biorresíduos em contagem decrescente”, do 16.º Fórum Resíduos, em que se apresentou o trabalho realizado na cidade do Porto na gestão dos biorresíduos e quais os maiores desafios encontrados. Nesse evento, a **Porto Ambiente** recebeu o Selo de Qualidade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos da ERSAR.

3.7.8.9. CAPACITAÇÃO EM AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE SERVIÇO

Em dezembro de 2022 realizou-se uma sessão de formação relativa à quarta geração da avaliação da qualidade do serviço, promovida pela ERSAR. Esta nova geração de indicadores trará algumas novi-

dades ao processo de avaliação de qualidade do serviço. A quarta geração de indicadores será aplicada pela primeira vez em 2023, relativos aos dados da prestação de serviços de 2022.

3.7.9. ESTÁGIOS CURRICULARES

No decorrer de 2022 a **Porto Ambiente** acolheu três estagiários, estudantes universitários que desenvolveram projetos com temas essenciais para a gestão de resíduos na cidade.

3.7.9.1. PREPARAÇÃO DO ALARGAMENTO DA RECOLHA SELETIVA PORTA A PORTA DE BIORRESÍDUOS NO SETOR NÃO RESIDENCIAL

No âmbito do serviço de recolha de resíduos orgânicos no setor não residencial, a **Porto Ambiente** propôs como tema para realização de estágio, aos alunos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), a “Preparação do alargamento da recolha Porta-a-Porta no setor não residencial”. O objetivo deste tema seria realizar um diagnóstico do serviço atual e um levantamento de potenciais novos aderentes, com a intenção de criar um novo circuito de recolha. A identificação de potenciais novos aderentes incluiria a criação de uma base de dados com a informação relativa ao nome comercial, morada e número de contentores a atribuir a cada estabelecimento. Com a informação recolhida, seria proposto um novo circuito, com uma possível adaptação dos circuitos já existentes.

A estudante da Licenciatura em Engenharia do Ambiente (FEUP), aceitou o desafio proposto e desenvolveu o seu estágio na **Porto Ambiente**. Assim, inicialmente a mesma analisou a informação disponibilizada pelo setor comercial e a existente nos circuitos de recolha, com o objetivo de identificar possíveis duplicações/desatualização de informações. Com as conclusões desta fase, foi possível aferir o número de aderentes ativos na recolha porta-a-porta de resíduos orgânicos no setor não residencial. Numa segunda fase, foram identificados 60 potenciais novos aderentes e a sua localização georreferenciada. Devido à dispersão geográfica destes estabelecimentos, a proposta final do Projeto passou pela distribuição destes novos aderentes pelos circuitos já existentes.

As características curriculares do estágio, nomeadamente o número de horas disponível, não permitiu completar o Projeto na sua plenitude. No entanto, foi dado o arranque necessário para a organização da informação existente e para a criação de um novo circuito de recolha porta-a-porta de resíduos orgânicos no setor não residencial.

3.7.9.2. RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS EM RECINTOS DESPORTIVOS

Em 2020, a **Porto Ambiente** em colaboração com a LIPOR, identificou os recintos desportivos como locais com elevado potencial de recuperação de resíduos seletivos, pelo que pretende implementar um sistema de recolha seletiva adaptado a estes espaços. No entanto, devido à pandemia da Covid-19, que obrigou ao encerramento dos espaços desportivos, o projeto ficou estagnado. Neste sentido, a **Porto Ambiente** propôs como tema para realização de estágio, aos alunos da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), a “Implementação de um sistema de recolha seletiva em recintos desportivos na cidade do Porto”. O objetivo deste tema seria projetar a implementação de um sistema de recolha seletiva em recintos desportivos, através do levantamento dos espaços existentes e a avaliação da produção de cada recinto e das condições para a instalação de equipamentos para deposição seletiva. Com estes dados, seria realizada uma proposta de sistema de deposição e recolha adaptada à realidade dos recintos desportivos.

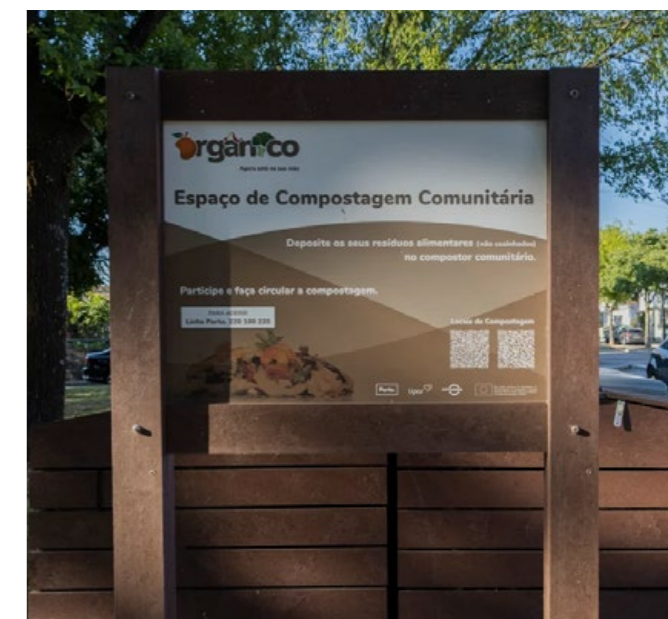
A estudante da Licenciatura em Ciências e Tecnologia do Ambiente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), aceitou o desafio e desenvolveu o seu estágio na **Porto Ambiente**. No decorrer do seu trabalho, realizou um levantamento inicial dos recintos desportivos existentes no Município e georreferenciação destes locais. Com esta informação, foi criado um plano de visitas a cada espaço para identificação dos aspetos mais relevantes para o desenvolvimento do Projeto. Após esta fase, iniciaram-se as visitas aos recintos desportivos, que contaram com a colaboração da LIPOR. Em cada visita era preenchida uma ficha de avaliação, previamente desenvolvida, que permitia registar as informações mais relevantes. Paralelamente, foram estudadas as alternativas de equipamentos disponíveis no mercado, que per-

mitissem responder às necessidades dos recintos visitados. No final do Projeto, a estudante propôs os modelos de equipamentos a utilizar nos recintos desportivos, identificando os diversos recintos existentes, o número de equipamentos necessários em cada local e o tipo de recolha possível.

Com este trabalho, a **Porto Ambiente** possui as informações necessárias para implementar um sistema de deposição e recolha seletiva nos recintos desportivos, colmatando, assim, a inexistência de uma solução para este tipo de espaço.

3.7.9.3. MONITORIZAÇÃO E ALARGAMENTO DO TRATAMENTO LOCAL DE BIORRESÍDUOS NA CIDADE DO PORTO

No âmbito do projeto CityLoops foram instaladas, na cidade do Porto, duas ilhas de compostagem comunitária, permitindo assim dar resposta aos biorresíduos produzidos em áreas em que, quer por condições operacionais, quer pela baixa densidade populacional, não se encontram instalados contentores de proximidade para deposição de resíduos orgânicos. Neste sentido, é objetivo da **Porto Ambiente** alargar a rede de equipamentos de tratamento local disponibilizado aos munícipes, em áreas com características semelhantes. Em 2022, a **Porto Ambiente** propôs aos alunos da FEUP a “Monitorização e alargamento do tratamento local de biorresíduos na cidade do Porto”. Com este tema, pretendia-se não só avaliar o funcionamento das



ilhas atualmente disponíveis, mas também estudar soluções alternativas de tratamento local de biorresíduos e analisar a viabilidade da sua implementação na cidade do Porto. No fim, o objetivo seria apresentar uma proposta de alargamento do sistema atual ou proposta de um novo sistema.

A estudante do Mestrado em Engenharia do Ambiente, aceitou o desafio e realizou a sua dissertação na **Porto Ambiente**. O trabalho inicial passou por um estudo bibliográfico das soluções de tratamento local existentes, para posterior avaliação da viabilidade de implementação no Porto. Em paralelo, a estudante realizou visitas às ilhas de compostagem existentes, com dois objetivos – recolha de dados, em articulação com a LIPOR, relativos às condições físico-químicas do composto; identificação das condições necessárias para a instalação das ilhas. Perante a falta de uma solução alternativa às ilhas de compostagem, adaptável à realidade da cidade, as ilhas mantiveram-se como a proposta de tratamento local a adotar. Desta forma, iniciou-se uma nova fase, de identificação de novos locais que respondessem às condições anteriormente sinalizadas, recorrendo a uma análise multicritério para seleção dos locais. No total, foram propostos 13 locais, que foram georreferenciados e integrados num plano de monitorização. Para além disto, foi também



realizado um breve estudo económico do custo de implementação da proposta apresentada.

O trabalho desenvolvido, que culminou na apresentação de uma proposta de alargamento da rede de ilhas de compostagem existente, servirá de base para a implementação de novos pontos de tratamento local no Porto.

3.8. Unidade Orgânica de fiscalização, Atividade Não Regulada e Comercial

A Unidade Orgânica de Fiscalização, Atividade não Regulada e Comercial (UOF), constituída em 2019, visa a fiscalização do cumprimento e execução dos seguintes dois instrumentos regulamentares essenciais à atividade da Empresa Regulamento de serviço:

- Regulamento de Serviço, o qual define as regras a que obedece a prestação pela **Porto Ambiente** dos serviços de gestão de resíduos urbanos e de limpeza do espaço público; e
- Regulamento de Fiscalização, o qual define as regras a que obedece a fiscalização, pela **Porto Ambiente**, do cumprimento das regras relativas à prestação dos serviços de gestão de resíduos urbanos e de limpeza do espaço público.

Desde 2021 que a estrutura de recursos humanos do serviço de Sensibilização/Fiscalização Ambiental, ajustou em baixa a redução de recursos, motivada inicialmente pela redução da atividade económica decorrente dos períodos de confinamento, tendo posteriormente sido identificada a oportunidade de outros meios de atuação e otimização da alocação de recursos.

No período de 2022, os colaboradores participaram nas seguintes formações: “Comunicação Assertiva e Empática” (Synergie), “Curso Básico de Socorrismo” (Cruz Vermelha Portuguesa), “Recicla-te” (Lipor), “Linguagem inclusiva” (Synergie), “Economia Circular na Gestão de Resíduos” (Lipor), Conferências online do Jornal Água e Ambiente, Webinar “Circularity2Business” (APEMETA), “Produtividade, Gestão do Tempo e Organização” (Knowit), “Sistema HACCP” (OERN), entre outras.



3.8.1. SENSIBILIZAÇÃO/FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA

Em 2022, foram realizadas um total de 1 705 ações de sensibilização, tendo-se dado continuidade ao processo de revisita aos estabelecimentos cuja ação de sensibilização havia sido efetuada há, pelo menos, 2 anos. Desta forma, e com a exceção das ações de sensibilização focadas na implementação de novos projetos de recolha ou ampliação da área de atuação das mesmas, não se procedeu à execução de campanhas de sensibilização globais.

No âmbito da sensibilização, foram ainda distribuídos panfletos alusivos à proibição da deposição de Objetos Fora de Uso (OFU) e Resíduos de Construção e Demolição (RCD) na via pública e/ou nos equipamentos de proximidade, nas zonas com frequentes deposições indevidas de resíduos desta tipologia. Em zonas críticas, e de elevada densidade de serviços/comércio, foram colocados ofícios de sensibilização nas caixas de correio.

3.8.2. FORMAÇÃO AMBIENTAL

A Formação Ambiental procedeu à abertura de 118 processos de formação em 2022. Destes pro-

cessos, 99 foram concluídos ainda em 2022, sendo que apenas 14 resultaram em processos de contraordenação. Transitam para 2022, 19 processos que se encontram a decorrer.

Foram concluídos 85 processos com atribuição do respetivo certificado, que resultaram em melhorias significativas nos procedimentos de gestão de resíduos urbanos destes estabelecimentos e se refletiram numa taxa de sucesso da formação ambiental de 86%, superando-se assim o objetivo definido para este ano.

3.8.3. MONITORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A monitorização dos equipamentos de deposição de resíduos é efetuada pelos agentes de sensibilização/fiscalização nas áreas que lhes são atribuídas, consistindo na identificação e no reporte das roturas de capacidade dos equipamentos e das necessidades de manutenção dos mesmos.

Em resultado da análise da informação obtida com esta monitorização, foi efetuado o reforço de contentorização (indiferenciada e seletiva) em alguns locais críticos e foi promovida a manutenção/higienização dos equipamentos danificados/consuados, por parte da Operação.

3.8.4. PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO

No ano de 2022, a área de Fiscalização instaurou 63 processos de contraordenação. O decréscimo verificado face ao histórico deve-se essencialmente à existência do novo procedimento de formação ambiental, iniciado no final de 2020, o qual suspende a instauração dos mesmos, possibilitando assim o desvio de cerca de 118 processos.

3.8.5. ÁREA COMERCIAL

A Área Comercial, constituída pela Unidade orgânica da fiscalização em 2020 com o objetivo de proporcionar aos utilizadores dos serviços prestados pela **Porto Ambiente** um acompanhamento contínuo e especializado, estabelecendo-se uma relação de proximidade com os mesmos, da qual todos os intervenientes beneficiarão.

É uma área de negócio vocacionada para clientes não residenciais e está inserida na Direção da Sustentabilidade Ambiental e Limpeza do Espaço Público, consistindo na gestão da carteira de clientes, tendo por base o serviço de Recolha Multimaterial Baixa Limpa (RMBL). Esta gestão passou pela migração de clientes de outros serviços, bem como pela angariação de novos aderentes, sendo assim consolidado o número de aderentes ao serviço de Recolha Multimaterial Baixa Limpa, assim como do serviço de recolha de Resíduos Orgânicos.



As atividades desenvolvidas em 2022, pelos Técnicos de Gestão de Clientes, no seguimento dos trabalhos realizados em períodos transatos, consistiram na atualização da Base de Dados de Clientes e na angariação de novos clientes para os seguintes serviços:

- ▶ Recolha seletiva Multimaterial (Baixa Limpa);
- ▶ Recolha seletiva de Orgânicos;
- ▶ Recolha seletiva Movida;
- ▶ Recolha Seletiva de verdes.

Estas equipas efetuaram 124 novas adesões de clientes, para a recolha seletiva de resíduos orgânicos e da multimaterial, bem como 12 reativações. Mensalmente a equipa dos TGC efetuou cerca de 68 abordagens, que incluiu adesões, reativações e esclarecimentos nos procedimentos de gestão de resíduos, nomeadamente, separação e encaminhamento.

No âmbito da sua atividade, as equipas de TGC:

- procederam à entrega de cerca de 22 000 sacos aos 550 clientes do serviço, com periodicidade mensal;
- efetuaram ações de monitorização da utilização dos sacos da fração multimaterial e dos contentores de resíduos orgânicos na via pública, por forma a verificar o cumprimento das regras aplicáveis à prestação do serviço;
- monitorizaram os circuitos da recolha seletiva de resíduos orgânicos, por forma a se proceder à avaliação da qualidade da separação desta fração;
- acompanharam diversos eventos realizados no Município, disponibilizando recursos para a instalação de equipamentos, monitorização da sua utilização e encaminhamento dos resíduos para valorização.

3.8.6. FISCALIZAÇÃO DA LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

A área da Limpeza do Espaço Público é constituída por duas equipas distintas, uma alocada à Fiscalização do Contrato de Limpeza do Espaço Público e outra alocada à Limpeza de Fachadas e mobiliário urbano.



Dentro das competências atribuídas aos encarregados/fiscais do contrato de prestação de serviços, foram realizadas ações de fiscalização, a alocação dos meios previstos nos pontos constantes no caderno de encargos, à verificação no terreno de pedidos enviados através do canal ECOLinha e ações aleatórias de monitorização da qualidade do serviço prestado.

No decorrer das ações de monitorização é reportada, em tempo real aos departamentos competentes, através de uma aplicação móvel, a localização de OFUs abandonados na via pública ou a localização de equipamentos de deposição coletiva em rotura, para resolução.

Em 2022, foi possível contabilizar 4 972 interações reportadas ao prestador de serviços, das quais 4 009 resultam de pedidos de intervenção realizados por munícipes, através da Ecolinha e as restantes 963 resultam da monitorização no terreno efetuada pelos encarregados/fiscais, de acordo com o suprarreferido.

3.8.7. LIMPEZA DE FACHADAS

A atividade da limpeza de fachadas executou a limpeza de um total de total de 169 mil m² de área vandalizada, nomeadamente limpeza de fachadas, equipamentos e mobiliário urbano. Cerca de 126 mil m² por remoção com pintura e de 44 mil m² por remoção com sílica, tendo cerca de 16 mil m² decorrido das 250 incidências registadas via ECOLinha e 133 mil m² de incidências verificadas no decorrer das ações regulares de monitorização.



3.8.8. LIMPEZA DAS PRAIAS

Em 2022, a intervenção da operação da Limpeza das praias decorreu em conformidade com o planeado, tendo sido, uma vez mais, reconhecido o incremento qualitativo da mesma. Esta operação, prevê, entre outras, a limpeza dos areais e rochas (cerca de 2,5 Km), bem como a recolha dos resíduos depositados nos Ecopontos e Papeleiras instaladas nos areais, garantindo-se assim a remoção de todo o tipo de desperdícios provenientes da atividade dos utentes das praias, resíduos transportados pelo mar e depositados na areia pela ação das marés, resíduos transportados pelos ventos e objetos abandonados.

Esta operação, reforçada durante a época balnear, disponibiliza os meios para a execução duas vezes ao dia, 7 dias por semana, com a afetação de 14 meios humanos e 4 meios mecânicos, realizando igualmente a oxigenação e desinfestação dos areais em dois períodos distintos, entre as 06H00 e as 13H00 e as 18H00 e as 22H00.

Esta operação foi reconhecida pelos utilizadores das praias da cidade do Porto que destacam a sua qualidade.

3.8.9. LAVAGEM EXTERIOR DE EQUIPAMENTOS E ÁREA ENVOLVENTE

Durante o ano de 2022, este serviço, composto por uma equipa de 5 elementos e com o apoio de duas máquinas de lavagens, efetuou lavagens a 42 229 equipamentos e respetivas áreas envolventes.

Ainda no que diz respeito a este serviço, no ano 2022, foram retirados grafitis a 3 042 equipamentos.

3.8.10. COMUNICAÇÃO

Posicionar a **Porto Ambiente** como entidade de referência no setor, dar notoriedade à sua atividade e ao trabalho das suas equipas junto de diferentes públicos, colocar a empresa no 'top of mind' de porta-vozes para questões ambientais, reforçar a sua importância na (in)formação e sensibilização ambiental foram os objetivos traçados para 2022, de acordo com plano de ação apresentado na gênese desta unidade.

Assim, ao longo do período em apreço o trabalho desta equipa passou pelo reforço da comunicação institucional da empresa, dinamização de oportunidades de comunicação em particular com órgãos de informação, mas também pela presença da **Porto Ambiente** em eventos estratégicos para a cidade e a sua afirmação como porta-voz no setor.

2022 foi marcado pelo início da presença da Empresa nas redes sociais, nomeadamente na rede empresarial *LinkedIn*. A **Porto Ambiente** foi partilhando os seus sucessos, os principais resultados da sua atividade, bem como as iniciativas que promoveu e/ ou participou. Atualmente lidera o top 3 das empresas do setor nesta rede, em termos de interação e envolvimento da sua comunidade.

3.8.10.1. UM ANO EM EVENTOS

Desde a disrupção do Tedex, com aposta na divulgação da importância da economia circular, passando pela inauguração do Parque da Asprela, NOS Primavera Sound, ou Jardim da Água com foco nas famílias e na sensibilização ambiental, até ao contacto com a Academia na FEUP através do BET (*Building Engineers of Tomorrow*) e Fórum do Ambiente, ou com os mais novos no projeto "Semear Cidadania", a **Porto Ambiente** esteve presente em várias iniciativas da cidade.

Foram cerca de 10 eventos, cada um constituindo-se como uma oportunidade de excelência de dar a conhecer a atividade diária da empresa, contactar centenas de famílias, e reforçar a importância da adoção de comportamentos ambientalmente mais responsáveis.

3.8.10.2. TRANSVERSALIDADE E SUPORTE

Apesar de, por vezes invisível, o trabalho da Comunicação revela um suporte imprescindível às várias direções e áreas da empresa e imprescindível à prossecução dos seus objetivos.

Desde a organização do primeiro encontro de trabalhadores para celebração do quinto aniversário da empresa, evento cuja gestão esteve a cargo da equipa de Comunicação em parceria com a equipa de Recursos Humanos.



Ao longo do ano, desde a sensibilização ao planeamento, passando pelos ecocentros, falamos de dezenas de folhetos, cartas, e outros suportes de comunicação integralmente desenvolvidos por esta unidade.

A título de exemplo destaca-se a elaboração de um manual de boas práticas para os estabelecimentos que frequentam a formação ambiental, a produção de materiais informativos para Ecocentros (folheto e banners), calendários e alterações ao serviço de recolhas, comunicações internas (referentes a protocolos, parcerias e newsletters mensais).

Para além deste trabalho diário, ao longo deste ano foram empreendidas algumas atividades de grande complexidade e que, em alguns casos, estão ainda em curso, prevendo-se a sua conclusão no arranque de 2023.

Destacamos, neste campo, a reorganização do site da empresa, de forma a conferir ao mesmo maior facilidade de acesso a conteúdos, maior dinamismo, melhor qualidade gráfica através de um novo portfolio, elaborado de raiz.

A página web da **Porto Ambiente** passou a dispor de novas galerias fotográficas, de cariz profissional, para todas as áreas da empresa, decorrente de um processo que implicou o planeamento e acompanhamento, ao longo de várias semanas, no terreno, das diferentes equipas (recolha, limpeza fachadas, limpeza praias, pedidos ao domicílio, limpeza urbana, para além das atividades de suporte).

A par deste tema e, ao longo dos últimos meses, tem vindo a ser desenhada uma nova linha gráfica que irá mudar toda a sinalética de conteúdos e uniformizar toda a comunicação para a separação de resíduos na cidade. Pretende-se assim tornar a mesma mais apelativa, mais simples e intuitiva não só para os munícipes, mas também para os que visitam a cidade, uma vez que está prevista a sua adaptação em formato bilingue.

3.8.10.3. PORTA-VOZ DO SETOR

Respondendo a um dos desafios lançados aquando da criação desta unidade, procuramos posicionar a **Porto Ambiente** como *player* de referência neste setor.

No total foram quatro as participações no programa "Praça da Alegria", abordando temas ligados à sustentabilidade como a reciclagem ou a limpeza de praias, em rubrica própria.

No que diz respeito ao setor dos resíduos, destacam-se os cerca de 40 artigos publicados nos órgãos de especialidade e a participação, como orador, no Fórum Resíduos, o maior encontro nacional da área, que decorreu em Lisboa, em novembro. Num painel que contou com o testemunho de diferentes municípios, a **Porto Ambiente** partilhou a sua experiência pioneira nos biorresíduos.

3.8.10.4. UM ANO NOS MEDIA

Ao longo de 2022, foram publicadas mais de 140 notícias em órgãos de comunicação social local, especializada e nacional.

Procurou-se a diversificação de temas e áreas, dando palco às diferentes áreas de atuação da empresa. Sensibilização ambiental, Projeto orgânico, aos resultados operacionais da Empresa, alargamento operações e limpeza de praias foram alguns dos grandes destaques deste ano.

Este foi um ano em que a **Porto Ambiente** esteve presente em cerca de 20 peças jornalísticas em meios nacionais, como RTP, SIC ou TVI. Ou seja, mais de uma reportagem televisiva todos os meses.

Em seguida, apresenta-se uma síntese das múltiplas reportagens e notícias realizadas, no decurso do ano de 2022:

FONTE	DATA	TÍTULO
Antena 1 – Notícias	07/01/2022	CM recolheu mais 26% de resíduos entre 21 de dezembro e 4 de janeiro
Lusa	07/01/2022	Porto recolheu mais 26% de resíduos nas festas do que no mesmo período em 2020
Antena 1 – Notícias	07/01/2022	CM recolheu mais 26% de resíduos entre 21 de dezembro e 4 de janeiro - REPETIÇÃO
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	07/01/2022	Recolha de resíduos no Porto durante a quadra festiva cresceu mais de 26% face a 2020.
Notícias ao Minuto Online	07/01/2022	Porto recolheu mais 26% de resíduos estas festas do que nas de 2020
JN	08/01/2022	Porto reciclou mais nesta época festiva
O Instalador	10/01/2022	Porto: recolha de resíduos no Natal aumentou mais de 26%
Ambiente Magazine Online	10/01/2022	Porto aumenta 26% a recolha de resíduos durante a quadra festiva face a 2020
Watsson	10/01/2022	Recolha de resíduos no Porto cresceu 27% no Natal
Viva! Porto Online	10/01/2022	Porto aumentou recolha de resíduos durante a quadra festiva
Indústria e Ambiente	13/01/2022	Porto recolheu mais 26% de resíduos nas festas do que em 2020
Notícias ao Minuto Online	02/02/2022	Novas instalações da Porto Ambiente e GO Porto vão ter certificação LEED
JN Online	02/02/2022	Empresas municipais do Porto com instalações novas e amigas do ambiente

FONTE	DATA	TÍTULO
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	02/02/2022	Verde por fora e verde por dentro, assim é a nova casa da GO Porto e Porto Ambiente
Viva! Porto Online	03/02/2022	Empresas municipais do Porto têm novas instalações
JN	03/02/2022	Municípios "Não vão pagar" demolição no Ourigo, diz Moreira
Expresso – Economia	11/02/2022	Edifício «verde» substitui antigo canil do Porto
TSF Online	18/02/2022	Fazem mais de 10 km por dia em nome do ambiente
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	18/02/2022	Compromisso da cidade com a reciclagem dá mais eficiência à Somos Nós
TSF – Notícias	18/02/2022	Equipas da Porto Ambiente
TSF – Notícias	18/02/2022	Equipas da Porto Ambiente - REPETIÇÃO
JN	17/03/2022	Porto gasta milhares por causa do vandalismo
JN Online	23/03/2022	Equipas de sensibilização para um Porto mais limpo
JN	23/03/2022	Equipas de sensibilização para um Porto mais limpo
Jornal Mundo Actual online	29/03/2022	Porto recicla 39% em 2021 e envia menos 2.000 toneladas para indiferenciado
Viva! Porto Online	29/03/2022	Porto volta a superar taxa de reciclagem
Observador Online	29/03/2022	Porto recicla 39% dos resíduos em 2021 e envia menos 2.000 toneladas para indiferenciado
JN Online	29/03/2022	Porto reciclou quase 40% do lixo
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	29/03/2022	Porto volta a superar todas as metas e recicla mais de 39% em 2021
Ambiente Magazine Online	29/03/2022	Indiferenciados na cidade do Porto regista quebra de duas mil toneladas
Lusa.pt	29/03/2022	Porto recicla 39% em 2021 e envia menos 2.000 toneladas para indiferenciado
Indústria e Ambiente Online	30/03/2022	Porto reciclou 39% dos seus resíduos em 2021
Água e Ambiente online	30/03/2022	Porto recicla mais de 39% em 2021
Porto Canal	31/03/2022	Combate às alterações climáticas
Watsson.pt	01/04/2022	Cidade do Porto aumentou taxa de reciclagem
Radio Portuense online	05/04/2022	Alunos limpam Praia do Homem do Leme, no Porto

FONTE	DATA	TÍTULO
Agroportal.pt	12/04/2022	Projeto Orgânico do Porto atinge as mil toneladas recolhidas em apenas um ano
Watsson.pt	12/04/2022	Empresas municipais do Porto têm novas instalações
Notícias da Floresta Online	12/04/2022	Recolha e valorização de resíduos orgânicos no Porto atinge as mil toneladas recolhidas
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	12/04/2022	Projeto Orgânico do Porto atinge as mil toneladas recolhidas em apenas um ano
Lusa.pt	12/04/2022	PORTO: Recolha de orgânicos atinge as 1.000 toneladas recolhidas num ano
Ambiente Magazine Online	12/04/2022	Projeto de recolha de orgânicos alcança mil toneladas recolhidas na cidade do Porto
JN	12/04/2022	Autarquia vai recolher lixo orgânico com toda a cidade
JN Online	12/04/2022	Recolha de resíduos orgânicos em toda a cidade do Porto em 2023
Renováveis Magazine Online	13/04/2022	Projeto Orgânico do Porto atinge as 1000 toneladas recolhidas num ano
The Uniplanet Online	13/04/2022	Recolha de resíduos orgânicos abrangerá todo o Porto em 2023
Revista Sustentável Online	13/04/2022	Projeto Orgânico do Porto recolheu mil toneladas em apenas um ano
SIC	27/04/2022	Recolha de resíduos orgânicos no Porto
SIC Online	27/04/2022	Porto recolheu mais de mil toneladas de restos alimentares num ano
Renováveis Magazine	01/05/2022	O Projeto Orgânico do Porto foi lançado em 2021 e recolhe resíduos que são valorizados e devolvidos ao solo
JN Online	10/05/2022	Limpeza das praias contou com a ajuda de 400 alunos
Ambiente Magazine Online	11/05/2022	Dez escolas juntam-se para recolher lixo nas praias do Porto
JN	11/05/2022	Quatro centenas de alunos ajudam a limpar as praias
RTP1 – Praça da Alegria	17/05/2022	Dia Internacional da Reciclagem
Ambiente Magazine Online	17/05/2022	Antas é a recente zona do Porto com recolha seletiva porta-a-porta
SIC – Primeiro Jornal	17/05/2022	Dia Mundial da Reciclagem
Lusa.pt	17/05/2022	Recolha seletiva porta a porta no Porto chega às Antas a partir da próxima semana
RTP3 – 3 às...	17/05/2022	Novos espaços de compostagem comunitária no Porto
SIC – Edição da Manhã	17/05/2022	Dia Mundial da Reciclagem

FONTE	DATA	TÍTULO
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	17/05/2022	Recolha seletiva porta a porta chega às Antas e abrange mais de 800 famílias
Global News Online	17/05/2022	Zona das Antas terá recolha seletiva de resíduos porta a porta abrangendo mais de 800 famílias
Jornal de Notícias Online	17/05/2022	Recolha seletiva porta a porta no Porto chega às Antas na próxima semana
Packaging Online	17/05/2022	Porto Ambiente alarga recolha seletiva na zona das Antas
Rádio Nova Online	17/05/2022	Recolha seletiva porta a porta no Porto chega às Antas a partir da próxima semana – Notícias
SIC Notícias Online	17/05/2022	Dia Mundial da Reciclagem: recolha porta a porta no Porto vai ser alargada
Viva! Porto Online	17/05/2022	Câmara do Porto anuncia chegada da recolha seletiva porta a porta às Antas
SIC Notícias – Edição da Manhã	17/05/2022	Dia Mundial da Reciclagem – Porto
SIC Notícias – Edição da Manhã	17/05/2022	Dia Mundial da Reciclagem – REPETIÇÃO
Porto Canal	17/05/2022	Dia Internacional da Reciclagem
RTP3 – Eixo Norte Sul	17/05/2022	Novos espaços de compostagem comunitária no Porto – REPETIÇÃO
RTP1 – Jornal da Tarde	17/05/2022	Novos espaços de compostagem comunitária no Porto – REPETIÇÃO
RTP3 – 24 Horas	17/05/2022	Novos espaços de compostagem comunitária no Porto – REPETIÇÃO
RTP3 – 18/20	17/05/2022	Novos espaços de compostagem comunitária no Porto – REPETIÇÃO
Correio da Manhã	18/05/2022	Recolha seletiva nas Antas
Rádio No Ar online	18/05/2022	Recolha de resíduos porta-a-porta alargada às Antas no Porto
Indústria e Ambiente Online	18/05/2022	Recolha seletiva porta a porta no Porto chega às Antas
JN	18/05/2022	Recolha seletiva porta a porta chega às Antas para a semana
Água & Ambiente Online	18/05/2022	Na recolha de biorresíduos "há municípios que ainda não fizeram nada"
O Instalador online	19/05/2022	Recolha seletiva porta-a-porta chega às Antas
Agrozapp.pt	27/05/2022	Biorresíduos comunitários transformam-se em quase 300 quilos de composto 100% natural

FONTE	DATA	TÍTULO
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	27/05/2022	Biorresíduos comunitários transformam-se em quase 300 quilos de composto 100% natural
Ambiente Magazine Online	27/05/2022	Biorresíduos comunitários transformam-se em quase 300 quilos de composto 100% natural
Agroportal.pt	27/05/2022	Biorresíduos comunitários transformam-se em quase 300 quilos de composto 100% natural
Viva! Porto Online	01/06/2022	Porto: Biorresíduos comunitários resultam em quase 300 quilos de composto 100% natural
Revista Sustentável Online	01/06/2022	Espaço de Compostagem Comunitária no Porto geraram quase 300 quilos de composto
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	06/06/2022	Câmara vence "Prémios Verdes" com o edifício da GO Porto e Porto Ambiente
Viva! Porto Online	07/06/2022	Município do Porto distinguido com galardão de arquitetura sustentável
RTP – Praça da Alegria	08/06/2022	Dia dos oceanos
RTP – Praça da Alegria	08/06/2022	Dia dos Oceanos
Espaço de Arquitetura Online	08/06/2022	Câmara do Porto vence "Prémios Verdes" com o Edifício de São Dinis
RTP	13/06/2022	Falta de nadadores salvadores
Anteprojectos Online	14/06/2022	Câmara vence "Prémios Verdes" com o edifício da GO Porto e Porto Ambiente
Água & Ambiente	01/07/2022	Conversas online do Jornal água & Ambiente
Viva! Porto Online	12/07/2022	Porto continua a superar recordes na reciclagem
Água & Ambiente Online	12/07/2022	Porto alcança valores históricos na reciclagem durante o primeiro semestre do ano
Rádio Portuense Online	12/07/2022	Porto fecha primeiro semestre do ano com valores históricos na reciclagem
PME Magazine – Portugal. Mundo. Empresas Online	12/07/2022	Porto atinge valores históricos na reciclagem
Observador	12/07/2022	Taxa de reciclagem do Porto ultrapassa 40% no primeiro semestre do ano

FONTE	DATA	TÍTULO
Notícias ao Minuto	12/07/2022	Taxa de reciclagem no Porto ultrapassa 40% no primeiro semestre do ano
Etc e Tal Jornal Online	12/07/2022	Porto fecha primeiro semestre do ano com valores históricos na reciclagem
ECO – Economia Online	12/07/2022	Reciclagem no Porto atinge máximo de sete anos no primeiro semestre
DN Online	12/07/2022	Taxa de reciclagem no Porto ultrapassa 40% no primeiro semestre do ano
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	12/07/2022	Porto fecha primeiro semestre do ano com valores históricos na reciclagem
Ambiente Magazine Online	12/07/2022	Porto bate recorde de taxa de reciclagem superior a 40% entre janeiro e junho
Lusa	12/07/2022	Taxa de reciclagem na cidade do Porto ultrapassa 40% no primeiro semestre do ano
Indústria e Ambiente Online	13/07/2022	Porto bate recordes na reciclagem no 1º semestre do ano
AgroNegócios.eu Online	13/07/2022	Porto fecha primeiro semestre do ano com valores históricos na reciclagem
Jornal de Notícias	13/07/2022	Porto bate recordes na reciclagem no primeiro semestre
Revista Sustentável Online	14/07/2022	Taxa de reciclagem no Porto ultrapassou os 40%
Watsson.pt	14/07/2022	Porto fecha primeiro semestre do ano com valores históricos na reciclagem
Porto Canal	23/08/2022	Compostagem comunitária
Porto Canal Online	23/08/2022	Portuenses aderem em 'massa' à compostagem comunitária
RTP – Praça da Alegria	25/08/2022	Regresso às aulas
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	27/08/2022	O trabalho minucioso que mantém as praias do Porto imaculadas
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	05/09/2022	Expansão do projeto de recolha de resíduos orgânicos chega a mais 12 mil famílias
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	05/09/2022	Expansão do projeto de recolha de resíduos orgânicos chega a mais 12 mil famílias
Notícias ao Minuto Online	05/09/2022	Porto. Recolha de resíduos orgânicos chega a mais 12 mil famílias

FONTE	DATA	TÍTULO
Etc e Tal Jornal Online	05/09/2022	Expansão do projeto de recolha de resíduos orgânicos chega a mais 12 mil famílias
Viva! Porto Online	05/09/2022	Câmara do Porto expande projeto de recolha de resíduos orgânicos
Frutas, Legumes e Flores Online	06/09/2022	Valorização de resíduos em composto chega a mais 12 mil famílias portuenses
TecnoAlimentar Online	06/09/2022	Expansão do projeto Orgânico chega a mais 12 mil famílias portuenses
Água & Ambiente Online	06/09/2022	Projeto de recolha de resíduos orgânicos chega a mais 12 mil famílias portuenses
Agroportal Online	07/09/2022	Valorização de resíduos em composto chega a mais 12 mil famílias portuenses
Maré Viva	14/09/2022	Projeto portuense orgânico já recolheu mais de 1400 toneladas de resíduos alimentares
Frutas, Legumes e Flores	01/10/2022	Valorização de resíduos em composto chega a mais 12 mil famílias portuenses
Água & Ambiente	01/10/2022	Recolha de biorresíduos avança no terreno
Jornal de Notícias	01/11/2022	30 cantoneiros limpam latada
Porto Canal	11/11/2022	Limpeza de Grafittis
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	05/12/2022	Ecocentro da Prelada passa a estar aberto também aos domingos
Viva! Porto Online	06/12/2022	Ecocentro da Prelada alarga horário de funcionamento
Jornal de Notícias	06/12/2022	Ecocentro da Prelada vai passar a funcionar sete dias por semana
Diário de Notícias	06/12/2022	Ecocentro da Prelada abre aos domingos
Etc e Tal Jornal Online	22/12/2022	‘Porto Ambiente’ reforça recolha de resíduos nesta quadra natalícia
Câmara Municipal do Porto Online – Porto.pt Online	22/12/2022	Porto Ambiente reforça recolha de resíduos nesta quadra natalícia
Porto Canal Online	23/12/2022	Empresa municipal do Porto reforça recolha de lixo no Natal
Notícias ao Minuto Online	23/12/2022	Porto. Empresa municipal reforça recolha de lixo no Natal
Público	24/12/2022	Neste Natal, não “embrulhe” as ruas com papel de presente
Público – Público Porto	24/12/2022	Neste Natal, não “embrulhe” as ruas com papel de presente
Porto Canal	24/12/2022	Natal sem folgas. No Porto não se descansa para que a cidade esteja sempre limpa



3.9. Recursos Humanos

Ao nível dos Recursos Humanos, começar por enaltecer uma vez mais a coragem, empenho e sentido de serviço público de todos os colaboradores das atividades de recolha de resíduos urbanos e da limpeza do espaço público.

No ano em reporte, a **Porto Ambiente** deu continuidade ao reforço da sua área operacional, em consequência da criação de novos circuitos de recolha seletiva e do reforço da frequência de outros já existentes. No quadro detalhe do número de colaboradores por categoria profissional, apresentado em seguida, será facilmente perceptível que, as funções operacionais (motorista e cantoneiro), foram que conduziram a este crescimento.

Importa ainda destacar a constituição, no final do ano transato, da Direção para a Neutralidade Car-

bónica do Porto, dando corpo ao protocolo de colaboração celebrado com a Câmara Municipal do Porto (C.M.P.) tendo em vista o cumprimento dos objetivos delineados no Pacto do Porto para o Clima e na Missão Europeia “Cidades Inteligentes e com um impacto neutro no Clima”.

A gestão destes programas foi atribuída à **Porto Ambiente**, no âmbito de uma parceria estratégica envolvendo várias unidades orgânicas da estrutura da C.M.P., bem como das empresas municipais e entidades participadas, sob o desígnio da neutralidade carbónica da cidade do Porto até 2030.

Assim, no que respeita ao seu quadro de pessoal, apresentam-se os seguintes indicadores chave:

valores expressos em euros

RECURSOS HUMANOS	2022	2021
Número de trabalhadores no final do período	392	370
Número médio de trabalhadores ao longo do período	375	361
Gastos com o pessoal	7 807 525,33	6 991 432,50
Gasto médio, mensal, por colaborador (12 meses)	1 733,08	1 613,90

O detalhe do número de colaboradores por categoria profissional, apresenta-se da seguinte forma:

número de colaboradores

#	CATEGORIA PROFISSIONAL	2022	2021
1	Administrador executivo	2	2
2	Diretor	5	4
3	Coordenador	6	4
4	Assessor Jurídico da Administração	1	1
5	Técnico Superior	16	17
6	Secretária do Conselho de Administração	1	1
7	Técnica de Comunicação	1	1
8	Administrativo	8	8
9	Assistente Técnico Informática	1	1
10	Fiel Armazém	1	1
11	Assistente Técnico Apoio Gestão Contrato	1	1
12	Assistente Técnico Sensibilização	2	2
13	Assistente Técnico Fiscalização	3	4
14	Assistente Técnico Comercial	3	4
15	Assistente Técnico Eletricista	1	1
16	Assistente Técnico Serralheiro	2	1
17	Mecânico	1	1
18	Encarregado Operacionais	23	22
19	Assistente Operacionais – Motorista	97	90
20	Assistente Operacionais – Cantoneiro	217	204
TOTAL		392	370

3.9.1. VÍNCULO LABORAL

No âmbito do vínculo laboral, destaca-se o facto de 71% dos colaboradores se encontrarem vinculados por contratos por tempo indeterminado, demonstrando esforço realizado na estabilização das equipas de trabalho,

Nesta vertente, importa ainda referir que mais de 65% dos colaboradores em cedência de interesse público se encontram no regime de 40h semanais, (comparativamente com os 54% do final de 2021), facto este que também contribui para a uniformização de horários de trabalho e para o aumento da produtividade e qualidade do serviço executado.

3.9.2. CARACTERIZAÇÃO DOS COLABORADORES

No que se refere à caracterização dos recursos humanos da **Porto Ambiente**, verifica-se uma clara predominância do género masculino nas áreas mais operacionais, sendo que o panorama se inverte nas áreas técnicas/administrativas.

Esta realidade encontra as suas origens na própria criação da **Porto Ambiente**, onde se assumiu a estratégia de dar primazia à integração dos recursos humanos que exerciam funções na Divisão Municipal de Limpeza Urbana da C.M.P. (área de recolha de resíduos) e nas empresas concessionadas, com o objetivo de assegurar um processo de transição mais gradual e sem grandes sobressaltos.

Assim, podemos concluir que é, em grande parte, esta “herança”, que condiciona a realidade de género existente atualmente na **Porto Ambiente**, acrescida pela disponibilidade do mercado de trabalho onde, possivelmente pelas características das funções em causa, a oferta é maior por parte do género masculino.

Assim, olhando para toda a organização, os perfis “médios” da **Porto Ambiente** são:

Colaborador Porto Ambiente

- Género masculino
- Tem 44 anos
- Tem o 9º ano
- É Assistente Operacional
- Tem 3 anos de antiguidade na Porto Ambiente



Colaboradora Porto Ambiente

- Género feminino
- Tem 38,5 anos
- Licenciada
- É Técnica Superior
- Tem 3,3 anos de antiguidade na Porto Ambiente

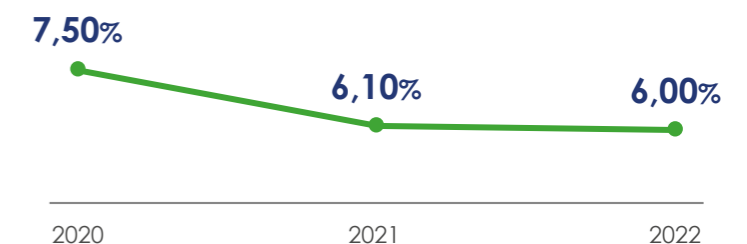


3.9.3. ABSENTISMO

Na **Porto Ambiente**, o absentismo tem um impacto muito significativo na operação, pois a recolha de resíduos na cidade obriga à utilização de todas as viaturas disponíveis, as quais, para poderem funcionar plenamente, necessitam de um número pré-definido de colaboradores. Assim sendo, se um motorista/cantoneiro faltar, a viatura não poderá sair e a recolha daquele circuito não é efetuada. Para evitar este tipo de constrangimentos, a **Porto Ambiente** necessita de um quadro de colaboradores ligeiramente superior àquele que, à partida, seria exigido.

Desde 2021 que a taxa de absentismo tem vindo a diminuir, ainda que de forma mais ligeira no ano transato, que se fixou nos 6,0%. Este decréscimo foi inferior ao inicialmente estimado, e esteve essencialmente associado ao impacto da Pandemia Covid-19 nos primeiros meses do ano, (com principal incidência do mês de janeiro de 2022) em que a taxa de absentismo ascendeu a valores muito elevados para a média da **Porto Ambiente**.

Absentismo



3.9.4. FORMAÇÃO

A **Porto Ambiente** valoriza a formação dos seus colaboradores, e desta forma pretende dotar os mesmos de competências que lhes permitam desempenhar cada vez melhor a sua função (ou novas exigências inerentes à sua função) num processo contínuo de desenvolvimento pessoal e profissional, em que todos saem beneficiados. Em paralelo, tem vindo a ser registada uma aposta complementar na formação dos seus colaboradores com vista à futura ocupação de vagas internas, potenciando desta forma a progressão na carreira e a valorização dos seus colaboradores, tendo esta estratégia sido aplicada nas funções de encarregado operacional e de motorista.

Nesse sentido, a equipa dos Recursos Humanos da **Porto Ambiente** elabora anualmente um Plano de Formação para todos os colaboradores, tendo por base o levantamento individual de necessidades efetuado juntos das chefias, de forma a garantir que todos os seus trabalhadores têm as competências técnicas e comportamentais necessárias para o desempenho pleno da sua função.

O Plano de Formação de 2022 teve uma taxa de execução de 76%, valor superior ao conseguido

em 2021 (62,5%), mas que ainda foi, ligeiramente, afetada pelos efeitos da Pandemia Covid-19 nos primeiros meses do ano.

Contudo, realçamos que para além das formações planeadas e efetivamente realizadas foi ainda possível efetuar 21 ações não previstas, estando o âmbito das mesmas fortemente relacionado com a certificação pela norma ISO 14001 (Certificação de Sistema de Gestão Ambiental) e ainda com a preparação para a obtenção da certificação no âmbito da norma ISO 45001- Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho.

3.9.4.1. DADOS DE FORMAÇÃO EM 2022

Ainda que estejamos conscientes que esta é uma área em fase de desenvolvimento e melhoria, no presente ano e comparativamente a 2021, a **Porto Ambiente** teve uma evolução positiva, tendo organizado 264 iniciativas formativas, com duração total superior a 7 mil horas.

Estas ações de formação abrangeram todas as áreas da organização, envolveram 96% dos seus colaboradores e permitem-nos ter um olhar otimista sobre o rumo que esta área está a tomar e cujos dados se sintetizam no quadro e gráficos seguintes.

FORMAÇÃO	UNIDADE	TOTAIS
Formações	Nº de Formações	266
Formações Internas	Nº de Formações	177
Formações Externas	Nº de Formações	89
Formandos	Nº de Formandos	430
Volume Horas Total	Horas	7 017,78
Volume Horas Formação Interna	Horas	2 877,50
Volume Horas Formação Externa	Horas	4 140,28



Como é possível verificar, foi registado um crescimento no número de ações realizadas, tendo organizado um total de 266 iniciativas formativas, com uma duração total superior a 7 mil horas, abrangendo 430 colaboradores.

As grandes áreas desenvolvidas neste domínio foram as seguintes:

ÁREA DE FORMAÇÃO	Nº Ações
Ambiente e Gestão de Resíduos	23
Áreas de Desenvolvimento Comportamental	14
Condução de Pesados	7
Condutor Manobrador de Grua	3
Manutenção de Equipamentos e Viaturas	3
Condução Económica, Defensiva e Ambiental	2
Jurídica	13
Acolhimento de Novos Colaboradores	37
Compras e Aprovisionamento	4
Comunicação e Imagem	3
Regulamentação Ecocentros	2
Financeira	3
Recursos Humanos	3
Implementação da Diretiva Máquinas e Equipamentos	1
Plataformas Informáticas	5
Saúde e Segurança no Trabalho	141

Tendo sido desenvolvidos, nomeadamente, os seguintes temas:

► **Áreas desenvolvimento comportamental** (Atendimento Telefónico; Workshop Finanças Pessoais;)

► **Acolhimento e Integração de novos colaboradores** (Formação de Acolhimento; Formação de Acompanhamento – Motoristas; Formação de Acompanhamento – Cantoneiro de Limpeza; Esclarecimentos sobre atribuição do seguro de saúde);

► **Saúde e segurança Trabalho** (Especificações de Serviço – Carga Traseira; Especificações de Serviço – Viaturas com Grua; Formação em utilização e conservação de EPI – Químicos; Noções Básicas em SST – Administrativos; Movimentação Manual

de Cargas; Formação em procedimentos em caso de acidente de trabalho; Curso básico de primeiros socorros; Fichas de dados de segurança; Espaços confinados – Segurança nas suas decisões);

► **Compras e Aprovisionamento: Especialização e atualização em matérias de Gestão** (Gestor de contrato; Gestão Sustentável de Equipas);

► **Compras e Aprovisionamento: Especialização e atualização em matérias da área compras e aprovisionamento** (Formação de armazenar e gerir stocks com eficácia; Formação em medidas especiais de contratação pública e alteração ao CCP; Formação em conferência de alto nível sobre contratação pública; Compras circulares – Cityloops; CPA para não juristas; Pós-Graduação em Contratação Pública);

► **Especialização e atualização em matérias da área RH** (Formação pedagógica inicial de formadores; Formação em parentalidade nos setores público e privado; Gestão e coordenação da formação; Direito do Trabalho; Curso Prático de Processamento de Salários);

► **Plataformas Informáticas** (ERP Primavera – Módulo SST; Formação em módulo WEB planeamento horário; ERP Primavera Versão10; ERP Primavera – Módulo de penhoras; Fermentas de planeamento na gestão de projetos);

► **Desenvolvimento competências técnicas área operacional** (Condução de empilhadores);

► **Carta de condução pesados;**

► **Carta de aptidão motorista** (Inicial e renovação);

► **Formação de condutor e manobrador de guias** (Inicial e Follow-up);

► **Formação de novas viaturas e equipamentos** (Manutenção e funcionamento do novo ecocentro móvel);

► **Ambiente e gestão de resíduos** (Projeto Orgânico; Estratégia transfronteiriça de gestão de resíduos e de equipamentos elétricos e eletrónicos; Regime geral de gestão de resíduos – LIPOR; Regime geral de gestão de resíduos – Ordem; Digitalização no Setor dos Resíduos; Formação em “como é que os portugueses veem a reciclagem”; Formação em cidades pela neutralidade carbónica em 2030; Reorganização e gestão das cidades; Referencial Normativo NP ISO 14001:2015; Oficinas de Upcycling);

3.9.5. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO (SST)

A área da saúde e segurança no trabalho tem como objetivos criar condições de trabalho com qualidade, prevenir a doença bem como os acidentes de trabalho, proteger os trabalhadores contra os riscos para a sua segurança e saúde, e promover o bem-estar físico, mental e social e, por fim, fomentar postos de trabalho compatíveis com as suas aptidões psicológicas e fisiológicas.

No âmbito da saúde foram realizados, ao longo do ano de 2022, as seguintes abordagens:

► Realização de exames de admissão, periódicos e ocasionais:

- Admissão: 81
- Periódicos: 281
- Ocasionais: 67

► Formações e sensibilizações – 167 horas de formação/sensibilização, tendo sido abordados os seguintes temas:

- Acolhimento – 37 ações
- Especificações de Serviço – 11 ações de formação/sensibilização
- Inicial Acompanhamento (in loco) – 89 ações de formação/sensibilização
- Formação de Noções Básicas de SST – 6 ações de formação/sensibilização



- Primeiros Socorros e Suporte básico de Vida – 5 ações de formação/sensibilização
- Noções Básicas de Armazenamento e Manuseamento de Produtos Químico – 10 ações de formação/sensibilização
- Contenção de derrames – 5 ações de formação/sensibilização
- Diretiva de Máquinas e Equipamentos de Trabalho – 1 ação de formação/sensibilização
- Procedimento de Atuação em caso de Incidente/Acidente de Trabalho – 8 ações de formação/sensibilização
- Segurança Contra Incêndios em Edifícios – 1 ação de formação/sensibilização
- Utilização de EPI's – Manutenção e Conservação – 5 ações de formação/sensibilização

3.9.5.1. VISITAS AOS POSTOS DE TRABALHO (VPT'S)

No âmbito da prevenção e controlo das tarefas realizadas pelos colaboradores da **Porto Ambiente**, a Área de SST efetua o acompanhamento in loco dos diversos horários. Este acompanhamento tem como objetivo a atualização do plano de controlo e verificação do cumprimento dos procedimentos de segurança e operacionais e formar/sensibilizar.

No caso de serem identificadas Não Conformidades, estas são devidamente registadas e comunicadas às chefias e colaboradores para que sejam tomadas as respetivas medidas corretivas/preventivas

Ao longo do ano de 2022 foram realizadas 112 visitas aos postos de trabalho (VPT), aproximadamente o dobro em relação a anos anteriores. Estas VPT's foram realizadas aos seguintes horários:

- Manhã: 15
- Tarde: 13
- Noite: 26
- Madrugada: 16
- GEI: 24
- Fachadas: 4
- LEP: 3
- Ecocentros: 1
- Sede: 10

3.9.5.2. FARDAMENTO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S)

Entende-se por fardamento e Equipamento de Proteção Individual (EPI), todo o artigo de vestuário ou acessórios fornecidos pela **Porto Ambiente** para resguardar e proteger os colaboradores dos riscos inerentes à suas funções e que ponham em causa a sua segurança e saúde. O fardamento e EPI's é de uso obrigatório por parte de todos os colaboradores da **Porto Ambiente**.

No presente ano foram entregues as seguintes quantidades de fardamento:

- Fardamento Alta-Visibilidade: 2 679 unidades;
- Fardamento interior: 339 unidades;
- EPI's (Luvas, capacetes, fatos, calçado, etc.): 64 034 unidades;
- Máscaras: 79 500 unidades.

3.9.5.3. RELATÓRIOS E ANÁLISES DE CAUSAS

Tal como em anos anteriores, a Área de SST continuou a elaborar relatórios de análise de causas, logo após a ocorrência de sinistros, tendo realizado diversas investigações com o objetivo de identificar os fatores que levaram ao acidente e à lesão em concreto. Após análise, foram implementadas medidas preventivas para evitar acontecimentos idênticos no futuro. A conclusão da investigação e os relatórios elaborados, são comunicados ao sinistrado, superiores hierárquicos e a todos os envolvidos no processo.

3.9.5.4. CONCEÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

No decorrer de 2022, a Área de SST colaborou com diversas áreas da **Porto Ambiente** no sentido de apoiar na conceção dos locais, métodos



e organização de postos de trabalho, bem como na escolha dos equipamentos necessários para a execução, garantindo o cumprimento de regras de segurança dos mesmos.

3.9.5.5. PROMOÇÃO DA SAÚDE

No presente ano foram realizadas ações de sensibilização no âmbito da prevenção da hipertensão, gripe e da exposição ao frio em locais de trabalho.

A sensibilização da hipertensão teve como principal objetivo alertar os nossos colaboradores para esta a problemática, bem como para promover formas de a combater, designadamente através de hábitos de vida saudável. Foi ainda realizado um rastreio aos colaboradores voluntariados.

No que diz respeito à sensibilização da exposição ao frio, esta teve como foco identificar as principais doenças que advêm da exposição ao frio e que medidas a adotar por forma a minimizar o risco. Foram ainda abordados os tópicos da condução defensiva em tempos de chuva e as consequências da aquaplanagem.

3.9.5.6. COVID-19

A Área de SST ao longo do ano, realizou 366 testes antigénio aos colaboradores, em diversas alturas do ano, com o objetivo de despistar casos positivos à Covid-19.

Em conjunto com os RH e Direção de Operações, a Área de SST realizou a identificação, gestão e monitorização de casos confirmados e suspeitos da doença COVID-19.

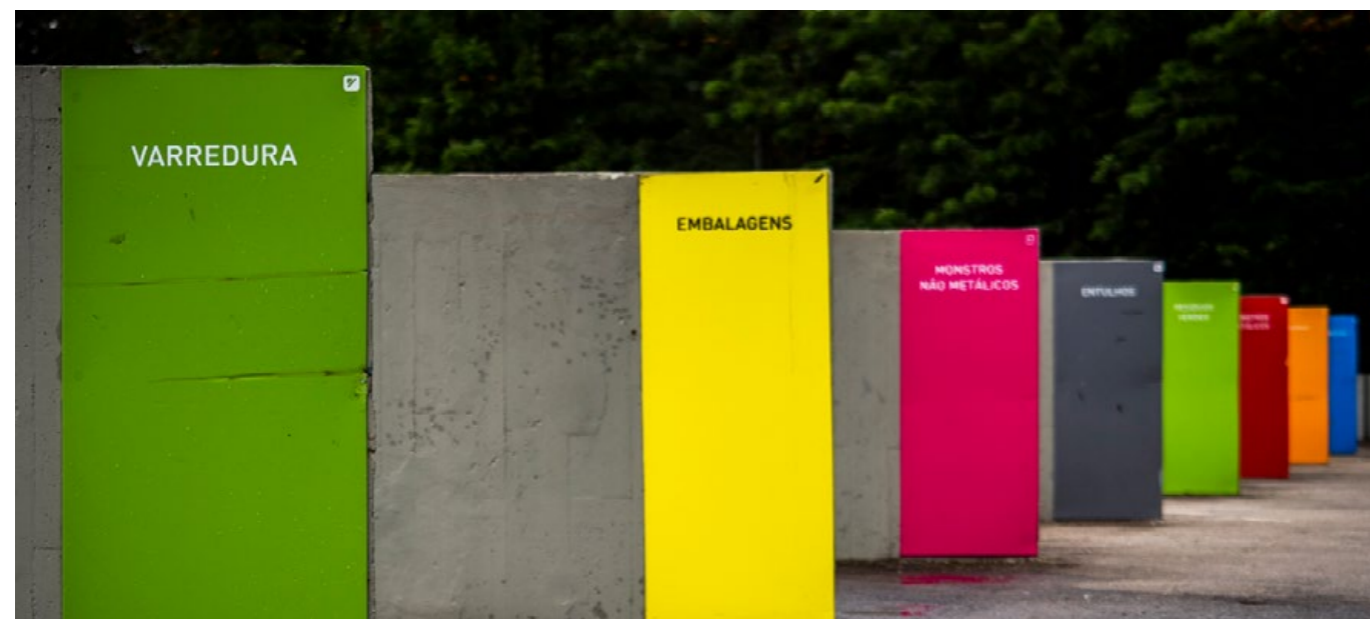
A **Porto Ambiente** teve sempre uma abordagem preventiva, garantido sempre a segurança dos colaboradores e das pessoas à sua volta, através de medidas como:

- ▶ Disponibilização de EPI's descartáveis;
- ▶ Divulgação de cartazes e dísticos de boas práticas no âmbito da Covid-19;
- ▶ Desfasamento de horários;

Como já referido no passado, estas medidas e o comportamento exemplar de todos os colaboradores permitiu que a recolha de resíduos na cidade nunca tivesse sido interrompida.

3.10. GESTÃO DA QUALIDADE

A **Porto Ambiente** pretende continuar a evoluir no seu modelo de organização e de trabalho com o propósito de se tornar uma referência nacional e internacional no seu setor de atividade e conseguir destacar-se pelo serviço de excelência prestado aos cidadãos e pelo contributo para a inovação, promoção e proteção do ambiente,



evidenciando-se em seguida a Política da Qualidade, aprovada pelo Conselho de Administração:

A **Porto Ambiente** pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para a promoção e proteção do ambiente.

Assim, consciente do impacto ambiental, social e económico da sua atividade, e tendo em vista a melhoria da qualidade de vida de todos os que vivem, trabalham, estudam e visitam a Cidade do Porto, a **Porto Ambiente** compromete-se a implementar e manter um Sistema de Gestão da Qualidade, em conformidade com os requisitos da norma ISO 9001, definindo e promovendo elevados padrões de qualidade nos serviços prestados, os quais, sustentados em processos e procedimentos claramente definidos e focados em resultados, têm em vista a melhoria contínua da organização e a satisfação dos seus clientes e partes interessadas.

Para tal, assumimos como principais compromissos:

- Gerir o sistema municipal de resíduos urbanos e a limpeza do espaço público, de acordo com os requisitos aplicáveis ao serviço, inovação, sustentabilidade ambiental e económica e promoção da economia circular.
- Promover uma cultura de qualidade e rigor do serviço prestado, baseado na avaliação e prevenção do risco, focado no desenvolvimento de soluções inovadoras e eficientes, com relevante impacto ambiental e social.
- Focar a nossa atenção nos requisitos do cliente e permanente esforço para exceder as suas expectativas através da melhoria contínua.
- Apostar no bem-estar, segurança e desenvolvimento dos colaboradores, com o objetivo de constituir uma equipa empenhada, qualificada e flexível, capaz de se adaptar às mudanças.
- Garantir o respeito pela liberdade e dignidade pessoal dos colaboradores, garantindo a existência de igualdade de oportunidades, compatibilidade

com a vida familiar, e rejeitando qualquer forma de discriminação ou assédio no local de trabalho.

- Aumentar, continuamente, a confiança e satisfação das partes interessadas através de uma comunicação clara, transparente e de proximidade.
- Atuar como líderes na promoção e proteção do ambiente, assegurando o envolvimento de todas as partes interessadas no cumprimento deste desígnio.

Os princípios e orientações definidos na política da qualidade, constituem um compromisso assumido pela Administração da **Porto Ambiente**, sendo extensivos a todos os colaboradores da empresa e a todos aqueles que, de alguma forma, e em algum momento, atuem em seu nome na prossecução da sua Missão.

Para concretizar esta visão, optou por implementar o sistema de gestão da qualidade segundo o referencial ISO 9001:2015 onde, em fevereiro de 2020, a Empresa obteve a certificação nesse mesmo referencial como resultado de um longo e profícuo trabalho desenvolvido por todas as áreas.

2022 foi de consolidação do sistema de gestão da qualidade, tendo o mesmo acompanhado a evolução da empresa, estando previsto, no início de 2023 a concretização do primeiro processo de renovação deste sistema de gestão, concluindo assim um ciclo de 3 anos desde a sua implementação.

Foi também em 2022 que **Porto Ambiente** foi certificada segundo o referencial ISO 14001 – sistema de gestão ambiental, no mesmo âmbito que o sistema de gestão da qualidade, ou seja: “Prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos e limpeza do espaço público”.

A auditoria externa de concessão ocorreu em julho de 2022 e a concretização deste objetivo envolveu toda a equipa, com dedicação, excelência e profissionalismo.

Iniciou-se ainda a implementação do sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho, segundo o referencial ISO 45001 (tema abordado

em detalhe na seção seguinte), tendo já sido realizada, em novembro passado, uma auditoria interna que nos permitiu perceber que, nesta área, a empresa já se encontra numa fase bastante evoluída do seu sistema de gestão da saúde e segurança, sendo já um elemento fundamental na sua estratégia de gestão do risco. A auditoria de 1º fase irá ocorrer conjuntamente com a renovação do ciclo do sistema de gestão da qualidade, em janeiro de 2023.

Neste contexto foi revista toda a documentação tendo como objetivo a constituição de um único modelo de gestão que integre os três sistemas (qualidade, ambiente e segurança).

Importa também destacar a realização, durante o segundo trimestre do ano e como exigência da norma ISO9001, de mais um processo de avaliação da satisfação dos seus clientes/municípios, face aos serviços prestados pela **Porto Ambiente**.

Tal como em anos anteriores esta avaliação foi concretizada através da realização de um questionário, tendo sido contratada, para o efeito, uma empresa especializada em estudos de mercado.

O estudo teve por objetivo avaliar a satisfação dos clientes da **Porto Ambiente**, empresas e particulares, relativamente à qualidade dos serviços prestados – recolha de resíduos e limpeza do espaço público – com o propósito de oferecer, cada vez mais, um serviço de excelência.

Metodologia:

► Para estudar a satisfação dos cidadãos e empresas nas áreas de intervenção foi desenvolvida uma pesquisa de caráter quantitativo, tendo sido utilizada uma escala de 1 a 10, em que 1 significa “muito insatisfeito” e 10 significa “muito satisfeito”

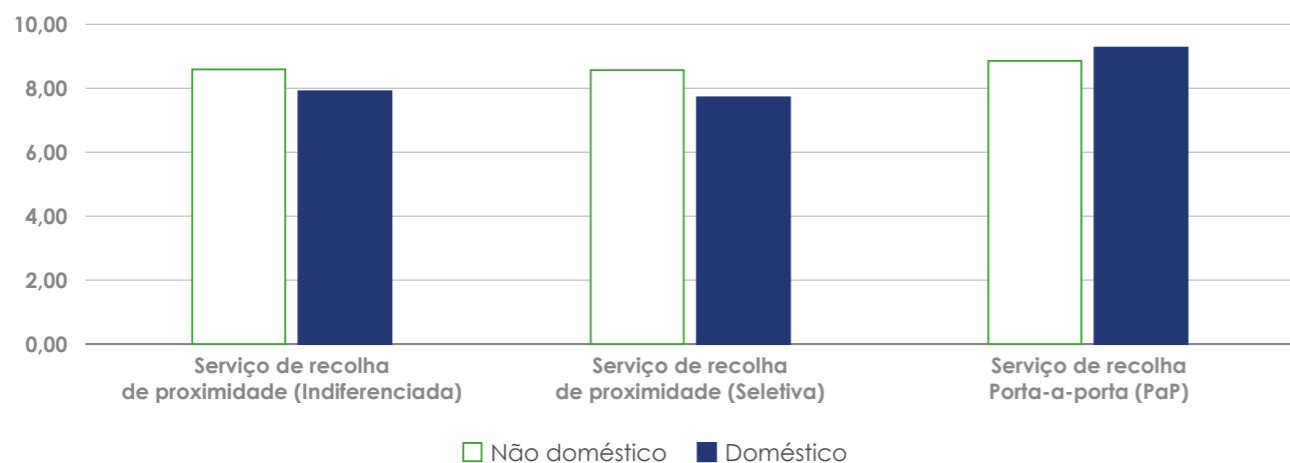
► As entrevistas realizadas via telefone foram apoiadas em questionário estruturado de perguntas abertas e fechadas, inserido num programa informático (C.A.T.I.) gestor das entrevistas. Foram, também, recolhidas participações online junto dos Clientes domésticos, a partir de uma plataforma de inquéritos online. O trabalho de campo decorreu entre os dias 18 de março e 1 de abril de 2022;

► A amostra recolhida teve em consideração a abrangência a todas as freguesias do concelho do Porto, sendo a amostra (total de 925 entrevistas completas e validades) representativa por género, idade e freguesia, sendo que quaisquer desvios da proporcionalidade foram, posteriormente, corrigidos por fator de ponderação;

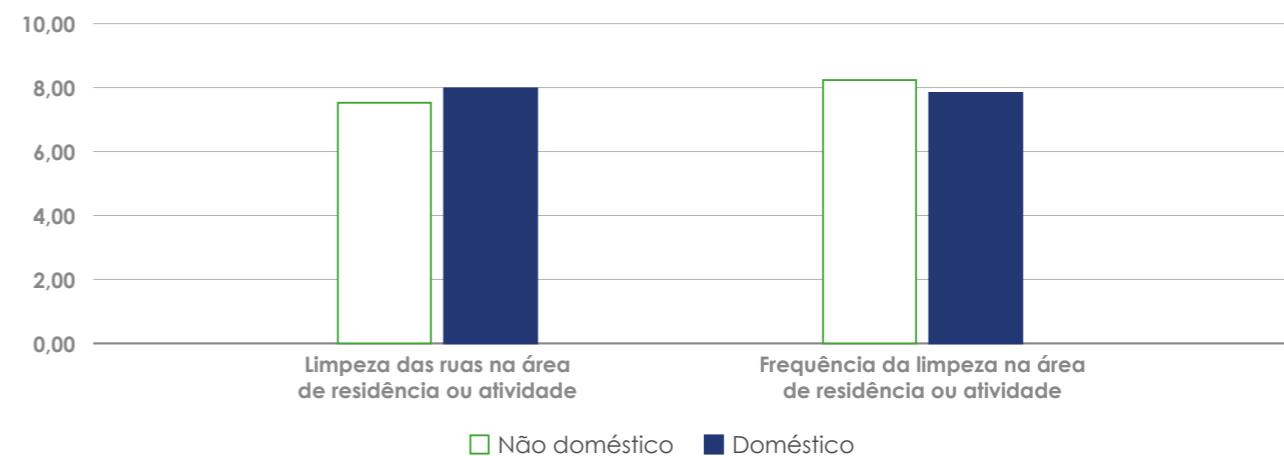
► Margem de erro: 3,2% Para um nível de confiança de 95%, no pressuposto de máxima indeterminação.

O questionário realizado, abrangeu várias temáticas, desde o nível de ruído, constrangimentos ao trânsito, limpeza e capacidade dos contentores, comportamento dos funcionários, etc. Dado o âmbito do presente documento, iremos dispensar o detalhe, e dar enfoque às apreciações globais dos principais serviços prestados pela **Porto Ambiente**:

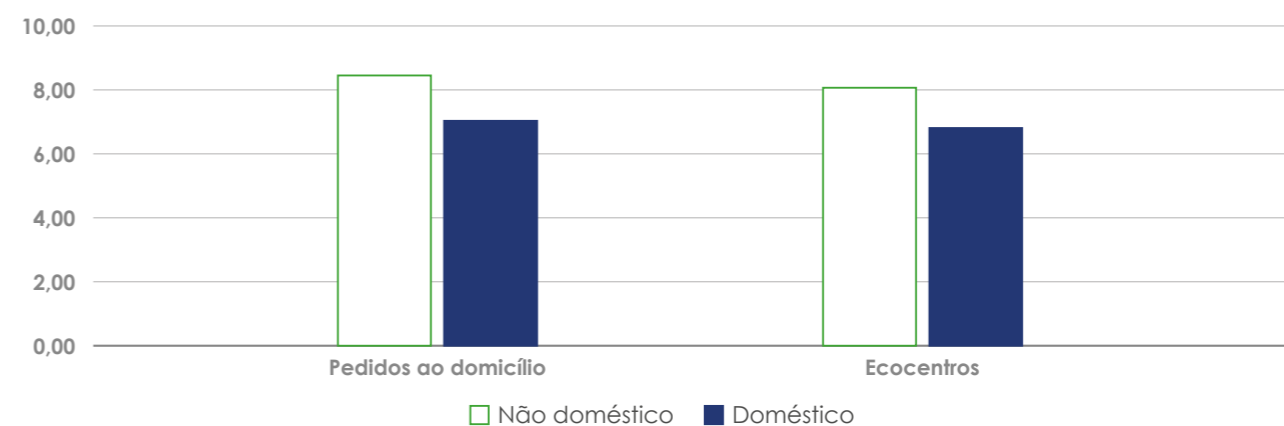
Avaliação do Serviço de Recolha de Resíduos 2022



Avaliação do Serviço de Limpeza Urbana 2022



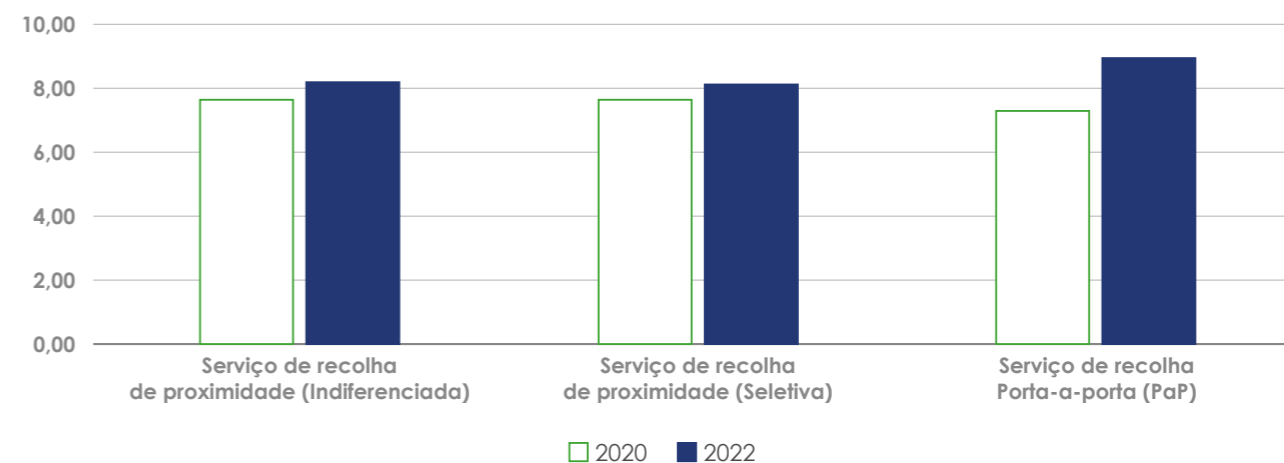
Avaliação de Outros Serviços 2022



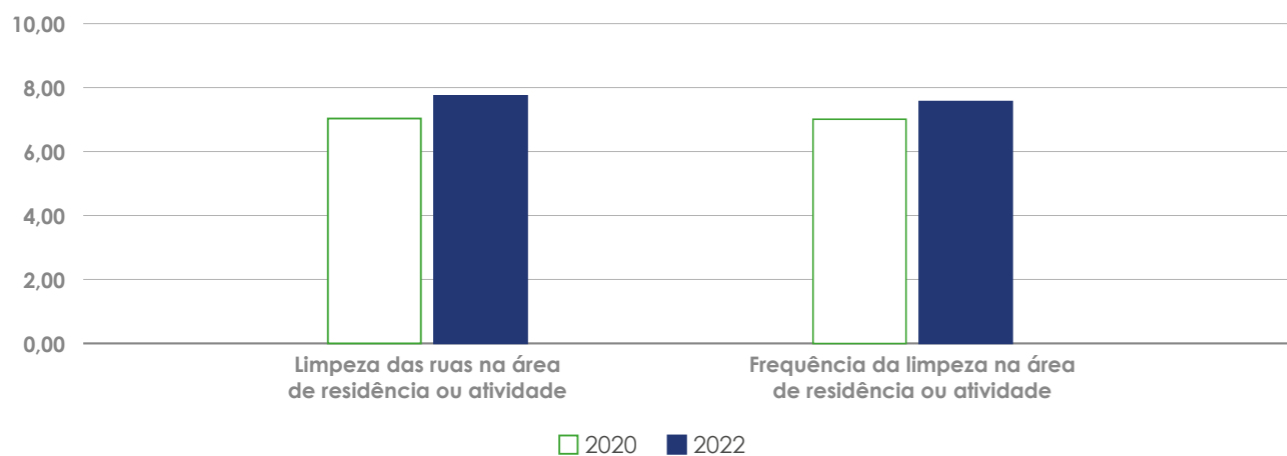
Ainda com um longo caminho a percorrer na melhoria da qualidade do serviço prestado, os resultados são globalmente positivos tendo em conta a satisfação quer dos moradores quer das empresas com o trabalho desenvolvido pela empresa até ao momento.

Este grau de satisfação tem aumentado ao longo dos anos, como pode ser constatado pela comparação realizada entre os resultados do questionário de 2020 e o atual:

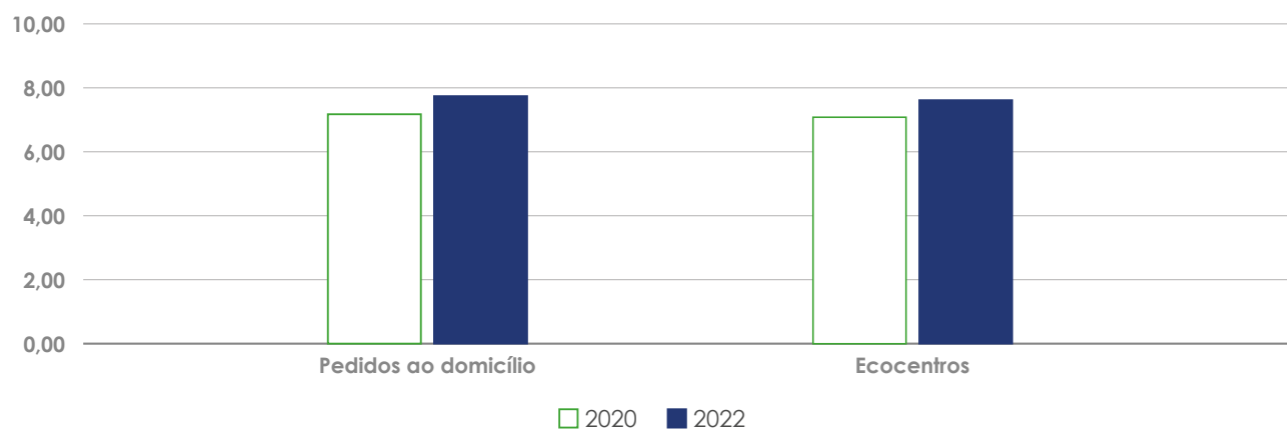
Serviço de Recolha de Resíduos 2022 vs. 2020



Serviço de Limpeza Urbana 2022 vs. 2020



Outros Serviços 2022 vs. 2020



3.10.1.1. CERTIFICAÇÃO ISO 45001

No contexto do mencionado anteriormente, em 2022 e, tendo em consideração a experiência e conhecimento adquirido nesta área, bem como todos os procedimentos já desenvolvidos e implementados, a **Porto Ambiente** deu início ao processo de certificação pela norma ISO 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho – tendo, neste âmbito, sido desenvolvidas inúmeras iniciativas das quais se destacam:

- ▶ Reuniões regulares por forma a promover a otimização e melhorias de processos;
- ▶ Revisão documental;
- ▶ Levantamento do cumprimento dos requisitos legais;
- ▶ Inspeções e Verificações às viaturas de recolha;

▶ Inspeções e Verificações aos equipamentos ligeiros;

▶ Inspeções e Verificações a equipamentos enterrados de deposição.

Na sequência deste processo foi ainda realizada uma auditoria interna, onde foram identificados os pontos fracos e fortes do sistema, por forma a serem tomadas as medidas necessárias à sua plena resolução.

Como pontos fortes do sistema foram identificados os seguintes:

- ▶ Envolvimento e participação das diferentes direções da empresa no sistema de gestão da qualidade, ambiente e SST;
- ▶ Conhecimento e profissionalismos manifestado pelos auditados;

▶ Ações de sensibilização de saúde e bem-estar promovidas pela empresa (hipertensão, hábitos de vida saudáveis, etc.);

▶ Relatório Anual de Atividades SST contendo extensa e detalhada informação;

▶ Visitas às atividades operacionais realizadas pela equipa da SST e Encarregados;

▶ Prémio de desempenho da SST numa base mensal;

▶ Metodologias de avaliação e prevenção de riscos químicos;

▶ Formação e sensibilização ministrada a todos os colaboradores sobre risco químico.

móveis, pilhas, papel, plástico, etc. O Município do Porto, possuiu dois Ecocentros, o da Prelada e o das Antas, que realizam o armazenamento temporário dos resíduos urbanos, com tratamento mecânico (compactação) dos resíduos e posterior encaminhamento para operadores licenciados de gestão de resíduos.

O Ecocentro da Prelada, quer pelas características, quer pela sua localização numa zona mais central da cidade, encontra-se mais orientado para o serviço/atendimento dos cidadãos do Porto, ficando o Ecocentro das Antas, primordialmente direcionado para apoio à **Porto Ambiente** ou empresas.

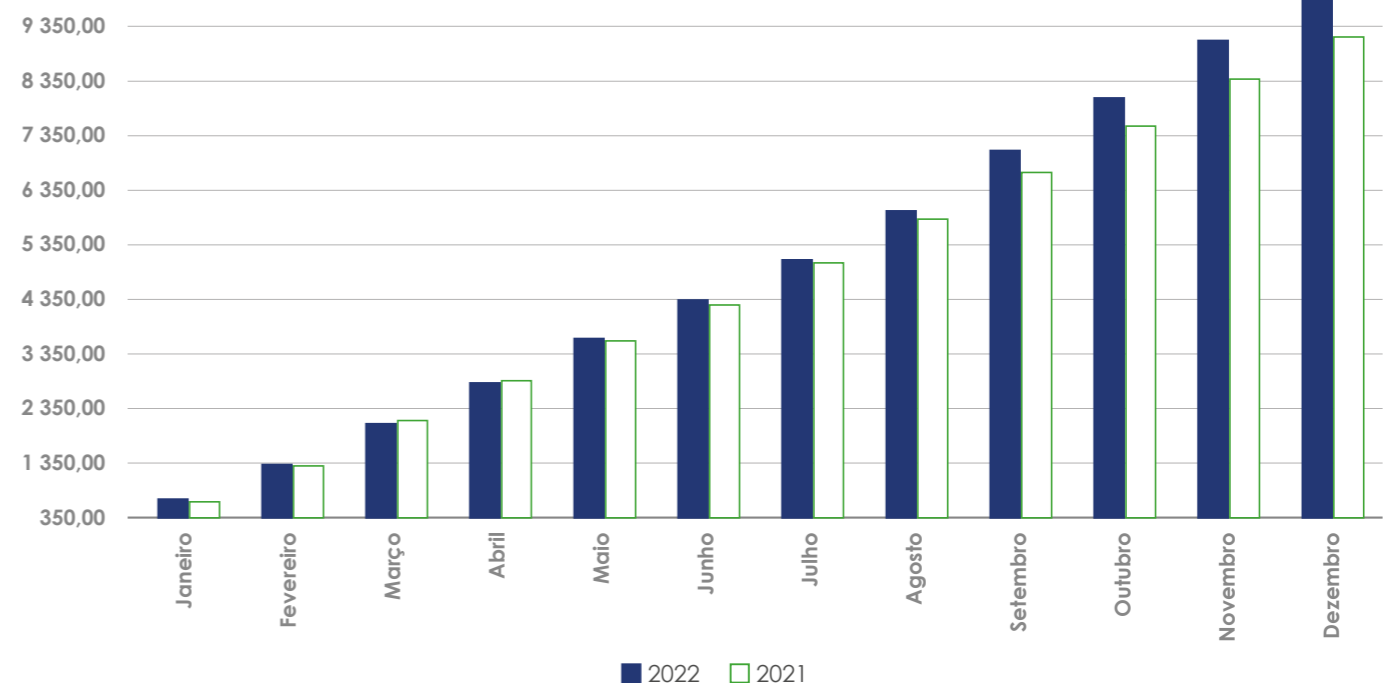
Em 2022 os ECOcentros da cidade receberam um total acumulado de 9 939 toneladas de resíduos. Tendo em comparação o ano de 2021, verificou-se um crescimento de 8%.

3.11. ECOCENTROS

Um Ecocentro é um parque de grandes dimensões que recebe resíduos urbanos, valorizáveis, tais como, madeiras, embalagens, resíduos provenientes de construções e demolições, eletrodomésticos, móveis, óleos minerais e vegetais, baterias de auto-

Todos estes resíduos foram transportados dos ecocentros em caixas (contentores) próprias para o efeito para Operadores de Gestão de Resíduos, sendo caracterização da tipologia de resíduos a que se apresenta na seção seguinte:

Ecocentros Porto 2022 vs 2021 (acumulado mensal)

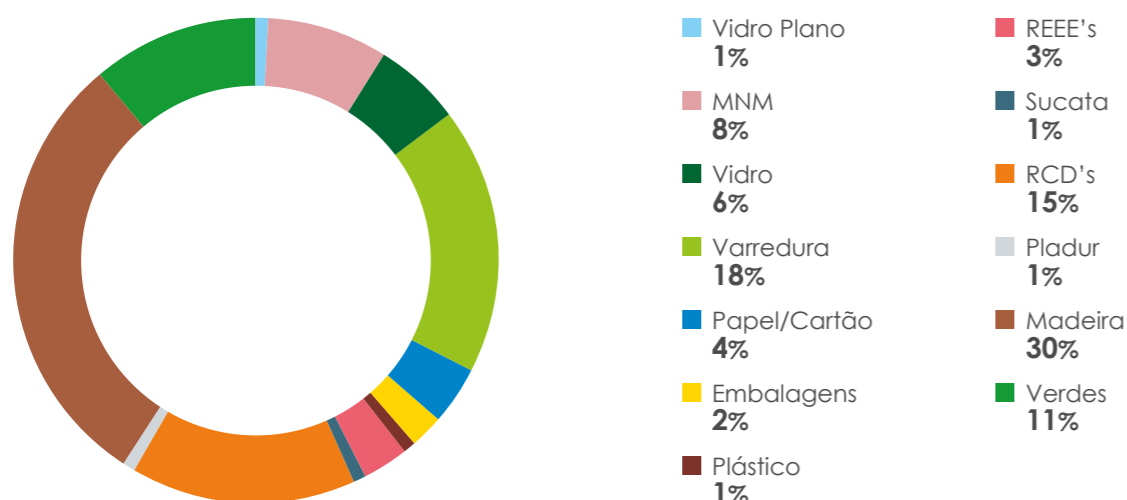


3.11.1. FLUXOS RECECIONADOS

No que respeita ao fluxo de resíduos depositados, estes apresentam-se distribuídos da seguinte forma:

crescimento de mais de 10% relativamente a 2021. Foram os particulares aqueles que mais utilizaram estas estruturas.

Tipologia de Resíduos Depositados 2022



Tal como em anos anteriores (2019 a 2021), verificamos que a Madeira foi o resíduo mais rececionado nos ecocentros em 2022, seguido dos resíduos de varredura e dos resíduos verdes.

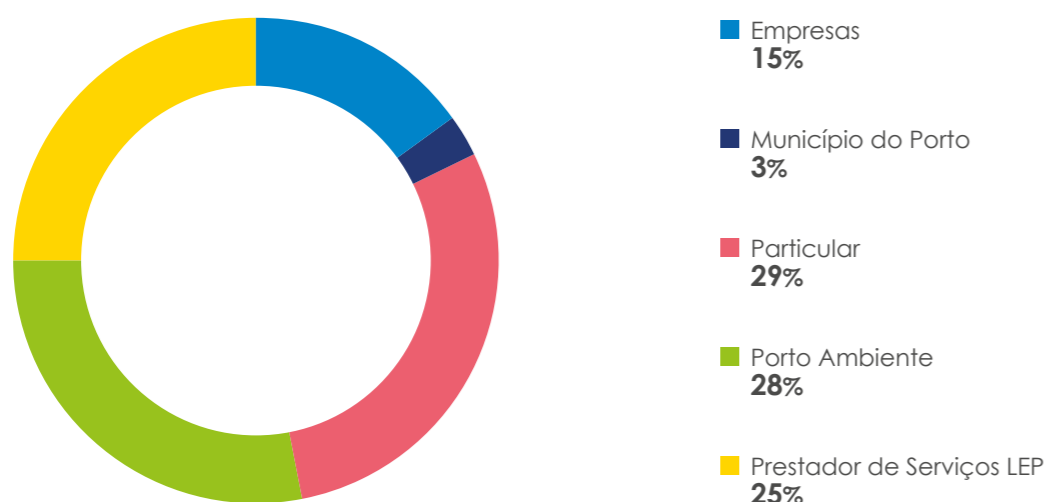
3.11.2. UTILIZADORES

Durante este ano, os ecocentros do Porto receberam cerca de 35 628 utilizadores, o que significa um

3.11.3. AÇÕES IMPLEMENTADAS E MELHORIAS ALCANÇADAS EM 2022

No decorrer deste ano, implementou-se um novo horário no ecocentro da Prelada, passando agora a funcionar sete dias por semana, abrindo as portas também aos domingos, no horário das 8h30 às 15h00.

Tipologia de Utilizadores 2022



Esta iniciativa pretende facilitar o acesso ao eco-centro a todos os munícipes, tornando possível a utilização a todos aqueles que se vejam impossibilitados de o fazer nos restantes dias da semana.

Dada a quantidade e volume do resíduo Monstros Não Metálicos (MNM) que era recebido no eco-centro das Antas que originava muitos problemas na gestão de caixas e no transporte à LIPOR II, no ano de 2022, com o objetivo de melhorar a nossa eficácia, foi adquirido um novo equipamento com especial capacidade de compactação. Esta aquisição permitiu reduzir em 3 vezes, o número de transporte de MNM, contribuindo também assim para uma maior economia de recursos e proteção do meio ambiente.

Para 2023, e de forma a contribuir para o *roadmap* para a circularidade da Câmara Municipal do Porto, está previsto a construção um espaço que permita implementar o conceito de economia circular em alguns resíduos rececionados nos eco-centro e recolhidos no serviço de Recolha ao Domicílio.

3.11.4. OUTRAS AÇÕES A IMPLEMENTAR E PERSPETIVAS DE MELHORIA

Para 2023, a **Porto Ambiente** tem prevista a continuidade da evolução das estruturas afetas aos ecocentros, sendo de destacar o ambicioso objetivo da criação de um *Urban Resource Center*.

Os *Urban Resource Center* são centros físicos, multifuncionais, que ajudam a facilitar o consumo sustentável, a prevenção de resíduos, a reutilização, a reparação e a reciclagem nas zonas urbanas. Os Centros de Recursos Urbanos (incluindo centros de reutilização e estações de reciclagem) reúnem uma vasta comunidade de partes interessadas para encontrar alternativas para gerir os principais fluxos de resíduos gerados a nível municipal.

Apesar de, na Europa, existirem estruturas desta natureza com outro tipo de dimensões, considera-se que, **sendo este tema pouco conhecido pelos munícipes e empresas da cidade**, o arranque deste projeto seja efetuado com base num modelo mais reduzido e mais sustentado.

Primeira fase, para divulgar o conceito, avaliar o interesse dos munícipes/empresas, calcular o tempo necessário ao escoamento de produtos, identificar a tipologia de produtos mais valorizados, identificar a taxa de ocupação do espaço de oficina/formação, estabelecer parecerias com instituições, etc.

Segunda fase, e tendo por base estes resultados, avaliar o potencial para realizar um *scale-up* por forma a melhor responder à eventual procura verificada.

O ano de 2023, espera via a ser o ano de desenvolvimento do Projeto do Edifício e sua execução, sendo igualmente o período que se dará início, em articulação com o Município do Porto, ao estabelecimento parcerias com várias entidades ligadas ao Ambiente, Ensino e Ação Social.

► Levantamento Cadastral das infraestruturas existentes nos ecocentros (AP, ARD e AA, bem como outras especialidades);

► Aquisição de um equipamento de compactação que vai permitir aumentar a capacidade de receção do resíduo monstros não metálicos – Compactador Shark;

► Evolução do conhecimento dos nossos colaboradores através de formação em:

- Follow-Up da formação em gestão operacional dos ecocentros e softwares informáticos utilizados;
- Follow-Up em atendimento ao público;
- Teambuilding;
- Formação sobre economia circular e sustentabilidade – promoção da literacia ambiental;
- UpCycling – promoção da literacia ambiental;
- Processos de valorização do resíduo – promoção da literacia ambiental.



3.12. ECOLinha e Pedidos ao Domicílio

A ECOLinha é um serviço gratuito de atendimento (telefónico ou via e-mail) que permite aos cidadãos apresentarem pedidos, sugestões ou reclamações, relacionados com:

- ▶ Recolha ao domicílio de objetos fora de uso;
- ▶ Recolha de resíduos colocados nos equipamentos de deposição;
- ▶ Recolha de resíduos indevidamente abandonados na via pública;
- ▶ Colocação/deslocação de equipamentos de deposição;
- ▶ Limpeza, lavagem e deservagem da via pública;
- ▶ Limpeza de grafitis.

De acordo com o estabelecido com a Autarquia, e no âmbito do projeto do Número Único, o *front-office* (atendimento telefónico) da Ecolinha foi transferido, em junho último, para a Câmara Municipal do Porto, tendo o *back-office* deste serviço continuado sob tutela desta empresa.

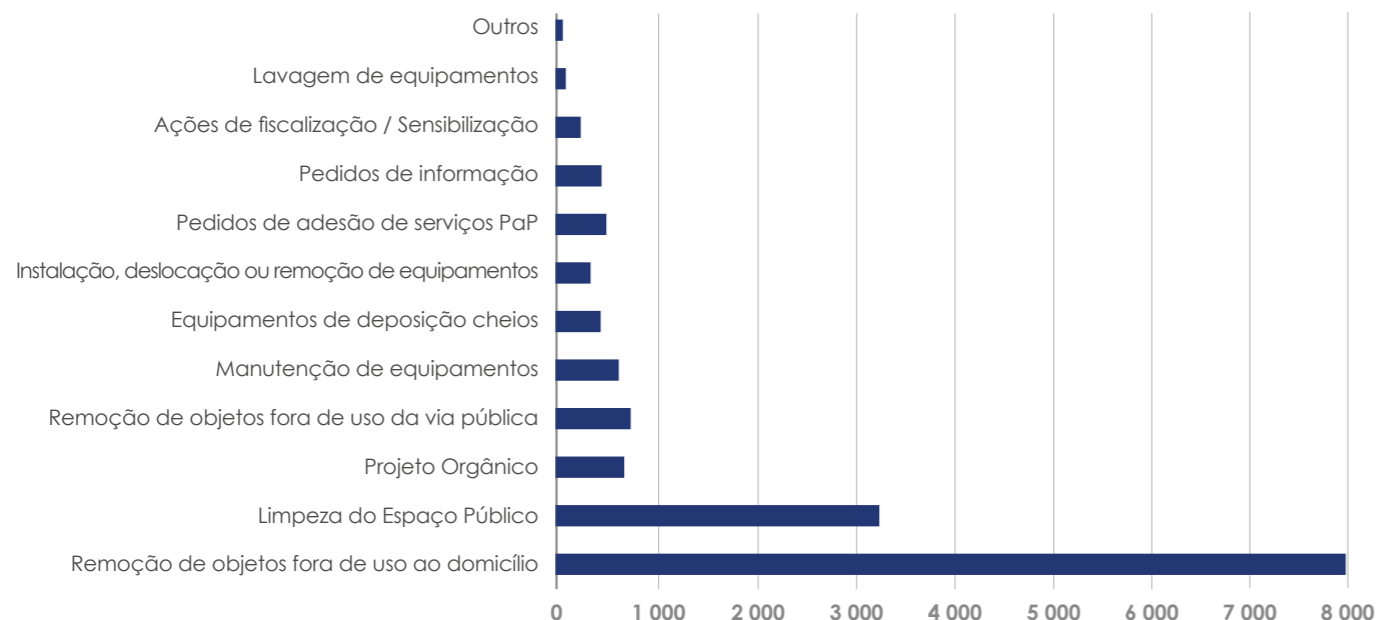
Este ano, o principal destaque vai para a redução de mais de 15%, face a 2021 do número total de pedidos recebidos. Apesar de não ser possível concluir, com certeza, dos motivos associados a esta diminuição, no entanto – e tendo também em consideração os resultados do inquérito de satisfação realizado à população – consideramos que poderá estar associado à satisfação com o serviço prestado pela **Porto Ambiente**.

Esta conclusão é também aferível pelo número de elogios recebidos e pelo facto do serviço de remoção de objetos fora de uso ao domicílio ter sido a única tipologia de pedidos a crescer face a 2021 (+24%), o que, possivelmente, revela que a população confia cada vez mais nos serviços prestados pela empresa.

Relativamente às principais tipologias de pedidos solicitados à Ecolinha durante o ano de 2022 (acumulado – telefónico e e-mail):

Deste quadro destaca-se o número de pedidos relacionados com a remoção de objetos fora de uso ao domicílio, que atingiu o número mais alto desde a constituição da empresa e que, este ano, representaram mais de metade (52%) do total dos pedidos recebidos.

Pedidos à ECOLinha por tipologia

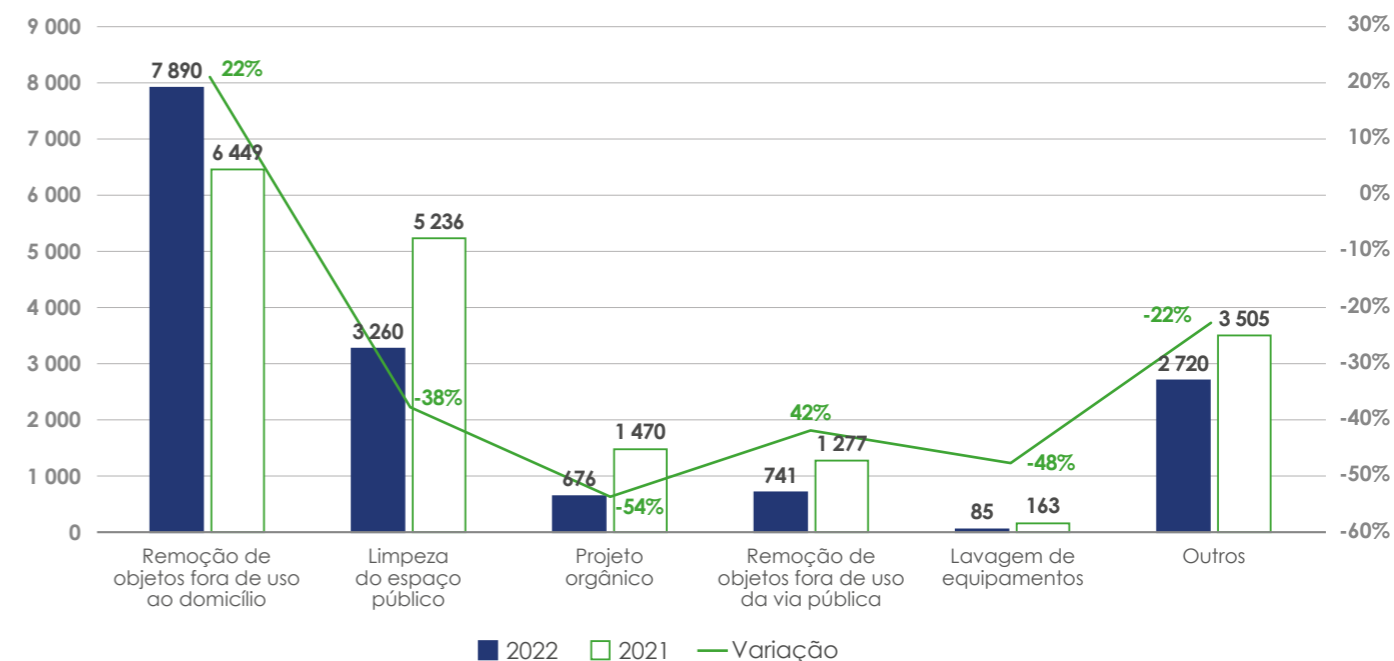


A **Porto Ambiente**, em média, respondeu (execução) a estes pedidos num prazo de 12 dias.

Quando comparamos a tipologia de pedidos recebidos tendo em consideração o ano anterior verificamos que:

Finalmente e tendo em consideração o universo de municípios que contactaram a Ecolinha em 2022, a avaliação global dos serviços prestados pode também ser aferida pelos seguintes resultados:

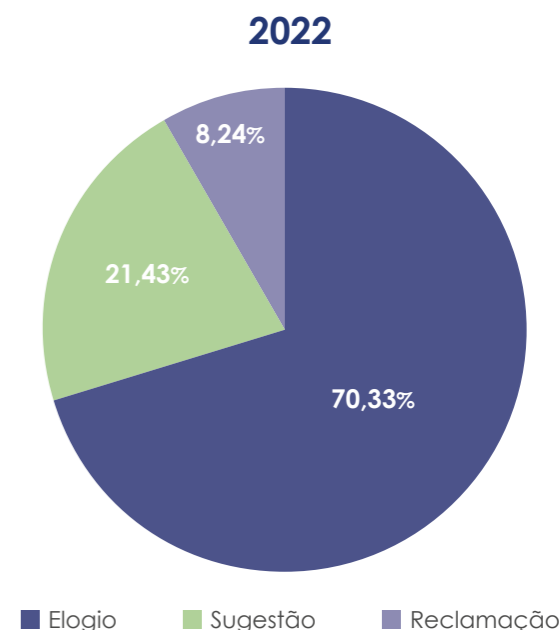
Tipologia pedidos Comparação 2022 vs. 2021



Deste processo comparativo, destaca-se, este ano, a diminuição em 42% dos processos relacionados com a remoção de objetos fora de uso na via pública, bem como a diminuição de 36% dos pedidos relacionados com a limpeza da via pública (varredura, lavagem, deservagem, etc.).

Ainda sobre os pedidos de recolha de objetos fora de uso ao domicílio, atingiu-se o número mais alto de pedidos recebidos/realizados (7980 recolhas), desde a constituição da empresa, tendo, todos estes, sido executados num prazo médio de 5,7 dias.

Importa ainda destacar a introdução, neste último processo, do envio de mensagens (SMS), a recordar o munícipe da data e hora da recolha de objetos fora de uso ao domicílio, aumentando assim a eficiência e a qualidade do serviço prestado.



3.13. Contratação Pública

O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.ºs 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2000 de 19 de março, pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio (alterada pela retificação n.º 25/2021, de 21/07) e pelo Decreto Lei n.º 78/2022, de 07/11.

A **Porto Ambiente**, não obstante, de não revestir enquadramento enquanto entidade pública reclassificada (EPR), está por regra sujeita, tanto nas relações com a Câmara Municipal do Porto, como com terceiros, às regras gerais da concorrência nacionais e europeias, encontra-se vinculada ao cumprimento das disposições aplicáveis em matéria de contratação pública (cfr. artigos 33.º e 34.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual).

A sujeição da **Porto Ambiente** às regras de contratação pública decorre especificamente da sua natureza de empresa local, sendo esta configurada pelo legislador como entidade adjudicante e como contraente público para efeitos da aplicação do regime no CCP (cfr. artigos 2.º, n.º 2, alínea a), e 3.º, n.º 1, alínea b), do CCP).

Do mesmo modo, a **Porto Ambiente** está sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas e ao seu controlo financeiro, não só no âmbito da constituição de empresas locais como também e sobretudo na celebração de contratos que sejam "geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras diretas ou indiretas" (cfr. artigo 23.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; artigos 44.º a 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto; artigos 81.º, n.º 9, 454.º-B e 454.º-C do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual).

O Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua versão atual, foi, alvo de uma atualização recente, cuja entrada em vigor datou de 2 de dezembro de 2022, pela publicação do Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro.

As principais alterações efetuadas à luz deste Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, foram as seguintes:

- a eliminação (parcial) das regras de discriminação territorial, suscetíveis de violarem o Direito Europeu;
- a tentativa de correção dos erros do regime de suprimento de irregularidades formais (o Júri tem o poder-dever de convidar os candidatos e concorrentes ao suprimento de irregularidades formais, dentro dos limites da manutenção do respetivo conteúdo);
- alteração da norma do artigo 370.º do CCP, acrescentando o requisito de "elevada inconveniência" na instauração de novo procedimento, para a aplicação do regime dos trabalhos complementares, em cúmulo com os critérios já existentes;
- a aplicação de medidas de proteção do mercado laboral;
- a reformulação das regras de adoção de ajustes diretos na sequência de concursos desertos, pela nova redação do artigo 24.º do CCP;
- adaptação à alteração do prazo de garantia na legislação relativa à venda de bens de consumo.

3.13.1. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Plano Anual de Contratação Pública implementado visa assegurar a continuidade da necessidade de aquisição, de bens e / ou serviços, no prazo adequado, observando todos os requisitos legais em vigor, nomeadamente em termos de Contratação Pública. Estes contratos, de carácter continuado no tempo, constituem o Plano Anual de Contratação.

Para o efeito, a monitorização é realizada em termos de prazo/ término do contrato e em termos de grau de execução da despesa associada a esses contratos.

Com uma periodicidade mensal é realizada a monitorização do plano destacando-se os contratos com um grau de execução superior ao parametrizado, bem como a respetiva data de término.

No âmbito da monitorização e acompanhamento da execução do cumprimento do Plano Anual de Contratação Pública, foi definido como indicador o grau de execução a meta de 100%.

3.13.4. DADOS ESTATÍSTICOS DE CONTRATAÇÃO NO ANO DE 2022

Efetuada a análise ao peso contributivo de cada

valores expressos em unidades

INDICADOR (KPI)	RESUMO ANUAL				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Contratos a priorizar	24	11	11	34	80
Procedimentos realizados/em curso	24	11	11	34	80
Taxa de execução	100%	100%	100%	100%	100%

3.13.2. ANO DE 2022

Em 2022 a **Porto Ambiente** despoletou um total de 757 procedimentos pré-contratuais, instruídos nos termos, e em conformidade com o disposto no CCP, totalizando um valor global adjudicado superior a 15 milhões de euros.

3.13.3. TIPOLOGIA DE PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS

Os procedimentos instruídos, por tipologia, foram os seguintes:

- ▶ Ajuste direto, segundo o regime simplificado;
- ▶ Ajuste direto, segundo o regime geral;
- ▶ Ajuste direto, segundo um critério material;
- ▶ Consulta Prévia;
- ▶ Concurso Público;
- ▶ Concurso Público Internacional (CPI);
- ▶ Consulta ao abrigo de Acordo Quadro;
- ▶ Excluída a parte II do CCP;
- ▶ Excluído do âmbito de aplicação do CCP;
- ▶ Ajuste Direto ao abrigo DL10-A/2020 e respetivas atualizações.

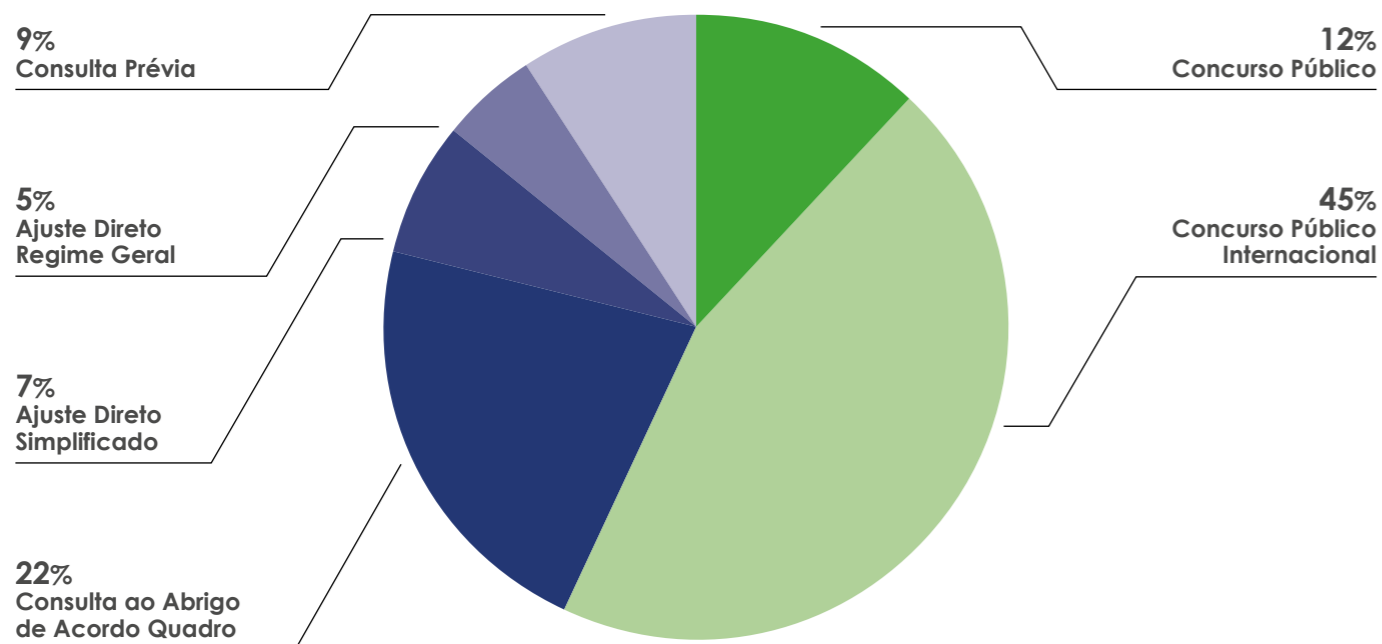
tipologia de procedimento adjudicado, em valor, para o ano de 2022 e após desconsiderado o impacto decorrente dos procedimentos ao abrigo de contratação excluída (parte II do CCP ou do âmbito de aplicação do CCP), é possível verificar que cerca de 49% do valor adjudicado resultou da realização de Concursos públicos, por via direta ou de consultas ao acordo quadro. Esta caracterização, apresenta uma redução relevante das referidas tipologias de procedimento concursal, quando comparativamente com o período transato (78% em 2021), **justificando-se exclusivamente pelo processo de contratação do prestador de serviços de Limpeza do espaço público, no ano de 2022.**

Por duas oportunidades a **Porto Ambiente** procurou ir de encontro às necessidades do mercado, reunindo com todos os potenciais concorrentes, ajustando o preço base à realidade mais atual dos preços de mercado e reduzindo a exposição ao risco pelos concorrentes, para efeitos de publicação de concurso público internacional, não tendo, ainda assim, sido possível a adjudicação do mesmo. Nesse contexto, e sendo a Limpeza do espaço público um serviço essencial, foi necessário promover à adjudicação do mesmo por via de um Ajuste direto, segundo um critério material, tendo sido concedido o respetivo prévio por parte do Tribunal de contas.

Efetuada o exercício de reafectação daquele procedimento a um Concurso público internacional, como seria expectável, o valor apurado inicialmente teria a seguinte caracterização, da

qual resulta um total de 79% do valor adjudicado da realização de Concursos públicos, por via direta ou de consultas ao acordo quadro:

Tipologia de procedimentos “ajustado” (em valor)



3.13.5. CONTRATOS VISADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Conforme os n.ºs 1 e 2 do artigo 48º da Lei de Organização e Processos do Tribunal de Contas, referente à dispensa de Fiscalização Prévía do Tribunal de Contas:

1 - Ficam dispensados de fiscalização prévía os contratos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 46.º de valor inferior a 750 000€, com exclusão do montante do imposto sobre o valor acrescentado que for devido

2 - O limite referido no número anterior, quanto ao valor global dos atos e contratos que estejam ou aparentem estar relacionados entre si, é de 950 000€.

No ano em análise foram instruídos dois processos para efeitos de fiscalização prévía pelo Tribunal de Contas, tendo sido obtido o visto favorável pelo Tribunal de contas, para ambos os processos.

3.13.6. PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Foram submetidos em plataforma eletrónica de contratação pública um total de 47 procedimentos pré-contratuais de Ajuste Direto, Consulta Prévía, Concurso Público e Concurso Público com publicidade de anúncio no JOUE concluídos. Encontram-se 2 procedimentos em fase de adjudicação e 3 a receber propostas.

3.13.6.1. PROCEDIMENTOS A DESTACAR NO ANO DE 2022.

No período em referência, destacamos os seguintes procedimentos pré-contratuais:

Consulta Prévía n.º CPG_AQ/1/2022, Fornecimento Contínuo de Gás Natural Comprimido (ref.º Acordo-Quadro AQ/13/2021 Central de Compras da LIPOR), com a PETROGAL, SA;



Consulta Prévía n.º CPAQ/02/2022, Fornecimento de Combustíveis Rodoviários (ref.º AQ/01/2018 Central de Compras da LIPOR), com a PETROGAL, SA;

Consulta Prévía n.º CPG_AQ/3/2022, Fornecimento Contínuo de Gás Natural Comprimido (ref.º AQ/13/2021 Central de Compras da LIPOR), com a DouroGás Natural, SA.;

A **Porto Ambiente** foi designada como representante do agrupamento de entidades adjudicantes, constituído pelo Município do Porto, a CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Porto, E.M., a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., a CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M., a GO Porto – Gestão e Obras do Porto, E.M., e a Porto Vivo, SRU-Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A

Ajuste Direto, segundo o Critério Material para a “Prestação de Serviços de Limpeza do Espaço Público no Município do Porto” – ADCM/4/2022;

Procedimento pré-contratual de **Concurso Público, com publicação de anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia**, para a “Prestação de Serviços de Limpeza do Espaço Público no Município do Porto” – CPI/1/2022 e CPI/2/2022;

Concurso Público, com publicação de anúncio no jornal oficial da União Europeia para o “Aluguer Operacional de Veículos Elétricos ou Híbridos Plug-in” (CPI/2/2022/DMC).

Consulta Prévía n.º CPCM/1/2022/DMC, para o aluguer operacional de veículos automóveis ligeiros térmicos (a combustão);

Concurso público internacional para o fornecimento de gás natural veicular e para a prestação de serviços de exploração e manutenção do posto de abastecimento de gás natural veicular “, para a Componente A – O fornecimento de Gás natural veicular para o posto de abastecimento da Estação de Recolha da Via Norte da STCP, em conjunto com a **Porto Ambiente**.

3.13.7. OBJETIVO ESTRATÉGICO IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA E VISÃO DE PROCUREMENT SUSTENTÁVEL

Em 2021 foi implementada uma Política de *Procurement Sustentável* nos seus processos de aquisição de bens e/ou serviços, potenciando a integração de especificações e requisitos técnicos nas fases pré-contratuais, preocupações ambientais e sociais, para além das económicas com efeito para a subsequente fase de execução contratual, com o objetivo de alterar o binómio produção-consumo.

Em 2022 foi definido como objetivo estratégico o incremento de procedimentos pré-contratuais de aquisição de bens e serviços na lista de produtos e serviços prioritários da empresa. É monitorizado mensalmente tanto pelo incremento de categorias de produtos e serviços prioritários na lista da **Porto Ambiente**, como pela sua aplicação nos procedimentos de aquisição.

De forma a monitorizar a evolução da implementação e, em articulação com a Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas (ENCPE), os objetivos e indicadores para 2022 foram:

- **Objetivo 1** - 60% de procedimentos pré-contratuais públicos de aquisição de bens e serviços, **contemplados na lista de produtos e serviços prioritários da Porto Ambiente**;

- **Objetivo 2** - 60% do montante financeiro associado a procedimentos pré-contratuais públicos de aquisição de bens e serviços, **contemplados na lista de produtos e serviços prioritários da Porto Ambiente**.

Desde a implementação do projeto um dos objetivos é ir incorporando mais categorias à lista de produtos/serviços, estando, atualmente, 19 cate-

gorias previstas na lista de categoria de produtos/ serviços da **Porto Ambiente**.

Ainda no ano de 2022, foram definidos dois novos indicadores de cumprimento estratégico (ICE) do *Procurement Sustentável*:

- **ICE 1:** Preço dos contratos celebrados no âmbito do *Procurement Sustentável* x100/Preço contratual da totalidade dos contratos celebrados, o qual no ano de 2022, obteve um resultado de 36%;

- **ICE 2:** Número de contratos celebrados no âmbito do *Procurement Sustentável* x100/n.º total de contratos, o qual no ano de 2022, obteve um resultado de 13%;

Estes indicadores de cumprimento estratégico, aia que se cruzem em muitos aspetos com os "Objetivos", visam dar uma leitura mais holística do impacto no total dos procedimentos efetuados pela **Porto Ambiente**, na medida em que consideram a totalidade dos mesmos, e não apenas os contemplados na lista de produtos e serviços prioritários da **Porto Ambiente**

3.13.7.1. RESULTADOS

A meta atingida para o ano de 2022 (em média) foi de 43,10%, resultado esse insuficiente face ao objetivo traçado de 60%. Comparativamente ao ano

de 2021, que em média foi de 66,32%, constata-se uma diminuição de 23,22 pontos percentuais.

O impacto financeiro do valor da despesa executada no âmbito do *Procurement Sustentável* representa 36% do valor global da despesa realizada em 2022, havendo aqui um aumento significativo comparativamente a 2021 que foi de 12,71%.

3.13.8. CÓDIGO DE CONDUTA DE FORNECEDORES DA PORTO AMBIENTE

De forma a estabelecer um compromisso entre as partes e numa ótica de boa-fé e num princípio de adesão voluntária, foi elaborado o Código de Conduta de Fornecedores.

A Implementação do "Código de Conduta para Fornecedores" visa contribuir positivamente para o desenvolvimento económico, social e ambiental, na relação de compromisso e de boa-fé com os seus Fornecedores, assentes nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, às Convenções da Organização Internacional do Trabalho e da Legislação Nacional e Comunitária em vigor no desenvolvimento da sua atividade.

Com caráter semanal é monitorizada a emissão da Declaração de Compromisso pelo Fornecedor, tendo sido obtidas voluntariamente certa de 96% das Declarações de Compromisso remetidas.



3.13.9. AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

No âmbito de um processo de melhoria contínua com os nossos Fornecedores, privilegiou-se um acompanhamento sistemático de forma a colmatar qualquer ocorrência, em tempo útil e durante a execução do contrato.

Todos os fornecedores da **Porto Ambiente** são objeto de avaliação ao longo do decurso dos respetivos contratos/adjudicações, sendo essas avaliações realizadas em dois momentos distintos, uma avaliação contínua (todos os fornecimentos/serviços) e uma avaliação periódica (anual).

Face ao período transato, verifica-se um aumento no universo dos fornecedores avaliados, constando-se ainda, ao nível do Índice de Qualidade dos Fornecedores (IQF), uma evolução positiva no que se refere aos fornecedores aprovados e uma diminuição dos fornecedores objeto de sugestão de melhoria.

Em resumo e conforme ilustrado no quadro seguinte, o aumento dos fornecedores aprovados foi muito relevante (cerca de 53%), por consequência uma diminuição de cerca de 55% de fornecedores classificados como Sugestões de Melhoria. Ao nível dos fornecedores reprovados, o registo permaneceu marginal, ainda que com um aumento de 1.89% face ao período homólogo:

IQF	2022	2021
Aprovados	83,40%	30,11%
Sugestão de Melhoria	14,72%	69,89%
Não aprovados	1,89%	0,00%

3.13.10. GESTÃO DE ARMAZÉNS

A **Porto Ambiente** possui três armazéns, destinando-se cada um dos espaços a funções específicas de acondicionamento de artigos até à sua utilização.

O armazém Geral e o armazém de Tintas, encontram-se localizados em São Dinis, quanto ao armazém de Equipamentos, e pela respetiva tipologia do equipamento que acondiciona, contentores

de 50 litros a 1 000 litros e respetivos acessórios, ainda se encontra localizado nas Oficinas em Acácio Lino.

Em julho de 2022, e no decurso de uma Auditoria Externa realizado pela APCER, obteve-se a Certificação da **Porto Ambiente** pela NP EN ISO 14001:2015, tendo sido destacado, relativamente aos armazéns, as ótimas condições disponibilizadas, incluindo matérias ambientais.

3.13.11. GESTÃO DE FUNDOS E PROJETOS DE FINANCIAMENTO

Para além dos aspetos de execução física dos projetos financiados, devidamente tratada na secção 3.7.7. anterior, destacam-se em seguida as demais interações efetuadas pela Coordenação afeta à centralização, gestão e dinamização da captação de investimentos:

- **Candidatura ao Fundo Ambiental** – 3ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - Parte 3 - Aviso n.º 11192/2021 - 17 junho 2021.

A Candidatura visa a concessão de apoio para aquisição do veículo elétrico (VE), através do financiamento de 50 % do valor da renda mensal decorrente da celebração de contrato de locação operacional ou financeira, até um limite máximo de 250 EUR mensais e por um período de 48 meses, independentemente da duração do contrato de locação

- **Candidatura ao Fundo Ambiental** – Educação Ambiental + Transversal + Aberta + Participada 2022 - Aviso 1499/2022 - Submissão de Candidatura nº 114.

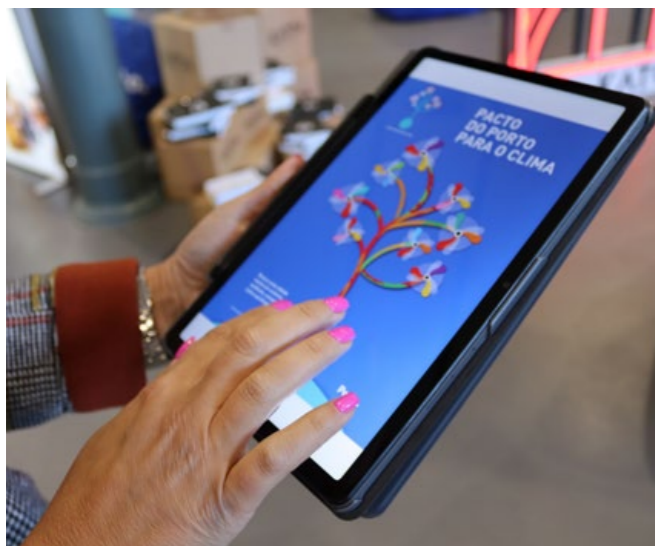
A operação "ORGÂNICO – ao separar ajuda a economia circular", a concretizar pela **Porto Ambiente**, pretende implementar uma campanha de comunicação e sensibilização direcionada para a população que ainda não aderiu ao projeto e procurando recuperar aqueles que por algum motivo desistiram de participar, dirigida à população de uma área de elevada densidade populacional, dotada de equipamentos de recolha seletiva de resíduos alimentares, prevendo-se abranger um total de 3 000 famílias, no período de um mês. O principal objetivo prende-se com o aumento da perceção ambiental da população

para a necessidade de separar e valorizar os resíduos alimentares, através da correta deposição nos sistemas de recolha seletiva, com vista ao incremento da taxa de preparação para a reutilização e reciclagem e encaminhamento para valorização orgânica, no município do Porto.

► **Candidatura ao Fundo Ambiental – RECOLHABIO** – Implementação de um Projeto de Recolha Seletiva de Biorresíduos no Município do Porto.

O projeto “Recolhabio – Implementação de um projeto de recolha seletiva de Biorresíduos no Município do Porto”, a concretizar pela **Porto Ambiente**, pretende, assim, melhorar as condições de utilização dos contentores para deposição de resíduos alimentares, através da implementação de um mecanismo auxiliar de abertura da tampa do utilizador em 380 contentores já instalados por toda a cidade do Porto.

Com a instalação do referido mecanismo, pretende-se facilitar o manuseamento do sistema de deposição de resíduos alimentares, promovendo o recurso ao contentor de pequena capacidade entregue no decorrer da adesão ao projeto “Orgânico” e a consequente não utilização de saco. O principal objetivo da presente candidatura prende-se com o aumento do número de participantes ativos neste projeto, quer pela recuperação de participantes, quer pela promoção de novas adesões, para aumento da taxa de recolha seletiva de resíduos alimentares e encaminhamento para valorização orgânica, procurando duplicar os quantitativos recolhidos atualmente.



3.14. DIREÇÃO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA DO PORTO

O terceiro trimestre de 2022 ficará na memória da **Porto Ambiente** e dos Portuenses pelo arranque de mais um desafio.

A Comissão Europeia anunciou, em 2022, que os municípios portugueses do Porto, Lisboa e Guimarães foram escolhidos para a chamada ‘Missão Cidades’ da UE, desafio que integra 100 cidades europeias “neutras e inteligentes” que estarão na linha da frente da neutralidade carbónica até 2030”.

A inclusão do Porto neste restrito lote das 100 cidades líderes na ambição de descarbonização a nível europeu é mais um reconhecimento internacional de que o Porto tem desempenhado bem a missão, rumo a uma cidade cada vez mais sustentável. Esta escolha decorre do facto do Porto ter em curso um conjunto de iniciativas e uma estrutura de governança capaz de garantir a neutralidade carbónica em 2030.

A **Porto Ambiente** agarrou este novo repto, do município, passando a assegurar a exigente responsabilidade da Direção para a Neutralidade Carbónica do Porto. Sublinhamos ainda que é expectável que numa das próximas revisões dos indicadores do plano do Sistema de gestão da qualidade, o mesmo passe a integrar os objetivos desta direção.

3.14.1. O CONTEXTO

As alterações climáticas atuais e projetadas para o futuro exigem um empenho global que se traduz em elevados investimentos públicos e privados. Estes investimentos têm de ser realizados em medidas de adaptação para o futuro, quer dos territórios, quer das infraestruturas e das atividades económicas, mas também em medidas de mitigação das alterações climáticas que permitam conter o fenómeno de aumento médio da temperatura do globo terrestre. Este ambicioso desafio de combate às alterações climáticas exige medidas disruptivas e visionárias, transformadoras e ambiciosas que minimizem drasticamente as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) resultantes das atividades humanas, tendo em vista assegurar o caminho

para a neutralidade carbónica das cidades, das regiões, dos países e por conseguinte do Planeta.

A neutralidade carbónica só pode ser abordada com sucesso através de intervenções transversais e multinível, desde o nível pessoal, organizacional, local, regional, nacional ao global, sendo de destacar a atual responsabilidade socioambiental de muitas organizações e uma consciência ambiental crescente por parte dos cidadãos. Neste seguimento, enquanto espaços centrais da atividade humana, as cidades são alavancas chave para garantir o cumprimento das metas de descarbonização, pelo que as autarquias locais, enquanto nível de governação mais próximo dos cidadãos, são os principais motores de articulação de atores locais para a descarbonização.

A União Europeia tem assumido a liderança nesta matéria, sendo que os Estados Membros devem fixar a meta de 55% de descarbonização em 2030 e a neutralidade carbónica em 2050. A nível nacional, a Lei de Bases do Clima, aprovada pela Assembleia da República em novembro de 2021, estabelece uma redução das emissões de pelo menos 55% até 2030, 65% a 75% até 2040 e pelo menos 90% até 2050 (prevendo possível antecipação para 2045).

A cidade do Porto tem assumido compromissos cada vez mais exigentes ao longo do tempo, sendo que em 2022, a Câmara Municipal do Porto fixou a meta da neutralidade carbónica para 2030, aumentando a ambição da cidade nesta matéria, antecipando as metas estabelecidas a nível europeu e nacional e tornando este um desígnio fundamental da cidade, do universo municipal e das diversas partes interessadas do Porto, onde se incluem organizações públicas, privadas e os cidadãos.

A redução estimada de emissões de GEE decorrentes do uso de energia na cidade do Porto atingiu 52,2% em 2020 (face ao ano base de 2004), resultado de uma aposta continuada de descarbonização em várias áreas, nomeadamente na produção de eletricidade bem como na implementação de medidas na área da mobilidade.

O Porto tem vindo a implementar um conjunto de medidas que terá de continuar e aprofundar, acelerando a descarbonização em múltiplos setores e envolvendo diversos agentes da cidade. Essas



medidas estão organizadas em dois grandes projetos que, apesar de distintos, são complementares tendo em vista o mesmo objetivo comum: atingir a neutralidade carbónica até 2030.

3.14.2. O PACTO DO PORTO PARA O CLIMA

Consciente da urgência da ação climática e da oportunidade que representa para a competitividade, emprego, justiça social e resiliência da cidade, o Município do Porto lançou o Pacto do Porto para o Clima, em janeiro de 2022. Este Pacto reconhece o papel fundamental da participação de todos os atores locais na implementação de medidas que minimizem drasticamente as emissões de gases com efeito de estufa, tendo em vista atingir a neutralidade carbónica na cidade até 2030.

O Pacto do Porto para o Clima é uma iniciativa desafiadora que convida cidadãos e organizações a agirem rumo à neutralidade carbónica e que necessita de ser permanentemente desenvolvida e dinamizada, tendo em vista o alargamento do número de subscritores e envolvidos a fim de alcançar a plenitude dos seus ambiciosos objetivos;

Ao lançar o Pacto para o Clima, o Município do Porto comprometeu-se e tem desafiado múltiplas instituições da cidade a comprometerem-se a:

(i) estabelecer e partilhar metas e ações concretas, desenvolvidas ou a desenvolver, tendentes a uma redução de emissões de GEE com vista à neutralidade carbónica,

(ii) envolver os atores municipais no processo de redução de emissões de GEE do Porto;



(iii) colaborar com o governo local e nacional para definir um contexto favorável para a descarbonização;

(iv) monitorizar e comunicar o progresso e os impactos das medidas implementadas na redução das emissões de GEE;

(v) divulgar o progresso conseguido no cumprimento das metas e ações desenvolvidas, contribuindo para aumentar a consciencialização pública.

Ao final de 2022, são já mais de 200 subscritores de instituições de áreas tão diversas como a academia, justiça, educação, indústria, telecomunicações, construção, transportes, organizações não-governamentais, terceiro setor, desporto, ciência, saúde ou a cultura, com um compromisso comum: a defesa do presente e do futuro do planeta no que às alterações climáticas diz respeito. O Pacto do Porto para o Clima conta com o Alto Patrocínio do Presidente da República e foi, publicamente, lançado em setembro com os seus subscritores.

3.14.3. A MISSÃO EUROPEIA “CIDADES INTELIGENTES E COM UM IMPACTO NEUTRO NO CLIMA”

A Comissão Europeia selecionou o Porto (de entre quase 400 candidaturas) para integrar o restrito conjunto de 100 cidades europeias na Missão Europeia “Cidades Inteligentes e com um Impacto neutro no Clima” (Missão Cidades), a qual visa criar as condições para antecipar a neutralidade carbónica até 2030 nas cidades selecionadas, testando e implementando novos mecanismos e métodos de reduzir a emissão de GEE.

No âmbito desta Missão, o Porto, sendo uma das 100 cidades selecionadas, terá de desenvolver todas as ações necessárias para estabelecer um Contrato de Cidade Climática (Climate City Contract) que deverá incluir um plano geral de neutralidade carbónica em todos os setores de intervenção como a energia, edifícios, gestão de resíduos ou transportes, juntamente com planos de investimento ação relacionados, num processo que terá de envolver os cidadãos, as organizações de investigação e o setor privado, bem como a União Europeia, as autoridades nacionais e regionais.

A Plataforma da referida Missão Europeia – Net Zero Cities – providenciará assistência técnica, regulató-

ria e financeira necessária às cidades, tendo em vista acelerar o desempenho das cidades nesta matéria e a obtenção de financiamento necessário à transição rumo à neutralidade carbónica.

É, essencialmente, no contexto destes dois projetos complementares, que surge a Direção para a Neutralidade Carbónica do Porto na **Porto Ambiente**.

3.14.4. ATIVIDADES PROMOVIDAS

Os primeiros meses de funcionamento foram focados na constituição de uma equipa que dê resposta aos múltiplos desafios, bem como à preparação e organização da atividade que será desenvolvida nos anos seguintes. Foram também realizadas, diretamente pela Direção para a Neutralidade Carbónica do Porto, dentro deste contexto, várias atividades, iniciativas e representações que se expõe de seguida, nomeadamente conferências, reuniões externas, encontros, seminários, workshops e similares.

• Evento de lançamento público do Pacto do Porto para o Clima

Organizou-se o primeiro grande evento público relacionado com o Pacto do Porto para o Clima. Reuniram-se, no espaço exterior da Casa do Roseiral, todos os subscritores do Pacto do Porto para o Clima até à data (na data deste lançamento público já havia cerca de 180 subscritores).

Esta sessão realizou-se no dia 16 de setembro, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, e contou com a presença do Ministro do Ambiente e Ação Climática, Duarte Cordeiro. Foi anunciado o Alto Patrocínio do Presidente da República à iniciativa.

Nesta sessão, perante todos os stakeholders envolvidos neste ambicioso projeto, foram apresentados um conjunto de iniciativas que serão implementadas por diversas entidades do universo municipal que contribuirão para atingir a neutralidade carbónica até 2030.

• Articulação com diversas entidades subscritoras do Pacto do Porto para o Clima para alinhamento de atividades

À medida que foram sendo convidadas novas entidades para a subscrição do Pacto, foram realizadas diversas reuniões de articulação com os subscritores e potenciais subscritores tendo como objetivo o alinhamento da iniciativa com as seus próprios desafios e compromissos já realizados, bem como esclarecer o nível de compromisso de cada organização para com esta subscrição.

• Articulação com a Agência Nacional de Inovação (ANI)

A ANI é um agente nacional relevante para os resultados que se pretendem atingir, sendo o ponto de ligação nacional para a Missão Cidades. É importante desenvolver, manter e garantir uma articulação com esta Agência no sentido de mais facilmente se identificarem as oportunidades de financiamento que são relevantes para o cumprimento dos objetivos inerentes à participação da cidade do Porto na Missão Cidades. Nesse sentido, foram realizadas reuniões com a ANI e participação em eventos de esclarecimento com o propósito de alargar as oportunidades de financiamento no âmbito da Missão.

• Articulação com o EUROCITIES sobre a participação da cidade do Porto na Missão Europeia “Cidades inteligentes e com impacto neutro no Clima”

O Município do Porto é membro da rede Eurocities que é uma das organizações que fazem parte da NetZeroCities, plataforma de gestão da Missão Cidades. Com a intenção de aumentar as oportunidades de colaboração e financiamento foram realizadas reuniões de articulação quer online quer presenciais para reafirmar o papel do município e a ambição do município na participação desta missão.

3.14.5. REPRESENTAÇÕES NO ÂMBITO DA NEUTRALIDADE CARBÓNICA DO PORTO

Nesta seção, descrevem-se as representações em eventos, atividades e similares diretamente relacionadas com o Pacto do Porto para o Clima e com a Missão Europeia “Cidades inteligentes e com impacto neutro no Clima” (Missão Cidades).

• Rede nacional de cidades para a Neutralidade Carbónica 2030

Tem sido discutida a criação de uma rede nacional de cidades para a Neutralidade Carbónica 2030, tendo por base as cidades Missão selecionadas pela Comissão Europeia – Porto, Lisboa e Guimarães – juntamente com os conjuntos territoriais que se candidataram a ser uma das 100 cidades climaticamente neutras no âmbito da Missão Cidades. Esta Direção tem articulado o papel da cidade do Porto nas diligências tomadas para a discussão e criação desta rede, com o apoio da entidade que gere a Missão Cidades (NetZeroCities).

• Participação em webinars no âmbito da Missão Cidades

No âmbito do apoio ao Porto enquanto cidade missão, a plataforma NetZeroCities tem realizado um conjunto alargado de sessões de trabalho, de esclarecimento e webinars de forma a apoiar a materialização do Contrato Climático Cidade e outras iniciativas no âmbito da Missão Cidades. Neste particular tem sido feita a participação nestas sessões ou a sua análise e estudo em diferido.

• Participação num novo grupo de trabalho do EUROCIITIES

A Eurocities lançou um novo grupo de trabalho no âmbito das Cidades Missão e das cidades que, tendo sido candidatas ao programa, não foram selecionadas. Este novo grupo de trabalho "Climate Neutral and Just Transition Group" já reuniu e tem vindo a partilhar desafios e soluções tendo como foco a neutralidade carbónica das cidades que fazem parte da rede.

• Participação em estudo de investigação no âmbito da neutralidade carbónica

O envolvimento com a Academia e com a investigação é determinante no âmbito dos objetivos a atingir. No caso concreto, foi feita a participação num estudo de investigação no tema da neutralidade carbónica das cidades na Europa com Emilie D'Amico, investigadora no *Climate, Climatic Change and Society (CLICCS) excellence research cluster* da Universidade de Hamburgo, na Alemanha. Destaque para o interesse na par-

ticipação do Porto na Missão Cidades, e na forma como as cidades estão a transformar a sua governança para atingirem a neutralidade climática.

• Workshop com o MIT, no âmbito do Programa MIT-Portugal

Em conjunto com a Agência de Energia do Porto e por desafio do *Sustainable Design Lab* do MIT, participou-se num workshop para apoio a cidades no âmbito da implementação de medidas específicas de redução de emissões de carbono relacionadas com edifícios. Utilizando a ferramenta UBEM. IO com dados disponíveis do Município e tomando como piloto uma zona específica da cidade do Porto, foi realizado um estudo de acordo com metodologia específica no sentido de quais as ações necessárias e quais os impactos da neutralidade carbónica nessa atividade específica.

• Participação no Great Wine Capitals Collaboration group

A cidade do Porto é membro ativo da rede de cidades *Great Wine Capitals*. No âmbito do *Great Wine Capitals collaboration group*, o Município foi desafiado construir e ilustrar alguns casos de estudo da atuação das cidades com algumas políticas urbanas no âmbito da sustentabilidade e resiliência da cidade perante fenómenos climáticos extremos, tendo esta Direção participado ativamente na sua elaboração.

3.14.6. APRESENTAÇÕES PÚBLICAS NO ÂMBITO DA NEUTRALIDADE CARBÓNICA DO PORTO

• Congresso Internacional do ISPGAYA com o tema «Multidimensional sustainability: transitions and convergences»

No âmbito deste congresso, esta Direção foi desafiada a partilhar e a apresentar as medidas de sustentabilidade da cidade tendo em vista a neutralidade carbónica em 2030. Foram apresentadas diversas políticas, medidas e ações que a cidade tem vindo a desenvolver e que contribuem ativamente para o ambicionado objetivo da Neutralidade Carbónica em 2030. A sessão decorreu no dia 30 de setembro, no Convento Corpus Christi em Vila Nova de Gaia.

• Observatório Automóvel promovido pela Mobinov – Cluster Automóvel de Portugal, na Sessão “Hidrogénio como Disruptor numa indústria em Evolução”

A Direção para a Neutralidade Carbónica foi desafiada, a convite da KPMG, a promover uma reflexão no âmbito deste observatório automóvel essencialmente focada no papel do hidrogénio como fonte de energia emergente para o futuro. No âmbito da Administração Pública Local, principalmente com foco no papel dos municípios, foram partilhadas diversas reflexões no que respeito a projetos de hidrogénio no âmbito dos transportes de passageiros na cidade do Porto e foi ainda apresentada uma reflexão sobre o papel que o hidrogénio poderá desempenhar na transição das frotas de veículos de recolha de resíduos urbanos nas cidades.

• 44º Aniversário do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro (NDMALO-GE)

Foi realizada uma apresentação do Pacto do Porto para o Clima e dos seus objetivos no âmbito do aniversário do NDMALO-GE, tendo em vista a disseminação dos objetivos desta iniciativa e da angariação de novos subscritores.

• Bootcamp do Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água do Município do Porto (PVRLA) e Apresentação ao Comité Galáctico

No âmbito do Plano de Valorização e Realibitação das Linhas de Água do Município Porto, participou-se no Bootcamp de ideação, desenvolvimento e partilha de ideias para a reabilitação das linhas de água. No seguimento deste trabalho inicial contribuímos ainda para o desenvolvimento das ideias deste trabalho conjunto tendo em vista a elaboração de propostas mais estruturadas e concretas que pudessem ser apresentadas a um grupo de decisores políticos, entre os quais o Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto, o Vereador do Urbanismo e Espaço Público e a Agência Portuguesa do Ambiente.

• Evento “Circular Policies for Changing the Biowaste System” no âmbito do ROOTS group

No âmbito da participação da **Porto Ambiente** no projeto H2020 CityLoops, foi constituído um grupo



denominado ROOTS que agrega a participação de diferentes projetos europeus no âmbito do sistema alimentar e dos biorresíduos. Neste evento pudemos partilhar o papel desempenhado pela **Porto Ambiente** e pelo Município no desenvolvimento de um sistema alimentar de proximidade na cidade do Porto e do aumento da sua circularidade, nomeadamente através de programas de recolha, tratamento e circularidade de bioresíduos, com especial destaque para o Projeto Orgânico de recolha de resíduos orgânicos nas habitações do Porto.

• ICC Conference & Mayors Summit

Este evento insere-se numa participação alargada do Município do Porto, liderada pela Porto Digital no âmbito do 100 *Intelligent Cities Challenge* promovido pela Comissão Europeia. O *ICC Conference & Mayors Summit* decorreu à margem da *Smart City Expo World Congress*, em Barcelona. A participação da **Porto Ambiente** decorreu num painel sobre o papel da economia de proximidade e dos negócios locais, com uma intervenção dedicada à importância da redução, recolha, reciclagem e circularidade dos resíduos orgânicos.

• Workshop “ICC Reskilling: citizen led green transition”

No âmbito do 100 *Intelligent Cities Challenge*, fomos desafiados a partilhar iniciativas da cidade para a transição ecológica lideradas por cidadãos ou onde os cidadãos tivessem um papel empenhado e fundamental. Neste particular foram abordadas duas iniciativas: o projeto URBINAT, em conjunto com a Câmara Municipal do Porto, e o papel do sistema alimentar e dos bioresíduos, no Porto.

3.15. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Com referência ao período findo em 31 de dezembro 2022, o Resultado líquido ascende a 209 087 euros, verificando-se uma taxa de execução orçamental de 98,2 dos Gastos e de 98,4% dos Rendimentos, conforme ilustrado:

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS		PERÍODO 2022				
		ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		DESVIO	
			Euro	%	Euro	%
Vendas e serviços prestados	+	15 732 023,47	16 447 326,71	104,55%	715 303,24	4,55%
Contratos programa	+	9 397 103,78	8 082 869,69	86,01%	(1 314 234,09)	-13,99%
Outros subsídios à exploração	+	270 949,19	299 107,29	110,39%	28 158,11	10,39%
Outros rendimentos (incluindo TGR recebida)	+	741 825,17	896 514,28	120,85%	154 689,11	20,85%
Total Rendimentos / Receita	=	26 141 901,61	25 725 817,97	98,41%	(416 083,63)	-1,59%
Principais Fornecimentos e serviços externos e outros	-					
Subcontratos	-	(6 660 949,77)	(6 032 696,31)	90,57%	628 253,46	-9,43%
Tratamento de resíduos (excluindo TGR)	-	(4 798 044,55)	(4 834 432,09)	100,76%	(36 387,54)	0,76%
Combustíveis	-	(2 182 777,96)	(2 284 254,53)	104,65%	(101 476,57)	4,65%
Renting Viaturas	-	(333 169,69)	(269 431,42)	80,87%	63 738,27	-19,13%
Manutenção de equipamentos e viaturas	-	(508 111,55)	(449 859,76)	88,54%	58 251,79	-11,46%
Outros FSE's, gastos e/ou rendimentos e/ou IRC	-	(2 167 544,39)	(2 746 546,55)	126,71%	(579 002,16)	26,71%
Gastos com pessoal	-	(8 120 911,81)	(7 807 525,33)	96,14%	313 386,48	-3,86%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	(356 689,94)	(223 730,97)	62,72%	132 958,97	-37,28%
Juros e gastos similares suportados	-	(19 673,19)	(21 909,68)	111,37%	(2 236,49)	11,37%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(836 125,26)	(846 344,54)	101,22%	(10 219,28)	1,22%
Total Gastos/Despesa	=	(25 983 998,10)	(25 516 731,18)	98,20%	467 266,93	-1,80%
Resultado do período	=	157 903,50	209 086,79	-	51 183,29	

3.16. CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA PARA O ANO DE 2022

Dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, foram estabelecidos nos contratos programa celebrados para o período de 2019 a 2021, por remissão ao contrato de gestão delegada, objetivos a alcançar pela **Porto Ambiente**. Para cada objetivo são

definidos indicadores chave de eficiência e eficácia, os quais são monitorizados pelo Município com periodicidade trimestral, seguindo-se uma análise ao seu cumprimento a 31 de dezembro de 2022, dos quais a sua generalidade atingiu uma avaliação eficaz ou muito eficaz:

valores expressos em euros ou percentagem

#	DESCRIÇÃO	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO PARA O ANO DE 2021		
		Ineficaz	Eficaz	Muito Eficaz
Q1	Acessibilidade do serviço de recolha seletiva multimaterial (%) Acessibilidade dos utilizadores aos serviços de recolha nos locais de deposição seletiva multimaterial de resíduos, a uma distância máxima de 100 (cem) metros, do limite do prédio			✓
Q2.1	Lavagem de contentores de recolha indiferenciada e recolha seletiva de biorresíduos Frequência de lavagem de contentores do serviço de deposição indiferenciada de resíduos urbanos e deposição seletiva de biorresíduos		✓	
Q2.2	Lavagem e de contentores de recolha seletiva multimaterial Frequência de lavagem de contentores de deposição seletiva multimaterial de resíduos	✓		
Q3	Abrangência do serviço de limpeza do espaço público Garantia da acessibilidade dos municípios ao serviço de limpeza do espaço público			✓
Q4	Satisfação dos utilizadores Rácio entre os utilizadores satisfeitos com o serviço prestado, relativamente ao total de utilizadores		✓	
Q5	Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação (%) Percentagem de reclamações, sugestões e pedidos de informação escritos ou via contacto telefónico que foram objeto de resposta escrita e/ou auditável num prazo não superior ao máximo legal em vigor			✓
D1.1	Meta de preparação para reutilização e reciclagem Cumprimento da meta de preparação para a reutilização e reciclagem definida no plano estratégico em vigor			✓
D1.2	Meta de retomas de recolha seletiva Cumprimento da meta de retomas de recolha seletiva definida no plano estratégico em vigor			✓
D2.1	Emissões de gases de efeito de estufa da recolha seletiva de biorresíduos e indiferenciada (kg CO² /t) Quantidade total de emissões de CO ² com origem nas viaturas de recolha indiferenciada e recolha seletiva de biorresíduos por tonelada de resíduos urbanos indiferenciados e biorresíduos recolhidos		✓	
D2.2	Emissões de gases de efeito de estufa da recolha seletiva multimaterial (kg CO² /t) Quantidade total de emissões de CO ² com origem nas viaturas de recolha seletiva de embalagens por tonelada de resíduos urbanos recolhidos para reciclagem			✓
P1	Adequação dos recursos humanos afetos à recolha (n.º/1000 t) Número total equivalente de trabalhadores a tempo inteiro afetos ao serviço de recolha de resíduos urbanos por 1000 t de resíduos urbanos recolhidos			✓
P2	Estrutura de pessoal administrativo Rácio entre a estrutura de pessoal administrativo face à estrutura de pessoal operacional			✓
P3	Absentismo Taxa de absentismo dos colaboradores dos serviços de recolha seletiva de resíduos			
E1	Orçamento de exploração Grau de execução do orçamento de exploração anual			✓
E2	Plano de atividades Taxa de cumprimento do plano de atividades anual	✓		
E3	Gastos com pessoal Nível de gasto anual médio por trabalhador			✓
E4	Gastos indiretos Rácio de gastos indiretos anuais relativamente aos gastos totais		✓	
E5	Gestão de tesouraria Cumprimento dos prazos de pagamento a fornecedores e restantes credores		✓	✓
E6	Renovação do parque de viaturas (km/viatura) Distância média acumulada percorrida por viatura afeta ao serviço de recolha de resíduos urbanos			✓
E7	Disponibilidade das viaturas de recolha (%) Tempo de disponibilidade médio das viaturas de recolha face às horas de operação planeadas		✓	
E8.1	Rentabilização do parque de viaturas de recolha indiferenciada e recolha seletiva de biorresíduos (kg/m³.ano) Quantidade (kg) de resíduos recolhidos de forma indiferenciada e seletiva de biorresíduos alimentares por capacidade anual instalada de viaturas de recolha	✓		
E8.2	Rentabilização do parque de viaturas de recolha seletiva de embalagens (kg/m³.ano) Quantidade (kg) de resíduos de embalagens, de plástico, metal e ECAL, recolhidas seletivamente, por capacidade anual instalada de viaturas de recolha			✓
E8.3	Rentabilização do parque de viaturas de recolha seletiva de papel/cartão (kg/m³.ano) Quantidade (kg) de resíduos de papel/cartão de embalagens e não embalagens recolhidos seletivamente, por capacidade anual instalada de viaturas de recolha			✓

3.17. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CONSTANTES DO ARTIGO 62º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, PARA O ANO DE 2022

Aplicando os indicadores constantes da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é possível concluir que a **Porto Ambiente** não cumpre com os critérios de dissolução:

implementação de políticas de gestão e cobertura eficaz dos riscos que está exposta, nomeadamente risco de crédito e risco de liquidez. Esta monitorização de riscos é também partilhada e realizada em gestão comum e coordenada pelo Município do Porto (grupo de inserção).

O **risco de crédito**, ainda que reduzido, está presente

valores expressos em euros ou percentagem

INDICADOR	2022	2021	2020	STATUS
Artigo 35º CSC (Total de Capital próprio / Capital social) > 50%	169%	166%	143%	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o Volume de negócios cobre pelo menos 50% dos Gastos totais, em cada período ((Vendas + Prest. Serv.) / (Gastos Totais – Provisões – Imparidades – Depreciações)) > 50%	64%	67%	69%	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o peso contributivo do subsídio é < 50% das receitas (Subsídios à Exploração / Receitas totais) < 50%	33%	31%	29%	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o EBITDA é ≥ 0 (EBITDA ≥ 0)	1 100 711,13	1 334 892,48	554 984,65	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o RLP é ≥ 0 (Resultado do período ≥ 0)	209 086,79	533 201,43	287 093,49	✓

3.18. ENDIVIDAMENTO

Nos termos do artigo 41º, n.º 1 da Lei 50/2012 de 31 de agosto, “os empréstimos contraídos pelas empresas locais, bem como o endividamento líquido das mesmas relevam para os limites das entidades públicas participantes, em caso de incumprimento das regras previstas no artigo anterior” (artigo 40º equilíbrio das contas).

No decurso do período de 2022, não foi verificado o incumprimento de qualquer das regras constantes no âmbito do referido equilíbrio de contas. De referir, contudo, como consequência do processo de renovação de frota executado, foi verificado o recurso a um endividamento externo sobre a forma de locação financeira, ascendo o montante em dívida a 31 de dezembro de 2022, a 3 838 541 euros.

3.19. RINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de fatores de riscos. A **Porto Ambiente** está sensível quanto à identificação, definição e

na faturação a entidades individuais ao nível de (i) transporte de Resíduos de Construção e Demolição e outros similares, assim como (ii) na cobrança de tarifa regulada, efetuada aos clientes finais por intermédio das Águas do Porto. A monitorização deste risco é efetuada pelo Departamento Financeiro, nomeadamente pelo controlo de crédito, e no caso da tarifa, limitada ao período de crédito das Águas do Porto.

O **risco de liquidez**, está presente na medida em que as fontes de financiamento da Empresa são limitadas e com reduzido nível de elasticidade por parte da **Porto Ambiente**. A monitorização e gestão deste risco por parte da Empresa resulta de um adequado nível de planeamento, quer ao nível da negociação contratual com fornecedores, quer ao nível da contratualização das “fontes de financiamento”, isto é, Contratos programa com o Município e contrato com as Águas do Porto.

3.20. PERSPETIVAS FUTURAS

Em respeito com o plano de investimento e compromissos contratuais assumidos, não existindo à

data indícios que comprometem a continuidade, a **Porto Ambiente** espera, em 2023:

- (a) Aumentar os níveis de satisfação e de qualidade dos serviços prestados;
- (b) Manutenção do processo de estabilização do nível de recursos humanos nas Atividades de Recolha de resíduos urbanos e gastos comuns, ajustando o contexto da Limpeza do Espaço Público às necessidades expetáveis;
- (c) Procurar aumentar os níveis de serviço, produtividade, eficiência e qualidade dos processos, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida no Município do Porto e redução do custo imputado ao consumidor.

Tendo por base este enquadramento e as políticas de gestão do risco implementado não temos conhecimento de quaisquer eventos relevantes que coloquem em causa o pressuposto de continuidade das operações, considerando desde logo os potenciais impactos decorrentes da invasão da Rússia, reflexão essa que mereceu particular destaque na secção seguinte.

3.21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Ultrapassados os dois anos em que a pandemia COVID-19 passou a fazer parte quotidiano dos membros da Administração e da Direção da **Porto Ambiente**, eis que surge, desde 24 de fevereiro de 2022 e até à data de conclusão deste relatório, um novo e significativo desafio, a invasão da Rússia do território ucraniano.

O Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar desta situação de conflito na Ucrânia e as suas repercussões na economia a nível nacional e mundial.

Dessas reflexões, tem-se vindo a verificar que a guerra na Europa se traduziu em enormes prejuízos humanitários e económicos. Prejuízos económicos esses muito mais graves do que poderia ser antecipado, originando uma séria crise económica, afetando severamente muitos setores, empresas e famílias e que, no caso da **Porto Ambiente**, se fez

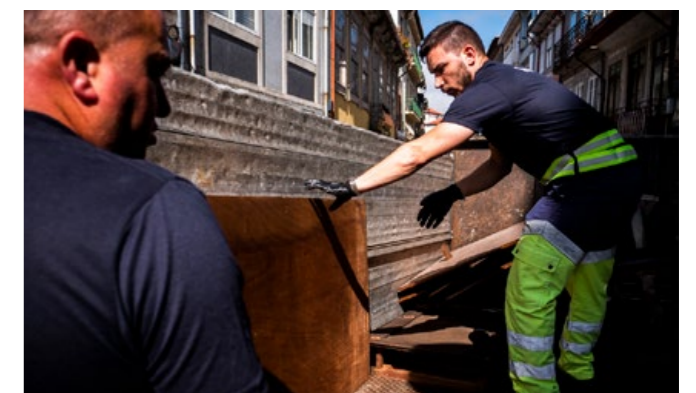
particularmente sentir ao nível dos combustíveis, com desvios na ordem dos 100%.

Em todo o caso, estão a ser antecipadas internamente todas as medidas necessárias à mitigação destes impactos, nomeadamente por via de uma recalendarização dos contratos programa celebrados, pelo que podemos afirmar com toda a certeza que não estamos perante qualquer aspeto que possa colocar em causa quer a continuidade das operações, quer a capacidade da empresa em dar uma resposta competente aos seus compromissos financeiros e/ou operacionais.

Em adição a estes fatores, e na sequência do mencionado na secção relativa aos procedimentos de contratação pública, em concreto no que respeita à subcontratação dos serviços de Limpeza do Espaço Público, em duas ocasiões a **Porto Ambiente** procurou ir ao encontro às necessidades do mercado, reunindo com todos os potenciais concorrentes, ajustando o preço base à realidade mais atual dos preços de mercado e reduzindo a exposição ao risco pelos concorrentes, para efeitos de publicação de concurso público internacional, não tendo, ainda assim, sido possível a adjudicação do mesmo.

Nesse contexto, sendo a Limpeza do espaço público um serviço essencial, e para uma cabal resposta no curto prazo, foi necessário promover à adjudicação do mesmo por Ajuste direto, segundo um critério material, estando a ser estudadas alternativas para a resposta de médio de longo prazo, na qual se inclui o cenário de internalização desta atividade.

Não são conhecidos outros eventos que alterem a apresentação de contas ilustrada neste documento e respetivas peças e anexos.



3.22. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O exercício de 2022 saldou-se com um resultado líquido positivo no montante 209 086,79 Euro (duzentos e nove mil, oitenta e seis euros e setenta e nove cêntimos), propondo a Administração que o mesmo seja aplicado da seguinte forma:

- ▶ Reservas legais, no montante de 10 454,34 Euro (dez mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos);
- ▶ Resultados transitados, no montante de 198 632,45 Euro (cento e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos).

3.23. DIVULGAÇÕES OBRIGATÓRIAS

3.23.1. PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR ACIONISTAS:

Referem-se seguidamente os acionistas titulares de ações, no final do exercício, representativas de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital:

PARTICIPAÇÕES (E TRANSAÇÕES) QUALIFICADAS NO CAPITAL DA SOCIEDADE		CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO	TOTAL
Ações detidas no começo do período	Número de ações	3 265 566,00	3 265 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	3 265 566,00	3 265 566,00
	Percentagem do capital social	100,00%	100,00%
Ações adquiridas no período	Número de ações	-	-
	Valor nominal unitário	1,00	-
	Valor nominal total	-	-
Ações alienadas no período	Número de ações	-	-
	Valor nominal unitário	-	-
	Valor nominal total	-	-
Ações detidas no fim do período	Número de ações	3 265 566,00	3 265 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	3 265 566,00	3 265 566,00
	Percentagem do capital social	100,00%	100,00%

valores expressos em euros

3.23.2. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE:

A sociedade não tem sucursais.

3.23.3. EXISTÊNCIA DE NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Não se verificou, houve em 2022, qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores.

3.23.4. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS:

Durante o exercício de 2022, não se verificou qualquer aquisição ou alienação de ações próprias.

3.23.5. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL:


Em observação da Lei n.º 36/2019, de 29 de maio, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros entes públicos ou à Segurança Social.

Porto, 17 de março de 2023
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

O Conselho de Administração


Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)


Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)


Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)



Demonstrações Financeiras

(Para o período findo
em 31 de dezembro de 2022)



4

Balanço em 31 de dezembro de 2022

valores expressos em euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7 ; 9	6 113 385,41	6 461 101,31
Ativos intangíveis	6 ; 9	10 706,73	19 070,52
Outros investimentos financeiros		51 435,95	38 785,56
Ativos por impostos diferidos	14	40 706,99	54 524,75
		6 216 235,08	6 573 482,14
Ativo corrente			
Inventários	10	173 153,93	186 182,92
Clientes	5 ; 9 ; 16.2	3 447 452,88	3 460 606,36
Estado e outros entes públicos - Ativo	16.4	85 961,64	678,64
Outros créditos a receber	9 ; 16.2	299 990,29	183 400,91
Diferimentos	16.7	224 686,00	14 562,73
Caixa e depósitos bancários	4	5 633 937,91	3 714 469,45
		9 865 182,65	7 559 901,01
TOTAL DO ATIVO		16 081 417,73	14 133 383,15
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	3 265 566,00	3 265 566,00
Reservas legais		65 366,09	38 706,02
Outras reservas	7	148 106,65	131 786,65
Resultados transitados		1 241 955,80	735 414,44
Excedentes de revalorização	7	12 553,74	25 201,74
Ajustamentos/outras variações no capital próprio		587 277,51	699 232,78
Resultado líquido do período		209 086,79	533 201,43
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		5 529 912,58	5 429 109,06
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	3 201 415,95	3 837 506,05
Passivos por impostos diferidos	14	174 539,53	218 465,20
		3 375 955,48	4 055 971,25
Passivo corrente			
Fornecedores	16.2	3 819 903,60	1 945 698,97
Estado e outros entes públicos	16.4	200 459,48	180 797,55
Financiamentos obtidos	8	637 125,38	634 132,16
Outras dívidas a pagar	16.2	1 249 315,39	1 605 500,99
Diferimentos	16.7	1 268 745,82	282 173,17
		7 175 549,67	4 648 302,84
TOTAL DO PASSIVO		10 551 505,15	8 704 274,09
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		16 081 417,73	14 133 383,15

Contabilista Certificado


 Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração


 Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
 (Presidente)


 Luís Bragança de Assunção
 (Vice-presidente)


 Helena Vilasboas Tavares
 (Vogal)

5

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	+ 5 ; 11 ; 16.1	16 447 326,71	15 480 639,18
Subsídios à exploração	+ 5 ; 11 ; 16.1	8 381 976,98	7 203 911,12
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 10.3 ; 16.1	(172 027,77)	(111 311,18)
Fornecimentos e serviços externos	- 8 ; 16.1	(15 801 697,36)	(14 108 350,42)
Gastos com pessoal	- 16.1 ; 16.3	(7 807 525,33)	(6 991 432,50)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 9	(222 740,71)	(392 299,61)
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	122,82	220,88
Outros rendimentos	+ 16.1	895 401,20	820 185,61
Outros gastos	- 16.1	(620 125,41)	(566 670,60)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	1 100 711,13	1 334 892,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 6 ; 7 ; 16.1	(846 344,54)	(747 270,83)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	254 366,59	587 621,65
Juros e gastos similares suportados	-	(21 909,68)	(21 753,52)
Resultado antes de impostos	=	232 456,91	565 868,13
Imposto sobre rendimento do período	-/+ 14 ; 16	(23 370,12)	(32 666,70)
Resultado líquido do período	=	209 086,79	533 201,43
Resultado por ação básico		0,06	0,16


Contabilista Certificado


 Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração


 Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
 (Presidente)


 Luís Bragança de Assunção
 (Vice-presidente)


 Helena Vilasboas Tavares
 (Vogal)

6 Demonstração das Alterações no Capital Próprio para o período findo em 31 de dezembro de 2022

valores expressos em euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE								INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações capitais próprios	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2022	6	15	3 265 566,00	38 706,02	131 786,65	735 414,44	25 201,74	699 232,78	533 201,43	5 429 109,06	-	5 429 109,06
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis			-	-	16 320,00	-	(12 648,00)	-	-	3 672,00	-	3 672,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	26 660,07	-	506 541,36	-	(111 955,27)	(533 201,43)	(111 955,27)	-	(111 955,27)
	7		-	26 660,07	16 320,00	506 541,36	(12 648,00)	(111 955,27)	(533 201,43)	(108 283,27)	-	(108 283,27)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								209 086,79	209 086,79	-	209 086,79
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								(324 114,64)	100 803,52	-	100 803,52
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Outras operações	10		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2022	11=6+7+8+10	15	3 265 566,00	65 366,09	148 106,65	1 241 955,80	12 553,74	587 277,51	209 086,79	5 529 912,58	-	5 529 912,58

Contabilista Certificado



Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração



Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)



Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)

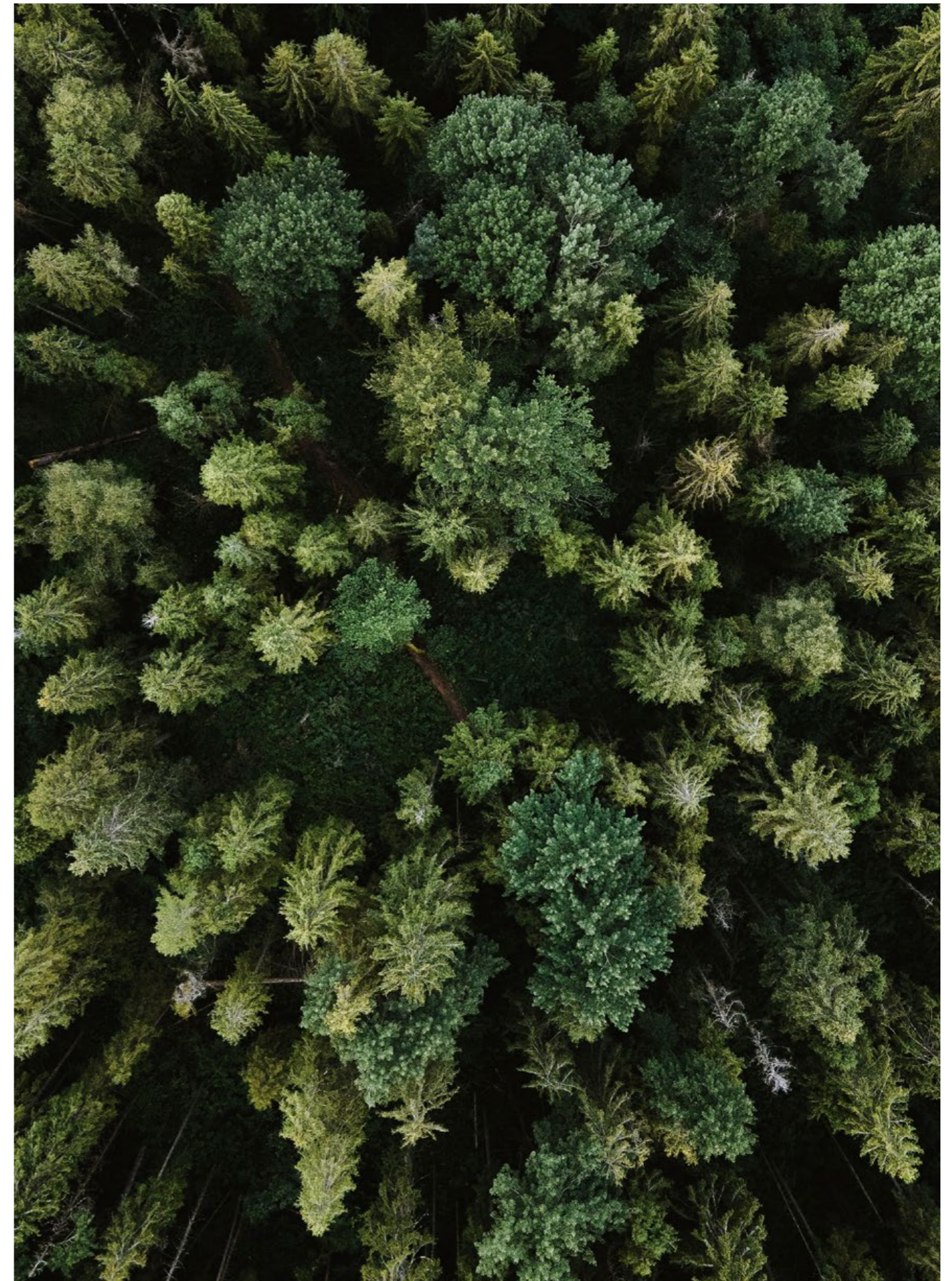


Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)

7 Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2022

valores expressos em euros

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			NOTAS	EXERCÍCIOS	
				2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de clientes		+	16 697 829,67	15 623 524,59	
Pagamentos a fornecedores		-	(15 580 996,02)	(15 852 499,46)	
Pagamentos ao pessoal		-	(7 170 336,16)	(6 637 172,62)	
Fluxo gerado pelas operações			(6 053 502,51)	(6 866 147,49)	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		+-	(107 240,38)	(2 206,08)	
Outros recebimentos/pagamentos		+-	9 334 389,86	6 600 378,35	
Fluxos das atividades operacionais (1)			3 173 646,97	(267 975,23)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		+	2 481,10	9 067,20	
Subsídios para investimentos		+	-	343 717,35	
Juros e rendimentos similares		+	-	-	
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		-	(600 047,90)	(788 969,70)	
Ativos intangíveis		-	(1 605,15)	(13 854,29)	
Fluxos das atividades de investimento (2)			(599 171,95)	(450 039,45)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	-	-	
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-	(633 096,88)	(619 789,53)	
Juros e custos similares		-	(21 909,68)	(21 753,52)	
Fluxos das atividades de financiamento (3)			(655 006,56)	(641 543,05)	
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)			1 919 468,46	(1 359 557,72)	
Caixa e seus equivalentes no início do período			Nota 4	3 714 469,45	5 074 027,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período			Nota 4	5 633 937,91	3 714 469,45



Contabilista Certificado

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz
Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração

Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)

Lúis Bragança de Assunção
Lúis Bragança de Assunção
(Vice-presidente)

Helena Vilasboas Tavares
Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)



Anexo às Demonstrações Financeiras

(Para o período
findo em 31
de dezembro
de 2022)

8

Anexo às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022

Nota 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.** (doravante também designada por **Porto Ambiente**), foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, no momento da constituição, foi de 465 566 Euro (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis, os quais foram substancialmente transferidos para a Empresa no momento da passagem da *Operação*.

No ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2 800 000 Euro (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro, ascendendo o mesmo, nesta data, a 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros) representado por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações com o valor nominal de 1 (um) euro cada.

A **Porto Ambiente** é 100% detida pela Câmara Municipal do Porto, e tem sede na Rua de S. Dinis, 249, | 4250-434 Porto, no Porto.

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto as seguintes competências:

a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;

b) Cumprir com o Plano de ação (atualmente PAPERU), de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (atualmente PERSU 2020+);

c) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;

d) Assegurar e definir com o Município do Porto e com a LIPOR o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

A receita foi e será materialmente realizada mediante as seguintes fontes:

a) Receitas próprias, pela tarifa de gestão de resíduos urbanos;

b) Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários.

De sublinhar que, nos anos de 2020 e 2021, a **Porto Ambiente** conseguiu de forma bem-sucedida atingir a cobertura dos seus encargos por via da tarifa de gestão de resíduos urbanos mencionada na alínea a) anterior. No atual ano de 2022, e essencialmente motivado pela crise energética sentida ao nível dos combustíveis, não foi possível manter a cobertura, ainda que o recurso ao subsídio de cobertura tenha sido marginal;

c) Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público;

d) Subsídio à exploração, no âmbito do Pacto para a neutralidade carbónica;

Nota 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

a) Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, quanto ao artigo 2.º, artigo 4.º, artigos 6.º, 7.º e 8.º, artigo 9.º, artigo 10.º, artigo 11.º e artigo 12.º;

b) Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras) com alterações pela Portaria n.º 220/2015;

c) Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual) alterações introduzidas pelo aviso 8254/2015;

d) Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) alterações introduzidas pelo aviso n.º 8256/2015;

e) Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas) com alterações introduzidas pela Portaria n.º 218/2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração

e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstas na Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e Justificação das Disposições do SNC que, em Casos Excepcionais, tenham sido Derrogadas e dos Respetivos Efeitos nas Demonstrações Financeiras

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

Nota 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de Mensuração Usadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

3.1.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

A rubrica dos Ativos intangíveis compreende essencialmente a aquisição das plataformas eletrónicas (i) ERP "PRIMAVERA", (ii) gestão documental "FILEDOC", (iii) avaliação de fornecedores UEBE.Q, e (iv) faturação eletrónica IET, assim como outros desenvolvimentos pontuais sobre as mesmas. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

3.1.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

DESCRIÇÃO	ANOS
Edifícios e outras construções	-
Equipamento básico	2 - 12
Equipamento de transporte	2 - 9
Equipamento administrativo	3 - 7
Outros activos fixos tangíveis	3 - 7

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os Ativos fixos tangíveis em curso, a verificarem-se, representam ativos ainda em fase de construção e ou desenvolvimento adicional, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.1.3. IMPARIDADE DE ATIVOS

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obterá com a alienação do ativo numa transação

entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

3.1.4. LOCAÇÕES

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais (aplicáveis à **Porto Ambiente**), os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

3.1.5. INVENTÁRIOS

Matérias subsidiárias e de consumo: encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o "Custo médio ponderado" como fórmula de custeio). Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento

são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A Empresa utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.1.6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

3.1.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Estas perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das

operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Por articulação e homogeneização com o Grupo de inserção (Município do Porto), os critérios considerados na política de perdas por imparidade de dívidas a receber são os seguintes:

a) Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, o que se verifica nos seguintes casos:

- O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa e proteção de credores ou processo de execução, falência ou insolvência;
- As dívidas tenham sido reclamadas judicialmente;
- As dívidas estejam em mora há mais de seis meses desde a data do respetivo vencimento e existam provas de terem sido efetuadas diligências para o seu recebimento.

b) Perda por imparidade a 50% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de seis meses e menos de doze meses;

c) Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de doze meses.

b) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre

quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

c) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros (que não vencem juros) são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

e) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

3.1.8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

3.1.9. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das

mais diversas naturezas, as águas residuais dos seus processos industriais, as emissões para a atmosfera, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

As matérias ambientais têm merecido a melhor atenção e o cuidado máximo pela administração. Não existem passivos de carácter ambiental que estejam incluídos nas demonstrações financeiras, assim como não são conhecidos passivos contingentes associados.

3.1.10. REGIME DE ACRÉSCIMO

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

3.1.11. RÉDITO

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Neste âmbito, deverão ser igualmente considerados os montantes relativos aos subsídios à exploração decorrentes da aplicação dos contratos programa:

a) Atividade Regulada (Gestão de Resíduos Urbanos): subsídios concedidos pelo Município que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas receitas próprias, nos períodos em que tal se verifique necessário, numa perspetiva de tornar os serviços economicamente acessíveis ao utilizador final;

b) Atividade não regulada (Limpeza de Espaço Público): transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do Espaço Público

que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário;

c) Neutralidade Carbónica (Pacto para o Clima): transferências que visam cobrir os custos do serviço de gestão e representação do Porto, no Pacto para o Clima.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento contínuo de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

3.1.12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2011, quatro anos relativamente aos

períodos de 2012 e 2013 e doze anos para os períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida da derrama municipal, a qual é fixada por município entre 0% e 1,5%. No que diz respeito à derrama estadual a mesma pode variar entre 3% e 7% – (i) a taxa de 3% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 1 500 000 Euros e 7 500 000 Euros, (ii) a taxa de 5% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 7 500 000 Euros e 35 000 000 Euros e (iii) a taxa de 7% será aplicada a entidades que obtenham lucro tributável superior a 35 000 000 Euros.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como aqueles, resultantes de benefícios fiscais obtidos

e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

3.1.13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno e em sistema de rotatividade, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social ou outros subsistemas de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período

em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

a) Resultados por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

b) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes

de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3. Juízos de Valor que o Órgão de Gestão fez no Processo de Aplicação das Políticas Contabilísticas e que tiveram Maior Impacto nas Quantias Reconhecidas nas Demonstrações Financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período incluem:

- Avaliação e registo (se aplicável) de provisões e perdas por imparidade;

- Avaliação e registo (se aplicável) de eventuais acréscimos de gastos e/ou rendimentos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.4. Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Nota 4 FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1. Comentário da Gerência sobre a Quantia dos Saldos Significativos de Caixa e seus Equivalentes que não estão Disponíveis para Uso

A 31 de Dezembro de 2022 os saldos de caixa e seus equivalentes que não se encontravam disponíveis para uso respeitam exclusivamente a duas cauções de fornecedores, como garante do respetivo cumprimento contratual.

4.2. Desagregação dos Valores Inscritos na Rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários

A 31 de dezembro de 2022, a rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

valores expressos em euros

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS CONSTANTES DO BALANÇO	31.12.2022			31.12.2021		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Numerário	1 000,00	-	1 000,00	1 000,00	-	1 000,00
Cartões pré-pagos	1 090,05	-	1 090,05	868,06	-	868,06
Depósitos à ordem	5 582 288,96	49 558,90	5 631 847,86	3 665 288,59	47 312,80	3 712 601,39
Totais	3 667 156,65	49 558,90	5 633 937,91	3 667 156,65	47 312,80	3 714 469,45

Nota 5 PARTES RELACIONADAS

5.1. Relacionamento com a Empresa-Mãe

a) Nome da empresa-mãe imediata: **Câmara Municipal do Porto**.

As contas da entidade são integradas nas contas consolidadas da **Câmara Municipal do Porto**.

5.2. Transações com Partes Relacionadas

valores expressos em euros

Transações com as partes relacionadas		2022					2021				
		Rendimentos e ganhos			Gastos e perdas		Rendimentos e ganhos			Gastos e perdas	
		Vendas e prestação de serviços	Subsídios à exploração	Outros rendimentos	Fornecimentos e serviços externos	Compras	Vendas e prestação de serviços	Subsídios à exploração	Outros Rendimentos	Fornecimentos e serviços externos	Compras
Empresa Mãe	Câmara Municipal do Porto	233 117	8 082 870	-	(79 881)	(2 955)	372 297	6 321 471	66 175	(50 048)	(903)
Outras partes relacionadas	CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto	53 289	-	-	(537 931)	-	61 450	-	-	(495 326)	-
	Ágora - Cultura e Desporto do Porto	33 689	-	-	(3)	-	25 422	-	-	-	-
	Gestão de Obras Públicas, EM	7 258	-	-	-	-	248	-	-	-	-
	LIPOR - Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	-	-	-	(5 257 679)	-	-	-	-	(5 844 173)	-
	Porto Vivo SRU	1 571	-	-	-	-	911	-	-	-	-
	Porto Digital	646	-	-	(21 251)	-	80	-	-	(17 127)	-
	Domus Social, EM	11 213	-	-	-	-	11 522	-	-	-	-
Totais		340 783	8 082 870	-	(5 896 745)	(2 955)	471 930	6 321 471	66 175	(6 406 673)	(903)

Para uma completa leitura do quadro anterior, sublinhamos que no quadro anterior consta o impacto em resultados decorrentes de operações com entidades relacionadas, considerando, no caso dos gastos e perdas, o valor do IVA não dedutível, e independentemente de terem sido faturadas no período (princípio da especialização do período), destacando as seguintes operações:

a) O montante das Vendas e Prestações de serviços respeita, essencialmente a:

- Tarifas de resíduos que são imputadas aos consumidores na fatura da Água, e como tal, às entidades do perímetro Municipal, nessa qualidade;

- Prestação de serviços de apoio a eventos, recolhas ou transportes de resíduos que não se inscrevem no âmbito das obrigações de Limpeza de espaço público ou recolha de resíduos urbanos;

b) O montante dos subsídios à exploração respeita à execução dos contratos programa para 2022:

- Gestão de resíduos urbanos, no montante de 530 816,34 euro;
- Limpeza do espaço público, no montante de 7 502 172 euro; e
- Neutralidade carbónica, no montante de 49 881,13 euro.

c) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a CMPEAE respeita, essencialmente, ao valor do fee de faturação e cobrança;

d) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Lipor respeita aos montantes relativos ao tratamento de resíduos.

e) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Porto Digital respeita aos montantes

relativos à prestação de serviços de comunicações e datacenter.

5.3. Saldos Pendentes com Partes Relacionadas

valores expressos em euros

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		2021					2020			
		Saldos pendentes em 31.12.2021					Saldos pendentes em 31.12.2020			
		Ativo		Passivo			Ativo		Passivo	
Faturado	Acréscimo de rendimento	Faturado	Acréscimo de gasto	Rendimento diferido	Faturado	Faturado	Acréscimo de gasto	Rendimento diferido		
Empresa Mãe	Câmara Municipal do Porto	89,17	3 565,07	-	(2 993,38)	(1 245 365,84)	-	-	(4 216,26)	(125 184,82)
Outras partes relacionadas	CMPEAE Empresa de Águas e Energia do Município do Porto	4 499 985,20	-	(0,01)	(135 755,82)	-	4 700 373,30	(0,01)	(128 714,65)	-
	Ágora - Cultura e Desporto do Porto	81,46	-	-	-	-	-	-	-	-
	LIPOR Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	-	-	(847 974,24)	(65 807,48)	-	-	(802 446,91)	(86 137,31)	-
	Porto Vivo SRU	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Porto Digital	-	-	(1 634,67)	(2 432,94)	-	-	-	(2 163,57)	-
Totais		4 500 155,83	3 565,07	(849 608,92)	(206 989,62)	(1 245 365,84)	4 700 373,30	(802 446,92)	(221 231,79)	(125 184,82)

No caso do saldo no Ativo com a Águas do Porto (CMPEA), de referir que os valores apresentados respeitam à tarifa de resíduos faturada aos muní-

cipes, mas cuja cobrança se encontra a cargo da referida entidade relacionada.

5.4. Pessoal Chave de Gestão

valores expressos em euros

REMUNERAÇÕES DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO	MONTANTES	
	2022	2021
Total de Remunerações	104 336,59	87 522,78
Outros benefícios a curto prazo dos empregados	2 351,33	2 107,80
Benefícios pós emprego	-	-
Outros benefícios a longo prazo	-	-
Benefícios de cessação de emprego; e	-	-
Benefícios de remuneração em capital próprio;	-	-
Totais	106 687,92	89 630,58

Nota 6 ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações para cada Classe de Ativos Intangíveis, Distinguindo entre os Ativos Intangíveis Gerados Internamente e outros Ativos Intangíveis

a) As amortizações do período, são calculadas tendo por base as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

MÉTODOS DE AMORTIZAÇÃO, VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE AMORTIZAÇÃO USADAS NOS ATIVOS INTANGÍVEIS			PROGRAMAS DE COMPUTADOR
Indefinidas	Razões e fatores preponderantes		N/a
Finitas	Vidas úteis*	De	3 Anos
		A	3 Anos
	Taxas de amortização**		33,33%
	Métodos de amortização		Quotas constantes

* Vida útil representativa para a generalidade dos bens

** Taxas médias de amortização, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

b) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe e valor das amortizações incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados:

valores expressos em euros

ATIVOS INTANGÍVEIS		PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAIS
Em 31.12.2021	Quantias brutas escrituradas	149 984,04	-	149 984,04
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(130 913,52)	-	(130 913,52)
	Quantias líquidas escrituradas	19 070,52	-	19 070,52
Adições		1 605,15	-	1 605,15
Amortizações		(9 968,94)	-	(9 968,94)
Em 31.12.2022	Quantias brutas escrituradas	151 589,19	-	151 589,19
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(140 882,46)	-	(140 882,46)
	Quantias líquidas escrituradas	10 706,73	-	10 706,73

Nota 7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre Ativos Fixos Tangíveis

MÉTODOS DE DEPRECIÇÃO, VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIÇÃO USADAS NOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
Vidas úteis*	De	2 Anos	2 Anos	3 Anos
	A	12 Anos	9 Anos	7 Anos
Taxas de depreciação**	10,00%	25,00%	10,00%	25,00%
Métodos de depreciação	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

* Vida útil representativa para a generalidade dos bens

** Taxas médias de depreciação, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

7.2. Os Ativos Fixos Tangíveis Apresentam a Seguinte Decomposição por Classe e Movimentos no Exercício

valores expressos em euros

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAIS
Em 31.12.2021	Quantias brutas escrituradas	7 423 253,86	12 354,12	21 395,58	20 266,48	65 992,59	7 543 262,63
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 058 192,47)	(5 147,56)	(8 597,78)	(10 223,51)	-	(1 082 161,32)
	Quantias líquidas escrituradas	6 365 061,39	7 206,56	12 797,80	10 042,97	65 992,59	6 461 101,31
Adições		294 859,17	-	10 985,98	43 930,61	147 105,13	496 880,89
Transferências		65 992,59	-	-	-	(65 992,59)	-
Outras alterações		(8 221,19)	-	-	-	-	(8 221,19)
Depreciações - Exercício		(820 664,50)	(3 088,54)	(6 031,32)	(6 591,24)	-	(836 375,60)
Em 31.12.2022	Quantias brutas escrituradas	7 775 884,43	12 354,12	32 381,56	64 197,09	147 105,13	8 031 922,33
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 878 856,97)	(8 236,10)	(14 629,10)	(16 814,75)	-	(1 918 536,92)
	Quantias líquidas escrituradas	5 897 027,46	4 118,02	17 752,46	47 382,34	147 105,13	6 113 385,41

No ano de 2022, os montantes mais significativos dos investimentos realizados no período:

- No reforço de equipamentos de deposição, nomeadamente por via de reposição/substituição, alargamento de abrangência, ou

alargamento a outras atividades, em montante de cerca de 450 mil euros, dos quais parte relevante no âmbito dos projetos de recolha de orgânicos, financiados pelos projetos POSEUR e Cityloops.

7.3. Conciliação entre o montante do excedente reconhecido no início e no final do período

valores expressos em euros

CONCILIAÇÃO DO MONTANTE DO EXCEDENTE NO ÍNÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO	31.12.2021	EXCEDENTE RECONHECIDO	EXCEDENTE REALIZADO		OUTROS	31.12.2022
			DEPRECIACÕES	ALIENAÇÃO		
Excedentes de revalorização - V.B.	32 913,20	-	(16 320,00)	-	(0)	16 593,15
Excedentes de revalorização - IDP	(7 711,46)	-	3 672,05	-		(4 039,41)
Outras reservas	131 786,65	-	16 320,00	-	-	148 106,65

7.4. Valor das Depreciações Incluídas na Rubrica “Gastos/reversões de Depreciação e de Amortização” da Demonstração dos Resultados

valores expressos em euros

DEPRECIACÕES RECONHECIDAS NOS RESULTADOS OU COMO PARTE DE UM CUSTO DE OUTROS ATIVOS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAIS
Depreciações reconhecidas nos resultados	244,28	720 893,38	3 088,54	2 195,23	4 418,00	730 839,43
Depreciações que integram o custo de outros Ativos	-	-	-	-	-	-
Depreciações reconhecidas nos resultados	-	820 664,50	3 088,54	6 031,32	6 591,24	836 375,60
Depreciações que integram o custo de outros Ativos	-	-	-	-	-	-

Nota 8 LOCAÇÕES

8.1. Locações Financeiras – Locatários

No passado período de 2021, foi concluído o processo de renovação de frota a que a Porto Ambiente se propôs, passando agora a integrar nos seus ativos 30 viaturas novas, tecnologicamente mais evoluídas, com melhores condições de trabalho,

mais eficientes e menos poluentes. Dessas viaturas, uma parte relevante foi adquirida com recurso a um endividamento externo, sobre a forma de locação financeira, ascendo o montante em dívida a 31 de dezembro de 2022, a 3 838 541 euros.

8.1.1 DETALHE DOS ATIVOS ADQUIRIDOS E MONTANTES EM DÍVIDA

valores expressos em euros

LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR (LOCATÁRIOS)					VALOR NO ATIVO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES FINANCEIRAS			
TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFI-CAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAIS
			COMEÇO	FIM					
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AB02FB	10-08-2020	09-08-2028	64 382,20	11 236,65	45 488,40	7 674,86	64 399,92
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AB00FB	10-08-2020	09-08-2028	64 382,20	11 236,65	45 488,40	7 674,86	64 399,92
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AB30UL	10-08-2020	09-08-2028	71 477,39	12 474,98	50 501,41	8 520,66	71 497,05
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AC49GP	20-08-2020	19-08-2028	118 253,03	20 638,75	83 550,13	14 096,68	118 285,56
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AC50GP	20-08-2020	19-08-2028	118 253,03	20 638,75	83 550,13	14 096,68	118 285,56
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD18AE	10-12-2020	09-12-2028	150 317,22	26 927,54	109 008,54	27 595,86	163 531,94
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD25AE	10-12-2020	09-12-2028	150 317,22	26 927,54	109 008,54	27 595,86	163 531,94
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD32AE	10-12-2020	09-12-2028	150 317,22	26 927,54	109 008,54	27 595,86	163 531,94
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD40AE	10-12-2020	09-12-2028	150 317,22	26 927,54	109 008,54	27 595,86	163 531,94
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD41AE	10-12-2020	09-12-2028	150 317,22	26 927,54	109 008,54	27 595,86	163 531,94
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD43AE	10-12-2020	09-12-2028	150 317,22	26 927,54	109 008,54	27 595,86	163 531,94
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD48AE	10-12-2020	09-12-2028	150 317,22	26 927,54	109 008,54	27 595,86	163 531,94
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE87GZ	20-12-2020	19-12-2028	150 317,22	22 730,52	92 018,09	23 294,98	138 043,59
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE82GZ	20-12-2020	19-12-2028	165 863,16	25 081,33	101 534,68	25 704,16	152 320,17
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE79GZ	20-12-2020	19-12-2028	165 863,16	25 081,33	101 534,68	25 704,16	152 320,17
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE97GZ	20-12-2020	19-12-2028	165 863,16	25 081,33	101 534,68	25 704,16	152 320,17
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE86GZ	20-12-2020	19-12-2028	165 863,16	25 081,33	101 534,68	25 704,16	152 320,17
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE98GZ	20-12-2020	19-12-2028	164 313,03	24 846,93	100 585,75	25 463,94	150 896,62
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE77GZ	20-12-2020	19-12-2028	165 863,16	25 081,33	101 534,68	25 704,16	152 320,17
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE74GZ	20-12-2020	19-12-2028	165 863,16	25 081,33	101 534,68	25 704,16	152 320,17
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD85OF	20-12-2020	19-12-2028	179 324,19	29 535,80	119 567,36	30 269,25	179 372,42
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD81OF	20-12-2020	19-12-2028	179 324,19	29 535,80	119 567,36	30 269,25	179 372,42
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD80OF	20-12-2020	19-12-2028	179 324,19	29 535,80	119 567,36	30 269,25	179 372,42
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD05FE	10-11-2020	09-11-2028	164 346,11	27 455,41	111 145,47	25 789,67	164 390,55
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD35CE	10-11-2020	09-11-2028	164 346,11	27 455,41	111 145,47	25 789,67	164 390,55
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AF17SX	20-12-2020	19-12-2028	172 063,65	30 823,15	124 778,83	31 588,16	187 190,14
					3 837 506,05	637 125,38	2 579 222,01	622 193,94	3 838 541,33

8.2. Locações operacionais – gastos reconhecidos e pagamentos futuros

8.2.1. PERÍODO HOMÓLOGO DE 2021

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMENTOS)/ RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS	LOCAÇÕES OPERACIONAIS EM VIGOR				GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS			
	TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAIS
			COMEÇO	FIM					
97-88-XX	Viatura pesada	Tetracontour	01-04-2021	03-01-2022	47 108,71	-	-	-	-
80-20-ZP	Viatura pesada	Tetracontour	01-04-2021	03-01-2022	48 628,34	-	-	-	-
16-TI-96	Viatura ligeira	Leaseplan	24-07-2017	27-07-2022	6 296,42	3 341,95	-	-	3 341,95
02-TI-78	Viatura ligeira	Leaseplan	24-07-2017	27-07-2022	6 296,42	3 341,95	-	-	3 341,95
99-UQ-43	Viatura ligeira	Leaseplan	11-05-2018	10-05-2022	5 709,36	2 061,71	-	-	2 061,71
99-UQ-58	Viatura ligeira	Leaseplan	11-05-2018	10-05-2022	5 709,36	2 061,71	-	-	2 061,71
99-UQ-63	Viatura ligeira	Leaseplan	11-05-2018	10-05-2022	5 709,36	2 061,71	-	-	2 061,71
04-UX-00	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	5 936,16	5 441,48	-	-	5 441,48
10-UA-77	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	5 451,48	4 997,19	-	-	4 997,19
10-UA-88	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	8 711,16	7 985,23	-	-	7 985,23
28-VB-20	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	3 930,00	3 602,50	-	-	3 602,50
28-VB-75	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	3 930,00	3 602,50	-	-	3 602,50
51-UP-27	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	5 686,25	5 009,51	-	-	5 009,51
55-UH-49	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 513,56	4 137,43	-	-	4 137,43
55-UH-80	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 513,56	4 137,43	-	-	4 137,43
55-UH-97	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	6 834,48	6 264,94	-	-	6 264,94
56-UH-04	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 565,40	4 184,95	-	-	4 184,95
56-UH-39	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 304,88	3 946,14	-	-	3 946,14
56-UH-61	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	6 834,48	6 264,94	-	-	6 264,94
56-UH-82	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	6 834,48	6 264,94	-	-	6 264,94
63-UP-80	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	2 656,32	2 434,96	-	-	2 434,96
92-UA-89	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 006,80	3 672,90	-	-	3 672,90
51-VT-29	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 750,25	4 402,68	-	-	4 402,68
51-VT-54	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	4 402,68	-	-	4 402,68
51-VT-55	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	4 402,68	-	-	4 402,68
51-VT-88	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 750,25	4 402,68	-	-	4 402,68
52-VT-19	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 750,25	4 402,68	-	-	4 402,68
52-VT-23	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	4 402,68	-	-	4 402,68
52-VT-24	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	4 402,68	-	-	4 402,68
52-VT-33	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	6 239,55	4 402,68	-	-	4 402,68
12-XR-82	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	10 423,68	8 831,17	-	-	8 831,17
AB-12-XN	Viatura	Sotratelrent	31-05-2021	31/11/2021	1 852,40	-	-	-	-
68-TH-08	Viatura	Sotratelrent	31-05-2021	30-11-2021	1 389,30	-	-	-	-
27-TA-05	Viatura	Sotratelrent	31-05-2021	30-11-2021	4 619,93	-	-	-	-
54-TH-23	Viatura	Sotratelrent	01-08-2021	30-11-2021	926,20	-	-	-	-
Compactadores	Equipamento	Ecoambiente	27-03-2019	30-11-2024	42 061,37	38 286,64	114 904,86	-	153 191,50
Equipam. Grafitis	Equipamento	Safetyklean	17-11-2020	31-10-2024	4 564,90	5 669,82	10 394,51	-	16 064,33
S. Dinis	Edifício	Município do Porto	01-09-2021	31-12-2022	37 327,80	55 991,70	-	-	55 991,70
Eng. Ferreira Dias 2º Pço	Edifício	Viel	01-01-2020	01-01-2022	24 500,00	-	-	-	-
Eng. Ferreira Dias 1º Pço	Edifício	Viel	01-01-2020	01-01-2022	19 600,00	-	-	-	-
Pré-Fabricado	Edifício	Jas Pinto	06-12-2020	05-05-2022	4 858,50	2 429,25	-	-	2 429,25
Balneários	Edifício	Jas Pinto	01-10-2020	30-06-2021	1 576,86	-	-	-	-
Parque informático	Hardware	Divultec	01-10-2018	01-09-2021	6 110,64	-	-	-	-
Parque informático	Hardware	Divultec	01-07-2020	30-06-2023	7 046,52	7 046,66	2 939,11	-	9 985,77
Parque informático	Hardware	Divultec	13-10-2020	12-10-2023	13 471,53	12 623,83	9 467,87	-	22 091,70
Parque informático	Hardware	Polissistemas	13-04-2018	12-04-2021	1 598,64	-	-	-	-
Parque informático	Software	Strafio	01-11-2019	30-04-2024	17 170,78	-	-	-	-
Parque informático	Software	BaseDois, Lda.	15-10-2021	14-10-2024	1 260,53	6 140,16	11 768,64	-	17 908,80
Parque informático	Software	Espectro, S.A.	14-10-2021	13-09-2024	471,78	-	-	-	-
Parque informático	Software	BCN	08-10-2021	07/10/2024 23/05/2024	2 437,12	8 558,18	14 135,97	-	22 694,15
Outros					767,57	-	-	-	-
Totais					452 479,73	265 614,89	163 610,96	-	429 225,85

31.12.2021

8.2.2. PERÍODO DE 2022

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMENTOS)/ RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS	LOCAÇÕES OPERACIONAIS EM VIGOR				GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS			
	TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAIS
			COMEÇO	FIM					
97-88-XX	Viatura pesada	Tetracontour	01/01/2022	31/12/2022	45 756,00	-	-	-	-
80-20-ZP	Viatura pesada	Tetracontour	01/01/2022	31/12/2022	47 232,00	-	-	-	-
16-TI-96	Viatura ligeira	Leaseplan	24/07/2017	30/04/2023	5 362,13	2 073,56	-	-	2 073,56
02-TI-78	Viatura ligeira	Leaseplan	24/07/2017	30/04/2023	4 116,53	2 048,48	-	-	2 048,48
99-UQ-43	Viatura ligeira	Leaseplan	11/05/2018	30/04/2023	5 575,87	1 826,84	-	-	1 826,84
99-UQ-58	Viatura ligeira	Leaseplan	11/05/2018	30/04/2023	5 501,81	1 691,20	-	-	1 691,20
99-UQ-63	Viatura ligeira	Leaseplan	11/05/2018	30/04/2023	5 338,50	1 784,52	-	-	1 784,52
04-UX-00	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	5 101,80	1 989,60	-	-	1 989,60
10-UA-77	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	4 841,04	1 908,32	-	-	1 908,32
10-UA-88	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	8 988,00	3 351,04	-	-	3 351,04
28-VB-20	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	3 808,32	1 476,60	-	-	1 476,60
28-VB-75	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	3 709,68	1 443,72	-	-	1 443,72
51-UP-27	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	5 120,28	1 924,64	-	-	1 924,64
55-UH-49	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	5 477,88	2 105,68	-	-	2 105,68
55-UH-80	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	4 999,32	1 946,16	-	-	1 946,16
55-UH-97	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	7 347,96	2 769,76	-	-	2 769,76
56-UH-04	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	5 035,80	1 960,80	-	-	1 960,80
56-UH-39	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	4 511,04	1 782,08	-	-	1 782,08
56-UH-61	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	6 931,56	2 630,96	-	-	2 630,96
56-UH-82	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	6 860,40	2 607,24	-	-	2 607,24
63-UP-80	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	2 741,52	1 134,56	-	-	1 134,56
92-UA-89	Viatura ligeira	Leaseplan	01/11/2018	30/04/2023	3 954,96	1 586,08	-	-	1 586,08
51-VT-29	Viatura ligeira	SGALD	06/11/2018	03/02/2023	5 284,44	490,79	-	-	490,79
51-VT-54	Viatura ligeira	SGALD	06/11/2018	03/02/2023	5 284,46	490,79	-	-	490,79
51-VT-55	Viatura ligeira	SGALD	06/11/2018	03/02/2023	5 284,46	490,79	-	-	490,79
51-VT-88	Viatura ligeira	SGALD	06/11/2018	03/02/2023	5 284,46	490,79	-	-	490,79
52-VT-19	Viatura ligeira	SGALD	06/11/2018	03/02/2023	5 387,33	490,79	-	-	490,79
52-VT-23	Viatura ligeira	SGALD	06/11/2018	03/02/2023	5 284,44	490,79	-	-	490,79
52-VT-24	Viatura ligeira	SGALD	06/11/2018	03/02/2023	5 284,93	490,79	-	-	490,79
52-VT-33	Viatura ligeira	SGALD	06/11/2018	03/02/2023	5 284,46	490,79	-	-	490,79
12-XR-82	Viatura ligeira	SGALD	06/11/2018	03/02/2023	5 284,46	984,46	-	-	984,46
68-TH-08	Viatura	Sotratelrent	27/11/2021	27/05/2022	2 315,50	-	-	-	-
27-TA-05	Viatura	Sotratelrent	27/05/2022	26/08/2022	926,20	-	-	-	-
54-TH-23	Viatura	Sotratelrent	07/08/2021	06/09/2022	3 241,70	-	-	-	-
AQ-55-NT	Viatura ligeira	CarFast	20.09.2022	19.03.2022	2 786,68	1 857,79	-	-	1 857,79
AQ-99-OX	Viatura ligeira	Sixt	27/08/2022	29/04/2023	4 370,34	3 476,00	-	-	3 476,00
AL-59-JF	V. Mercadorias	Sixt	27/08/2022	29/04/2023	3 042,61	2 888,53	-	-	2 888,53
AR-15-SN	Viatura ligeira	Sixt	27/08/2022	29/04/2023	3 314,66	3 476,00	-	-	3 476,00
AQ-28-BO	Viatura ligeira	Sixt	27/08/2022	29/04/2023	3 457,89	3 476,00	-	-	3 476,00
Compactadores	Equipamento	Ecoambiente	20/05/2021	19/05/2024	38 825,88	41 522,13	73 382,70	-	114 904,83
Equipam. Grafitis	Equipamento	Safetyklean	01/11/2021	31/10/2024	5 669,88	5 669,77	4 724,74	-	10 394,51
S. Dinis	Edifício	Município do Porto	01/01/2022	31/06/2022	55 991,70	-	-	-	-
Renda Instalações Amovíveis: Balneários	Edifício	Jas Pinto	01/01/2021	31/05/2022	2 915,10	-	-	-	-
Aluguer de Equipamento Informático	Software	BaseDois, Lda.	15/10/2021	14/10/2024	6 140,16	6 140,16	5 628,48	-	11 768,64
Aluguer de Equipamento Informático	Software	Divultec	13/10/2020	12/10/2023	12 036,53	9 467,87	-	-	9 467,87
Aluguer de Equipamento Informático	Software	Divultec	01/07/2020	30/06/2023	7 161,97	2 936,11	-	-	2 936,11
Aluguer de Equipamento Informático	Software	BCN	08/10/2021	07/10/2024	3 117,00	3 117,01	2 857,27	-	5 974,28
Aluguer de Equipamento Informático	Software	BCN	24/05/2021	23/05/2024	6 348,02	5 441,13	2 720,56	-	8 161,69
Renda Instalações Amovíveis: Balneários	Edifício	Métodos e Hipóteses, Lda.	01/06/2022	31/03/2023	4 294,90	1 632,47	-	-	1 632,47
	Espaços eventos	CCD	30/09/2022	31/12/2022	10 455,00	-	-	-	-
Totais					422 387,56	136 053,59	89 313,75	-	219 002,81

31.12.2022

Nota 9 IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1. Reconciliação entre as Quantias Brutas e as Quantias Líquidas por Classe de Ativos sujeitos a Perdas de Imparidade

valores expressos em euros

RECONCILIAÇÃO ENTRE AS QUANTIAS BRUTAS E AS QUANTIAS LÍQUIDAS POR CLASSE DE ATIVOS SUJEITOS A PERDAS DE IMPARIDADE	2022			2021			QUANTIAS LÍQUIDAS
	QUANTIAS BRUTAS	DEPRE- CIAÇÕES/ AMORTIZA- ÇÕES ACU- MULADAS	PERDAS POR IM- PARIDADE ACUMULA- DAS	QUANTIAS BRUTAS	DEPRE- CIAÇÕES/ AMORTIZA- ÇÕES ACU- MULADAS	PERDAS POR IM- PARIDADE ACUMULA- DAS	
Ativos fixos tangíveis	8 031 922,33	(1 918 536,92)	-	6 113 385,41	7 543 262,63	(1 082 161,32)	6 461 101,31
Ativos intangíveis	151 589,19	(140 882,46)	-	10 706,73	149 984,04	(130 913,52)	19 070,52
Outros Ativos Financeiros	51 435,95	-	-	51 435,95	38 785,56	-	38 785,56
Inventários	173 153,93	-	-	173 153,93	186 182,92	-	186 182,92
Clientes	4 555 801,63	-	(1 108 348,75)	3 447 452,88	4 732 573,71	(1 271 967,35)	3 460 606,36
Outras contas a receber	299 990,29	-	-	299 990,29	183 400,91	-	183 400,91
Outros Ativos	5 985 292,54	-	-	5 985 292,54	3 784 235,57	-	3 784 235,57
Totais	19 249 185,86	(2 059 419,38)	(1 108 348,75)	16 081 417,73	16 618 425,34	(1 271 967,35)	14 133 383,15

9.2. Reconciliação entre as Perdas por Imparidade no Início e no Final do Período

valores expressos em euros

CONCILIAÇÃO DO MONTANTE DO EXCÉDENTE NO INÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO	31.12.2022	REFORÇOS	REVERSÕES	ABATE/ INCOBRÁVEL	31.12.2021
Inventários	-	-	-	-	-
Clientes	1 108 348,75	223 730,97	(990,26)	(386 359,31)	1 271 967,35
Outras dívidas a receber	-	-	-	-	-

Nota 10 INVENTÁRIOS

10.1. Políticas Contabilísticas Adotadas na Mensuração dos Inventários e Fórmula de Custeio Usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais

como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio "custo médio ponderado", em que o inventário é valorizado pelo preço médio de compra ou de produção, podendo essa média ser móvel ou refletir as entradas de determinado período.

10.2. Quantia Escriturada de Inventários

valores expressos em euros

QUANTIAS ESCRITURADAS DE INVENTÁRIOS	31.12.2022			31.12.2021		
	QUANTIAS BRUTAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIAS (LÍQUIDAS) ESCRITURADAS	QUANTIAS BRUTAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIAS (LÍQUIDAS) ESCRITURADAS
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	173 153,93	-	173 153,93	186 182,92	-	186 182,92
Totais	173 153,93	-	173 153,93	186 182,92	-	186 182,92

10.3. Custo das Matérias Consumidas

valores expressos em euros

QUANTIAS DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERÍODO	2022		2021			
	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAIS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAIS		
Inventários no começo do período	+	186 182,92	186 182,92	138 771,44	138 771,44	
Compras	Compras	+	335 538,38	335 538,38	303 112,66	303 112,66
	Devoluções de compras	-	-	-	(35,07)	(35,07)
	Descontos e abatimentos em compras	-	-	-	-	-
Reclassificações e regularizações	Perdas por quebras	-	(8 329,65)	(8 329,65)	-	-
	Outras perdas	-	-	-	-	-
	Consumos de fardamento	-	(135 826,00)	(135 826,00)	(135 893,78)	(135 893,78)
Consumos de Óleos e lubrificantes	-	(32 383,95)	(32 383,95)	(8 461,15)	(8 461,15)	
Inventários no fim do período	-	(173 153,93)	(173 153,93)	(186 182,92)	(186 182,92)	
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	=	172 027,77	172 027,77	111 311,18	111 311,18	
Perdas em inventários	+	-	-	-	-	
Ofertas e amostras de inventários	+	-	-	-	-	
Totais	=	172 027,77	172 027,77	111 311,18	111 311,18	

10.4. Quantias de Inventários que se espera que Sejam Recuperadas (pelo Consumo ou pela Alienação) até, e após, Doze Meses

valores expressos em euros

QUANTIAS DE INVENTÁRIOS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS (PELO CONSUMO OU PELA ALIENAÇÃO) ATÉ, E APÓS, DOZE MESES	31.12.2021			31.12.2020		
	QUANTIAS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS A MENOS DE 12 MESES	QUANTIAS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS A MAIS DE 12 MESES	QUANTIAS (LÍQUIDAS) ESCRITURADAS	QUANTIAS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS A MENOS DE 12 MESES	QUANTIAS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS A MAIS DE 12 MESES	QUANTIAS (LÍQUIDAS) ESCRITURADAS
Mercadorias	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	173 153,93	-	173 153,93	186 182,92	-	186 182,92
Totais	173 153,93	-	173 153,93	186 182,92	-	186 182,92

A rubrica de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo regista os inventários da Empresa, daquela natureza, aplicados das atividades de Recolha de

Resíduos e Limpeza do Espaço Público, nomeadamente Equipamentos de proteção individual, limpeza de grafites e outros consumíveis.

Nota 11 RÉDITO

A Empresa reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos Ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados

com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

b) Prestações de Serviços - são reconhecidas numa base linear e em regime de acréscimo;

c) Subsídios à Exploração, decorrentes da aplicação dos contratos programa, são reconhecidos numa base cobertura de gasto e em regime de acréscimo.

11.1. Quantias dos Réditos Reconhecidas no Período

valores expressos em euros

QUANTIAS DOS RÉDITOS RECONHECIDAS NO PERÍODO	2022			2021		
	RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	PROPORÇÃO FACE AO TOTAL DOS RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	VARIAÇÃO PERCENTUAL FACE AOS RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO ANTERIOR	RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	PROPORÇÃO FACE AO TOTAL DOS RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	VARIAÇÃO PERCENTUAL FACE AOS RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO ANTERIOR
Prestação de serviços	16 447 326,71	66,24%	6,24%	15 480 639,18	68,24%	2,26%
Tarifa de Gestão de RU	16 375 507,88	65,95%	6,96%	15 309 427,45	67,49%	1,28%
Outras prestações de serviços	71 818,83	0,29%	-58,05%	171 211,73	0,75%	652,90%
Subsídios à exploração	8 381 976,98	33,76%	16,35%	7 203 911,12	31,76%	11,20%
Cobertura de tarifa	530 816,34	2,14%				-%
Limpeza do Espaço Público	7 502 172,22	30,21%	10,91%	6 764 261,60	29,82%	4,58%
Neutralidade Carbónica	49 881,13	0,20%				
Interwaste			-%	10 804,41	0,05%	352,54%
POSEUR	94 816,91	0,38%	-73,62%	359 439,73	1,58%	4483,96%
Cityloops	160 771,85	0,65%	341,85%	36 385,86	0,16%	
Sudoe	19 272,38	0,08%	-41,63%	33 019,52	0,15%	
Outros	5 206,15	0,02%				-%
Outros apoios do Estado	19 040,00	0,08%				
Juros	-		-%	-		-%
Royalties	-		-%	-		-%
Dividendos	-		-%	-		-%
Totais	24 829 303,69	100,00%	9,45%	22 684 550,30	100,00%	4,94%

Conforme já referido, em 2020 e 2021, a Porto Ambiente conseguiu atingir a cobertura dos seus encargos por via da tarifa de gestão de resíduos urbanos. No ano de 2022, e essencialmente motivado pela crise energética sentida ao nível dos combustíveis, não foi possível, ainda que o recurso

ao subsídio de cobertura tenha sido reduzido. No que respeita à informação detalhada relativa às respetivas candidaturas cofinanciadas, a mesma consta em detalhe da secção respetiva deste documento.

Nota 12 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

12.1. Divulgações para cada Classe de Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável um *exfluxo* de recursos que incorpore benefícios económicos e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Com referência a 31 de dezembro de 2022, não existiam em curso quaisquer processos cíveis, judiciais ou de outra natureza cuja expectativa da Administração e Departamento Jurídico relativamente ao respetivo desfecho fosse desfavorável para a Empresa, aspeto pelo qual não foram vertidos quaisquer impactos contabilísticos naquela data em sede de provisões.

À data da apresentação de contas, a Porto Ambiente tem em curso um processo judicial, na qualidade de autora, referente a uma arbitragem envolvendo a SUMA na qualidade de ré. A decisão arbitral do referido processo foi favorável à Porto Ambiente, contudo a proposta quanto à forma e montante de concretização apresentada pela Ré não se verificou satisfatória, pelo que o processo voltou a ser devolvido aos advogados para apreciação completar quanto às próximas opções a esgotar.

Nota 13 AÇONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

13.1. Atualização da Divulgação acerca das Condições à data do Balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, 17 de março de 2023, não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Nota 14 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

14.1. Quantias dos Principais Componentes de gasto/(rendimento) de Impostos

valores expressos em euros

QUANTIAS DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DE (GASTO)/RENDIMENTO DE IMPOSTOS		2022			2021			
		DE-MONST. DOS RESULTADOS	OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO	TOTAIS	DE-MONST. DOS RESULTADOS	OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO	TOTAIS	
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		1	-	-	-	-	-	
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	9 552,36	-	9 552,36	40 390,64	-	40 390,64
	Gastos/(rendimentos) por impostos diferidos	De diferenças temporárias	13 817,76	-	13 817,76	(7 723,94)	37 560,81	29 836,87
		Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior		-	-	-	-	-
		Usados para reduzir gastos de impostos correntes		-	-	-	-	-
	Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos		-	-	-	-	-	
	Imposto diferido	3	13 817,76	-	13 817,76	(7 723,94)	37 560,81	29 836,87
Imposto sobre o rendimento do período		4=2+3	23 370,12	-	23 370,12	32 666,70	37 560,81	70 227,51
Totais		5=1+4	23 370,12	-	23 370,12	32 666,70	37 560,81	70 227,51

14.2. Demonstração do Relacionamento entre o Lucro Contabilístico e os gastos/(rendimentos) de Impostos

valores expressos em euros

DEMONSTRAÇÃO DO RELACIONAMENTO ENTRE O LUCRO CONTABILÍSTICO E OS GASTOS/(RENDIMENTOS) DE IMPOSTOS		BASE	IM-POSTO	2022			2021		
				BASE	TAXA	IMPOSTO	BASE	TAXA	IMPOSTO
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período	1	-	209 086,79	21,00%	43 908,23	533 201,43	21,00%	111 972,30
	Gastos/(rendimentos) de impostos	2	-	23 370,12	-	-	32 666,70	-	-
	Resultado antes de impostos	3 = 1 + 2	3	232 456,91	21,00%	48 815,95	565 868,13	21,00%	118 832,31
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	4	10 727,85	21,00%	2 252,85	21 573,63	21,00%	4 530,46
		A deduzir	5	(156 081,10)	21,00%	(32 777,03)	(185 242,39)	21,00%	(38 900,90)
	Diferenças temporárias	A acrescentar	6	9 128,46	21,00%	1 916,98	34 328,59	21,00%	7 209,00
		A deduzir	7	(61 412,27)	21,00%	(12 896,58)	-	-	-
Lucro/(Prejuízo fiscal)		8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7	34 819,85	21,00%	7 312,17	436 527,96	21,00%	91 670,87	
Dedução de perdas fiscais		9	-	21,00%	-	-	21,00%	-	
Matéria colectável/colecta		10 = 8 - 9	34 819,85	21,00%	7 312,17	436 527,96	21,00%	91 670,87	
Benefícios fiscais por dedução à colecta	...	11	(5 118,52)	100,00%	(5 118,52)	(64 169,61)	100,00%	(64 169,61)	
	Tributação autónoma	12	64 562,10	10,59%	6 836,41	62 618,54	10,13%	6 341,46	
Outras componentes do imposto		Derrama Municipal	12	34 819,85	1,50%	522,30	436 527,96	1,50%	6 547,92
Imposto corrente		3	13 = 10 - 11 + 12	232 456,91	4,11%	9 552,36	565 868,13	7,14%	40 390,64
Imposto diferido		Δ dos Ativos e dos passivos diferidos	14	61 412,27	22,50%	13 817,76	(34 328,62)	22,50%	(7 723,94)
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média		3	16 = 13 - 14 - 15	232 456,91	10,05%	23 370,12	565 868,13	5,77%	32 666,70

Em conformidade com o disposto na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, que aprova o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II, é concedido um benefício fiscal, correspondente a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20 % das despesas de investimento em ativos afetos à exploração, que sejam efetuadas entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021, com um montante máximo de despesas elegíveis de 5 000 000 euros, até à concorrência de 70 % da coleta deste imposto.

No referido período de 2020, a **Porto Ambiente** incorreu em despesas de investimentos em ativos afetos à exploração de montante superior ao máximo referido no parágrafo infra, tendo considerado como deduções à coleta de imposto o montante estimado de 5 118,52 euros em 2022, 70 377,03 euros em 2021 e de 35 321,75 euros em 2020. O valor remanescente

de deduções potenciais futuras, no montante de 1 134 064,18 euros, poderá ser utilizado até ao período de tributação de 2025, não tendo o mesmo sido relevado em impostos diferidos ativos, por não se conhecer, nesta data, a existência de capacidade e/ou o momento de recuperação dos mesmos.

Em conformidade com o disposto no Artigo 41.º - A do Estatuto dos Benefícios fiscais, na determinação do lucro tributável, relativa ao período de tributação e nos cinco períodos de seguintes, pode ser deduzida uma importância correspondente à remuneração convencional do capital social, calculada mediante a aplicação, limitada a cada exercício, da taxa de 7 % ao montante das entradas realizadas até (euro) 2 000 000, por entregas em dinheiro, ou do aumento do capital social, tendo sido deduzidos os seguintes montantes:

valores expressos em euros

BENEFÍCIOS DEDUTÍVEIS AO LUCRO TRIBUTÁVEL	2021				
	ENTRADA EM NUMERÁRIO	MÁXIMO ELEGÍVEL	TAXA	DEDUÇÃO ANUAL	LIMITE
Remuneração convencional do capital social (2016)	200 000,00	200 000,00	7,00%	14 000,00	2022
Remuneração convencional do capital social (2020)	2 800 000,00	2 000 000,00	7,00%	140 000,00	2025
	3 000 000,00	2 200 000,00	-	154 000,00	-

14.3 Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Com referência à data de 31 de dezembro de 2022, os eventos suscetíveis de gerar impostos diferi-

dos ativos e / ou passivos foram contabilisticamente relevados, apresentando-se da seguinte forma:

valores expressos em euros

QUANTIAS DE ATIVOS E DE PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS NO BALANÇO E CORRESPONDENTES MOVIMENTOS OCORRIDOS DURANTE O PERÍODO		2022			2021				
		SALDO NO COMEÇO DO PERÍODO	MOVIMENTOS DO PERÍODO VIA		SALDO NO FIM DO PERÍODO	SALDO NO COMEÇO DO PERÍODO	MOVIMENTOS DO PERÍODO VIA		SALDO NO FIM DO PERÍODO
			DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO			DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO	
Ativos por impostos diferidos	Perdas por imparidade não aceites	54 524,75	(13 817,76)	-	40 706,99	46 800,81	7 723,94	-	54 524,75
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Totais	54 524,75	(13 817,76)	-	40 706,99	46 800,81	7 723,94	-	54 524,75
Passivos por impostos diferidos	Excedentes de revalorização	(7 711,61)	-	3 672,00	(4 039,61)	(11 383,61)	-	3 672,00	(7 711,61)
	Subsídios ao investimento	(210 753,59)	-	40 253,67	(170 499,92)	(145 911,70)	-	(64 841,89)	(210 753,59)
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Totais	(218 465,20)	-	43 925,67	(174 539,53)	(157 295,31)	-	(61 169,89)	(218 465,20)

Nota 15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Número de Ações Representativas do Capital Social, Respetivas Categorias e Valor Nominal

A 31 de dezembro de 2022, a Empresa detinha um capital social de 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) euros, representados por 3 265 566 (três milhões, duzentos

e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações, com o valor nominal de 1 (um) euro cada. As ações são nominativas, correspondendo cada uma delas a um voto, como se discrimina em seguida:

valores expressos em euros

CATEGORIAS DAS AÇÕES EMITIDAS	QUANTIDADE DE AÇÕES				VALOR NOMINAL DAS AÇÕES				
	AÇÕES EMITIDAS			AÇÕES DETIDAS POR SUBSIDIÁRIAS OU ASSOCIADAS	AÇÕES EMITIDAS			AÇÕES DETIDAS POR SUBSIDIÁRIAS OU ASSOCIADAS	
	INTEIRAMENTE PAGAS	NÃO PAGAS	TOTAIS		INTEIRAMENTE PAGAS	NÃO PAGAS	TOTAIS		
31.12.2022	ações ordinárias	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-
	Totais	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-
31.12.2021	ações ordinárias	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-
	Totais	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-

15.2. Reconciliação, para cada Classe de Ações, entre o Número de Ações em Circulação no Começo e no Fim do Período

A variação no número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2022 discrimina-se no quadro seguinte:

valores expressos em euros

RECONCILIAÇÃO, PARA CADA CLASSE DE AÇÕES, ENTRE O NÚMERO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO COMEÇO E NO FIM DO PERÍODO	2022				2021			
	QUANTIDADE DE AÇÕES		VALOR NOMINAL DAS AÇÕES		QUANTIDADE DE AÇÕES		VALOR NOMINAL DAS AÇÕES	
	AÇÕES ORDINÁRIAS	TOTAIS	AÇÕES ORDINÁRIAS	TOTAIS	AÇÕES ORDINÁRIAS	TOTAIS	AÇÕES ORDINÁRIAS	TOTAIS
Ações em circulação no começo do período	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00
Ações emitidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação no fim do período	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00

A Porto Ambiente foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, foi de 465 566,00 € (quatrocentos e sessenta e cinco mil

e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000€ em capital e 265 566€ realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis.

No ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2 800 000 Euro (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro.

Nota 16 OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1. Demonstração dos Resultados por Atividade

Conforme inicialmente preconizado, a atividade da Empresa é essencialmente financiada pelas seguintes fontes de rendimento:

a) Tarifa de resíduos urbanos, faturada ao consumidor final na fatura da água, por intermédio da entidade **CMPEA**;

b) Subsídios à exploração – Cobertura de tarifa de RU: subsídios concedidos pelo Município que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas receitas próprias,

quando aplicável, numa perspetiva de tornar os serviços economicamente acessíveis ao utilizador final; e

c) Receitas provenientes do Município – Limpeza de espaço público: transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do espaço público que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário;

d) Receitas provenientes do Município – Neutralidade Carbónica: transferências que visam cobrir os custos do serviço de gestão e representação do Porto, no Pacto para o Clima;

No contexto, as demonstrações dos resultados por atividade seguidamente ilustradas traduzem os referidos racionais, tendo sido apuradas com base na imputação integral de todos os gastos diretos e indiretos.

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO 2022			
		RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS	SERVIÇOS AUXILIARES	LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	NEUTRALIDADE CARBÓNICA
Vendas e serviços prestados	+ 5; 11; 16.1	15 922 245,34	492 448,28	32 633,09	-
Contratos programa	5; 11; 16.1	530 816,34	-	7 502 172,22	49 881,13
Outros subsídios à exploração	+ 5; 11; 16.1	290 854,74	-	3 046,40	5 206,15
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 10.3; 16.1	(106 934,36)	(395,58)	(64 697,83)	-
Fornecimentos e serviços externos	- 8; 16.1	(9 279 736,43)	(188 855,19)	(6 291 865,74)	(41 240,00)
Subcontratos	-	-	-	(6 032 696,31)	-
Tratamento de resíduos	-	(4 681 301,68)	(140 704,66)	(12 425,76)	-
Outros trabalhos especializados	-	(995 128,77)	(10 194,85)	(83 851,93)	(37 283,15)
Combustíveis e manutenção	-	(2 718 586,12)	(28 393,40)	(20 539,50)	(371,14)
Aluguer de viaturas	-	(188 479,39)	(1 979,39)	(76 185,96)	(2 786,68)
Fornecimentos e serviços externos - outros	-	(696 240,48)	(7 582,89)	(66 166,27)	(799,03)
Gastos com pessoal	- 16.1; 16.3	(6 493 214,95)	(60 548,24)	(1 240 230,64)	(13 531,50)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 9	(212 126,32)	(10 614,39)	-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	110,19	-	12,63	-
Outros rendimentos	+ 16.1	818 708,54	-	76 692,66	-
Outros gastos	- 16.1	(604 401,70)	(12 216,36)	(3 507,35)	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	866 321,38	219 818,52	14 255,46	315,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 6; 7; 16.1	(827 556,45)	(7 563,26)	(11 224,83)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	38 764,93	212 255,26	3 030,62	315,78
Juros e gastos similares suportados	-	(21 656,88)	(252,81)	-	-
Resultado antes de impostos	=	17 108,06	212 002,45	3 030,62	315,78
Imposto sobre rendimento do período	-/+	(17 108,06)	(2 915,66)	(3 030,62)	(315,78)
Resultado líquido do período	=	(0,00)	209 086,80	0,00	(0,00)

16.2. Maturidade das Contas a Receber e a Pagar

valores expressos em euros

MATURIDADE DAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	31.12.2022				31.12.2021			
	ATÉ 30 DIAS	DE 30 A 90 DIAS	MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	ATÉ 30 DIAS	DE 30 A 90 DIAS	MAIS DE 90 DIAS	TOTAL
CRÉDITOS A RECEBER								
Clientes	741 717	2 340 271	365 464	3 447 453	602 064	2 370 277	488 265	3 460 606
CMPEA - Empresa de Aguas do Município do Porto EM	733 188	2 334 188	1 432 610	4 499 985	597 123	2 364 356	1 738 895	4 700 373
Outros	8 530	6 083	41 203	55 816	4 941	5 922	21 337	32 200
Perdas por imparidade	-	-	(1 108 349)	(1 108 349)	-	-	(1 271 967)	(1 271 967)
Outros créditos a receber	131 751	75 623	92 616	299 990	139 174	-	44 227	183 401
Acréscimos de rendimentos	131 242	71 235	91 753	294 230	123 634	-	44 227	167 861
Outros	509	4 388	863	5 760	15 540	-	-	15 540
Total Créditos a receber	873 469	2 415 894	458 080	3 747 443	741 238	2 370 277	532 492	3 644 007
DÍVIDAS A PAGAR								
Fornecedores	(3 819 904)	-	-	(3 819 904)	(1 945 699)	-	-	(1 945 699)
Câmara Municipal do Porto	-	-	-	-	-	-	-	-
LIPOR - Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	-	-	-	-	(802 447)	-	-	(802 447)
Outros	(3 819 904)	-	-	(3 819 904)	(1 143 252)	-	-	(1 143 252)
Outras Dívidas a pagar	(1 107 233)	(88 461)	(53 621)	(1 249 315,39)	(1 423 078)	(85 750)	(96 672)	(1 605 501)
Acréscimos de gastos	(1 106 670)	(88 461)	(3)	(1 195 134)	(1 422 106)	(85 750)	(45 348)	(1 553 205)
Outros	(563)	-	(53 618)	(54 181)	(972)	-	(51 324)	(52 296)
Total Dívidas a pagar	(4 927 137)	(88 461)	(53 621)	(5 069 219)	(3 368 777)	(85 750)	(96 672)	(3 551 200)

16.3. Gastos com Pessoal

Ao nível dos Recursos Humanos, e como consequência da reativação dos circuitos de recolha, bem como a constituição de novas equipas de trabalho, na procura de dar resposta ao

expectável aumento da produção de resíduos, impactou naturalmente no mapa de pessoal da **Porto Ambiente**, o qual em 31 de dezembro de 2022, era constituído por 392 elementos.

16.3.1. NÚMERO MÉDIO DE COLABORADORES E ENCARGO MÉDIO POR COLABORADOR

valores expressos em euros

RECURSOS HUMANOS	2022	2021
Número de trabalhadores no final do período	392	370
Número médio de trabalhadores ao longo do período	375	361
Gastos com o pessoal	7 807 525,33	6 991 432,50
Gasto médio, mensal, por colaborador (12 meses)	1 733,08	1 613,90

16.3.2. GASTOS COM O PESSOAL

valores expressos em euros

GASTOS COM PESSOAL	2021			2021		
	GASTOS DO PERÍODO	PROPORÇÃO FACE AO TOTAL DOS GASTOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL FACE AOS GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO ANTERIOR	GASTOS DO PERÍODO	PROPORÇÃO FACE AO TOTAL DOS GASTOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL FACE AOS GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO ANTERIOR
Remunerações do pessoal	5 914 344,98	75,75%	10,60%	5 347 489,55	76,49%	3,74%
Encargos sobre remunerações	1 314 901,17	16,84%	12,98%	1 163 842,24	16,65%	-0,41%
Seguros acid. trab. e doenças prof.	179 092,64	2,29%	6,16%	168 695,09	2,41%	8,05%
Outros custos com o pessoal	399 186,54	5,11%	28,19%	311 405,62	4,45%	24,87%
Totais	7 807 525,33	100,00%	11,67%	6 991 432,50	100,00%	3,90%

16.4. Estado e Outros Entes Públicos

valores expressos em euros

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31.12.2022	31.12.2021
Ativo		
Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas (IRC)	85 961,64	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	678,64
Total Ativo	85 961,64	678,64
Passivo		
Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas (IRC)	-	(8 432,64)
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares (IRS)	(43 390,00)	(37 759,00)
Contribuições para a segurança social (SS)	(108 250,35)	(88 393,96)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(7 040,60)	-
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	(39 245,80)	(44 135,50)
Fundo de compensação (FCT/FGCT)	(2 532,73)	(2 076,45)
Total Passivo	(200 459,48)	(180 797,55)

16.5. Aplicação de Resultados

O exercício de 2022 saldou-se com um resultado líquido positivo no montante 209 086,79 Euro (duzentos e nove mil, oitenta e seis euros e setenta e nove cêntimos), propondo a Administração que o mesmo seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais, no montante de 10 454,34 Euro (dez mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos);
- Resultados transitados, no montante de 198 632,45 Euro (cento e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos).

16.6. Responsabilidades por Garantias prestadas

À data de 31 de dezembro de 2022, a Empresa não reconhece quaisquer provisões ou contingências para garantias a terceiros, dado não se verificarem naquela data, nem tendo sido verificados ao longo

do período, eventos que justifiquem o reconhecimento. Por outro lado, para efeitos de garantia do cumprimento contratual, a empresa apresenta, a seu favor, as seguintes garantias:

valores expressos em euros

GARANTIAS PRESTADAS A FAVOR DA EMPRESA COMO GARANTIA DO CUMPRIMENTO CONTRATUAL	31.12.2022	
	TIPO DE GARANTIA	VALOR DA GARANTIA
Recolte/Ecoambiente, Porto	Garantia Bancária	1 109 836,32
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Depósito caução	212 154,05
Iveco Portugal Com.Veiculos Industriais, SA	Seguro crédito	401 259,50
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Seguro crédito	72 575,00
WeServAmbiente, Lda	Garantia Bancária	33 647,06
Formato Bin, Lda.	Depósito caução	32 187,80
DouroGás Natural - Com. de Gás Nat e Energia, S.A.	Garantia Bancária	37 000,00
Horizonperspective, S.A.	Depósito caução	15 125,00
SGALD Automotive, SA	Garantia Bancária	9 635,28
Waste to Me, Lda.	Depósito caução	2 246,10
KINTO PORTUGAL, S.A.	Seguro crédito	40 162,08
SOMA - ENVIRONMENTAL SOLUTIONS,LDA	Garantia Bancária	16 080,00
LeasePlan Portugal- Com. Alug. Automóveis e Eq.Lda	Seguro crédito	30 562,29
Totais	-	2 012 470,48

16.7. Diferimentos

valores expressos em euros

DIFERIMENTOS	31.12.2022	31.12.2021
Ativo		
Licenças e suporte informático	16 426,50	13 791,76
Seguros	198 251,26	363,37
Outros não discriminados	10 008,24	407,60
Total Ativo	224 686,00	14 562,73
Passivo		
Contratos Programa	(1 245 365,84)	(125 184,82)
Outros rendimentos com subsídios	(23 379,98)	(156 988,35)
Total Passivo	(1 268 745,82)	(282 173,17)

Porto, 17 de março de 2023

Contabilista Certificado

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração

Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)

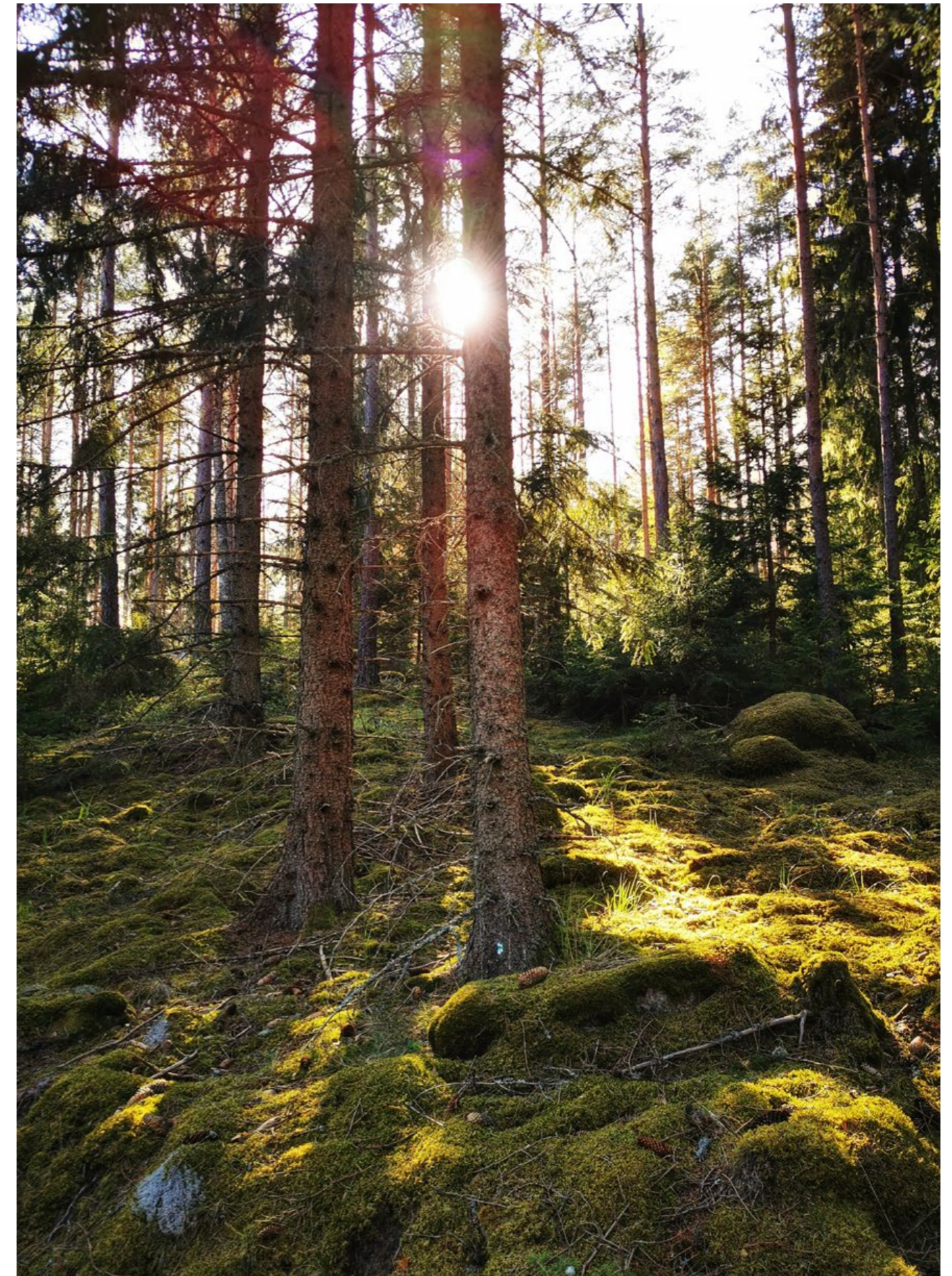
Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo

Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)

Luís Bragança de Assunção

Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)

Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)



The background of the page is a photograph of a tea plantation. In the foreground, there is a low stone wall and a tree trunk. The middle ground shows rows of tea bushes on a hillside. The background is a dense forest of trees under a clear sky.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

(Exercício findo em 31
de dezembro de 2022)

9

Certificação Legal das Contas relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2022



Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 16 081 417,73 euros e um total de capital próprio de 5 529 912,58 euros, incluindo um resultado líquido de 209 086,79 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

mazars

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

mazars

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 25.º, n.º 6, al. j) da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 24 de Março de 2023

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Dr. José Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas n.º 1023, registado na CMVM com o n.º20160637)



Certificação Legal das Contas

(Exercício findo em 31
de dezembro de 2022)

10

Relatório e Parecer do Fiscal Único relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2022

mazars

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, extensão e metodologias consideradas adequadas, relativamente ao exercício findo em **31 de Dezembro de 2022**, a atividade **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** (a Entidade) examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Durante o ano de 2022 emitimos pareceres relativos (i) a Contrato-Programa Porto Neutralidade Carbónica 2030, (ii) Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental e (iii) a aos Instrumentos de Gestão Previsional (2022 a 2026).

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditámos as contas da Entidade reportadas a 31 de Dezembro de 2022 e, como parte dos trabalhos de auditoria, analisámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira na referida data. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o correspondente Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios de mensuração utilizados merecem a nossa concordância.

Com referência ao exercício de 2022, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a sociedade e os membros do Conselho de Administração da Sociedade nos termos do Art. 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.
- 2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Porto, 24 de Março de 2023



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Dr. José Abreu Rebouta (Revisor Oficial de Contas n.º 1023, registado na CMVM com o n.º 20160637)

A photograph of a formal garden with manicured hedges and topiary trees, overlaid with a semi-transparent blue triangle. The garden features a central path, several rounded topiary bushes, and a large, dense hedge in the background. The sky is clear and blue. The text "Considerações Finais" is overlaid in the bottom right corner of the image.

**Considerações
Finais**

11

Considerações Finais

Este documento pode conter informações e indicações prospetivas (*forward looking statements*), no que diz respeito aos resultados das operações e às atividades da Porto Ambiente, bem como alguns planos e objetivos da Empresa face a estas questões, as quais foram baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão.

Estas indicações futuras (*forward looking statements*) estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, indústria, da concorrência e nas condições económicas.

Indicações futuras podem ser identificadas por termos tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projeta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as expectativas atuais da Administração, as quais acreditamos

serem razoáveis, os investidores e analistas são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do controlo da entidade, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras.

Alertamos ainda que, à data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial. Este efeito poderá vir a ter impacto na atividade da Entidade, dependendo da evolução que esta situação venha a ter no futuro.

Advertimos assim os leitores e analistas a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras..



